

**Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas – LIP
Programa de Pós-Graduação em Lingüística – PPGL**

André Lúcio Bento

**O PODER NO DISCURSO:
choque de identidades em entrevistas jornalísticas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Professora Doutora Maria Luiza Monteiro Sales Coroa

Brasília, julho de 2007

André Lúcio Bento

**O PODER NO DISCURSO:
choque de identidades em entrevistas jornalísticas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre, área de concentração **Linguagem e Sociedade**, defendida e aprovada em 06 de julho de 2007 pela Banca Examinadora constituída pelas professoras:

MARIA LUIZA MONTEIRO SALES COROA

Doutora, Universidade de Brasília (UnB) – Presidente

DINA MARIA MARTINS FERREIRA

Doutora, Universidade Mackenzie de São Paulo – Membro Efetivo

JOSENIA ANTUNES VIEIRA

Doutora, Universidade de Brasília (UnB) – Membro Efetivo

ANA DELINA LÔPO RAMOS

Doutora, Universidade de Brasília, (UnB) – Membro Suplente

A todos nós.
Que somos carne, osso e linguagem.

(...) *“o caminho da gente é a gente que abre. Conforme o risco de Deus”*

(Autran Dourado)

MUITO OBRIGADO!

Aos meus pais. Pela força e pela fé na minha trajetória pessoal.

Aos meus amigos, pelo afeto e pela consideração. Aos meus amigos Marcelo, Elton, Margareth, Lindsey, Marcos Aurélio e Valmir, pelas sinceras horas de apoio.

À professora Hilda Lontra. A quem dedico a epígrafe e as palavras iniciais da Conclusão.

Às professoras Lucília Garcez, Vilma Reche, Edna Muniz, Denize Elena e Enilde Faulstich. Pelo carinho.

À professora Lúcia Lobato. Por tudo que fez e construiu no âmbito da Lingüística.

À professora Dina Ferreira. Pela gentileza em participar da avaliação deste momento tão importante na minha vida.

À professora Ana Adelina. Pela participaç e pelos comentários pertinentes.

À professora Josenia Antunes. Pela força doce. Pela sua crença em Deus e nos homens. Pela amizade. Pela verdade e sinceridade com que sempre se dirigiu a mim.

À professora Maria Luiza. Pela orientação (de certo modo iniciada há mais de 15 anos, desde a Graduação). Pelo olhar crítico e sensível na minha produção escrita. Pelo afeto. Pela amizade. Pela confiança.

De outra parte, não há um eu real e escondido a ser descoberto. Atrás de um véu, há sempre outro véu; atrás de uma máscara, outra máscara; atrás de uma pele, outra pele. O eu que importa é aquele que existe sempre mais além daquele que se torna habitualmente pelo próprio eu: não está para ser descoberto, mas ser inventado; não está para ser realizado, mas ser conquistado; não está para ser explorado, mas para ser criado.

(Jorge Larossa)

(...) que é, afinal, a vida humana? Uma comédia. Cada qual aparece diferente de si mesmo; cada qual representa o seu papel sempre mascarado, pelo menos enquanto o chefe dos comediantes não o faz descer do palco. O mesmo aparece sob várias figuras, e o que estava sentado no trono, soberbamente vestido, surge, em seguida, disfarçado em escravo, coberto por miseráveis andrajos. Para dizer a verdade, tudo neste mundo não passa de sombra e de uma aparência, mas o fato é que esta grande e longa comédia não pode ser representada de outra forma.

(Erasmus de Rotterdam)

O poder só existe quando se atualiza em atos, ou em linguagens.
Do contrário, não é poder; é potencialidade. É virtualidade.

RESUMO

É no envolvimento da linguagem com outros elementos das práticas sociais que se estabelece esta pesquisa. Analisar a relação entre poder e discurso, a partir do ângulo das construções identitárias, é o principal objetivo de *O poder no discurso: choque de identidades em entrevistas jornalísticas*. Para tanto, esta pesquisa focaliza algumas estratégias discursivas que possibilitam aos sujeitos o exercício do poder, bem como descreve e analisa os “lugares” e “movimentos” que os sujeitos ocupam e realizam no discurso para se constituírem investidos de autoridade. Assim, chega-se à caracterização das aqui denominadas *identidades de poder*. Apoiada na metodologia qualitativa, pois visa a interpretar os dados que compõem o *corpus* — o gênero entrevista jornalística com políticos —, esta pesquisa tem como principal base teórica a Análise de Discurso Crítica, especialmente na contribuição de Fairclough (2001 e 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999). As outras contribuições teóricas são as seguintes: Thompson (1998), na consideração dos modos simbólicos de operação da *ideologia*; Halliday (1994), na proposta da Lingüística Sistêmico-Funcional, para a análise dos *processos, participantes e circunstâncias*; Fairclough (2001 e 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999), nas considerações e mudanças que propõem à Lingüística Sistêmico-Funcional, na contribuição de Halliday (1994); Kress e van Leeuwen (1996), na consideração da *multimodalidade* e da *gramática visual*; Giddens (2002), Bauman (1999, 2001 e 2005), Woodward (2000), Hall (2000), Silva (2000), Castells (2002) e Canclini (2005), para a noção complexa de *identidades*.

As nossas conclusões mostram que, num enfoque discursivo, a linguagem assume a condição de elemento constitutivo das práticas sociais, ao lado de outros, numa relação dialética, atuando não só a serviço da designação, mas também da ideologia e da construção identitária.

Palavras-chave: discurso; poder; identidade.

ABSTRACT

This research is established through the involvement of language with other elements of the social practices. The main goal of *The power in discourse: clash of identities in journalistic interviews* is to analyze the relationship between power and discourse, from the point of view of identity constructions. In order to achieve such goal, this research focuses on certain discursive strategies which enable subjects to exercise power, as well as describes and analyses the “places” and “movements” occupied and made by the subjects in their discourse so as to invest themselves in authority. Thus, one reaches the characterization of the *identities of power* established here. Supported by the qualitative methodology, for it aims at interpreting the data which constitute the *corpus* – the genre of journalistic interviews with politicians – this research has as its main theoretical foundation the Critical Analysis of the Discourse, especially in the contribution by Fairclough (2001 and 2003) and Chouliaraki and Fairclough (1999). The other theoretical contributors are as follows: Thompson (1998), in the consideration of the symbolic means of operating *ideology*; Halliday (1994), in the proposition of the use of Systemic-Functional Linguistics for the analysis of *processes, participants* and *circumstances*; Fairclough (2001 and 2003) and Chouliaraki and Fairclough (1999), in the considerations and changes proposed by them to the Systemic-Functional Linguistics as contributed by Halliday (1994); Kress and van Leeuwen (1996), in the consideration of *multimodality* and the *visual grammar*; Giddens (2002), Bauman (1999, 2001 and 2005), Woodward (2000), Hall (2000), Silva (2000), Castells (2002) and Canclini (2005), in gathering the complex notion of *identities*.

The conclusions show that, in a discursive approach, language assumes the condition of a constitutive element of the social practices, alongside others, in a dialectic relationship, acting to the service of not only designation, but also ideology and identity construction.

Keywords: discourse; power; identity.

LISTA DE QUADROS

| Quadro | Página |
|---|--------|
| Quadro 1 – As concepções de Fairclough (2001 e 2003) e de Halliday (1978) sobre multifuncionalidade | 36 |
| Quadro 2 – Representação da dialética do discurso de acordo com Fairclough (2003) | 37 |
| Quadro 3 – Os tipos de situação interativa, conforme Thompson (1998) | 69 |
| Quadro 4 – As categorias de modalidade e de avaliação | 71 |
| Quadro 5 – Comparação entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa | 79 |
| Quadro 6 – Classificação alemã e brasileira para os gêneros jornalísticos | 95 |
| Quadro 7 – Resumo dos pré-gêneros que compõem a estrutura de <i>Receita de Crescimento</i> | 110 |
| Quadro 8 – Resumo dos pré-gêneros que compõem a estrutura de <i>Operação Simpatia</i> | 116 |
| Quadro 9 – Resumo dos pré-gêneros que compõem a estrutura da entrevista em <i>Canal Livre</i> | 127 |
| Quadro 10 – Representação de Delfim em termos de participantes, processos e circunstâncias em <i>Carta Capital</i> | 130 |
| Quadro 11 – Representação de Rice em termos de participantes, processos e circunstâncias em <i>Veja</i> | 136 |
| Quadro 12 – Representação de Severino em termos de participantes, processos e circunstâncias em <i>Canal Livre</i> | 142 |
| Quadro 13 – As categorias discursivas que constroem a identidade de auto-interlocução em <i>Carta Capital</i> | 151 |
| Quadro 14 – As categorias discursivas que constroem a identidade sujeito-nação em <i>Veja</i> | 156 |
| Quadro 15 – As categorias discursivas que constroem a identidade de dupla posição em <i>Canal Livre</i> | 160 |
| Quadro 16 – As categorias discursivas que constroem a identidade sujeito-instituição em <i>Canal Livre</i> | 163 |

LISTA DE FIGURAS

| Figura | Página |
|---|--------|
| Figura 1 – Concepção tridimensional do discurso | 22 |
| Figura 2: – Sugestão para a representação da prática social em Chouliaraki e Fairclough (1999) | 31 |
| Figura 3 – Reprodução da capa de <i>Writing Culture</i> | 81 |
| Figura 4 – As etapas da pesquisa qualitativa | 83 |
| Figura 5 – Imagens que auxiliam na construção do assunto “economia” em <i>Receita de Crescimento</i> | 103 |
| Figura 6 – Reação do jornalista Mitre à resposta de Severino Cavalcanti | 120 |
| Figura 7 – Ilustração dos elementos dado e novo em <i>Canal Livre</i> | 121 |
| Figura 8 – A imagem de Delfim Neto dentro da mancha gráfica de <i>Carta Capital</i> | 131 |
| Figura 9 – A imagem de Delfim Neto em <i>Carta Capital</i> | 132 |
| Figura 10 – A imagem de Rice dentro da mancha gráfica de <i>Veja</i> | 137 |
| Figura 11 – A imagem de Rice em <i>Veja</i> | 139 |
| Figura 12 – Ilustração do ethos de poder de Severino Cavalcanti em <i>Canal Livre</i> | 144 |
| Figura 13 – Ilustração do ethos de poder de Severino Cavalcanti em <i>Canal Livre</i> | 145 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| RESUMO | VI |
| ABSTRACT | VII |
| INTRODUÇÃO - Sobre uma certeza e uma inquietação em torno do poder e da linguagem... | XI |
| | |
| CAPÍTULO 1- Análise de Discurso Crítica: comprometimento político | 17 |
| 1.1 A origem | 18 |
| 1.2 Textos e discursos em uma dimensão social: a Teoria Social do Discurso | 20 |
| 1.2.1 O discurso na sua dimensão de texto | 22 |
| 1.2.2 O discurso na sua dimensão de prática discursiva | 26 |
| 1.2.3 O discurso na sua dimensão de prática social | 28 |
| 1.3 Gêneros, discursos e estilos: momentos discursivos das práticas sociais | 32 |
| 1.3.1 Representação, Ação e Identificação: sobretudo, uma relação dialética | 36 |
| 1.3.1.1 Gêneros do discurso e significados acionais | 38 |
| 1.3.1.2 Discursos e significados representacionais | 40 |
| 1.3.1.3 Estilos e significados identificacionais | 43 |
| 1.4 O poder: tema central para Análise de Discurso Crítica | 44 |
| 1.4.1 Poder: ideologia e hegemonia | 48 |
| 1.5 Resumo | 51 |
| | |
| CAPÍTULO 2 - Percursos identitários no mundo atual | 52 |
| 2.1 Identidade e diferença: noções construídas, e disputadas, socialmente | 53 |
| 2.2 A identidade como peça dos jogos de poder | 57 |
| 2.3 Reflexividade e fluidez identitárias no contexto da modernidade | 61 |
| 2.3.1 Identidade, poder e reflexividade | 62 |
| 2.3.2 Identidade, poder e a metáfora da fluidez | 65 |
| 2.4 A construção identitária no Mundo Mediado | 68 |
| 2.5 A Análise de Discurso Crítica e o interesse pela questão identitária | 72 |
| 2.6 Resumo | 75 |
| | |
| CAPÍTULO 3 - Metodologia de Pesquisa ou a <i>Accademia dei Lincei</i> | 76 |
| 3.1 O discurso da qualidade e o discurso da quantidade | 77 |
| 3.2 Pesquisa qualitativa: um processo multicultural | 80 |
| 3.3 As etapas da pesquisa | 83 |
| 3.3.1 A identificação do problema | 84 |
| 3.3.2 Os estudos teóricos | 84 |
| 3.3.3 A coleta de dados | 86 |
| 3.3.4 A análise dos dados | 87 |
| 3.3.4.1 A análise da estrutura genérica da entrevista | 87 |
| 3.3.4.2 A análise da representação dos entrevistados | 88 |
| 3.3.4.3 A análise das identidades de poder dos entrevistados | 88 |
| 3.3.5 As possíveis repostas | 89 |
| 3.4 Resumo | 89 |

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO 4 – As identidades de poder nas entrevistas jornalísticas | 91 |
| 4.1 O lugar e o papel da entrevista na prática social do jornalismo | 93 |
| 4.2 O gênero do discurso entrevista jornalística..... | 96 |
| 4.2.1 A estrutura genérica da entrevista jornalística em <i>Carta Capital</i> | 101 |
| 4.2.1.1 Os componentes multimodais em <i>Carta Capital</i> | 101 |
| 4.2.1.2 Os pré-gêneros em <i>Carta Capital</i> | 106 |
| 4.2.2 A estrutura genérica da entrevista jornalística em <i>Veja</i> | 110 |
| 4.2.2.1 Os componentes multimodais da entrevista em <i>Veja</i> | 111 |
| 4.2.2.2 Os pré-gêneros em <i>Veja</i> | 114 |
| 4.2.3 A estrutura genérica da entrevista jornalística em <i>Canal Livre</i> | 117 |
| 4.2.3.1 Os componentes multimodais em <i>Canal Livre</i> | 118 |
| 4.2.3.2 Os pré-gêneros em <i>Canal Livre</i> | 123 |
| 4.3 A representação no gênero entrevista jornalística | 128 |
| 4.3.1 A representação do entrevistado em <i>Carta Capital</i> | 129 |
| 4.3.1.1 Participantes, processos e circunstâncias em <i>Carta Capital</i> | 129 |
| 4.3.1.2 A imagem do entrevistado em <i>Carta Capital</i> | 131 |
| 4.3.2 A representação do entrevistado em <i>Veja</i> | 134 |
| 4.3.2.1 Participantes, processos e circunstâncias em <i>Veja</i> | 134 |
| 4.3.2.2 A imagem do entrevistado em <i>Veja</i> | 137 |
| 4.3.3 A representação do entrevistado em <i>Canal Livre</i> | 141 |
| 4.3.3.1 Participantes, processos e circunstâncias em <i>Canal Livre</i> | 141 |
| 4.3.3.2 A imagem do entrevistado em <i>Canal Livre</i> | 143 |
| 4.4 As identidades de poder nas entrevistas jornalísticas: além do esquema pergunta-resposta | 146 |
| 4.4.1 As identidades de poder do entrevistado em <i>Canal Livre</i> | 147 |
| 4.4.2 As identidades de poder da entrevistada em <i>Veja</i> | 152 |
| 4.4.3 As identidades de poder do entrevistado em <i>Canal Livre</i> | 157 |
| 4.5 Resumo | 164 |
| CONCLUSÃO – Onde começam e terminam as águas? | 165 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 172 |
| ANEXOS | 178 |

INTRODUÇÃO

Sobre uma certeza e uma inquietação em torno do poder e da linguagem

Compreendo que uns queiram conquistar o poder ou combatê-lo, ou que se resignem a ele, ou o temam, ou o detestem. O que não compreendo é que se possa subestimar o poder.

(Gérard Lebrun)¹

Durante muito tempo pensei que o poder fosse a própria linguagem. E me contentava com isso. Hoje sei que a linguagem não é, em si mesma, poderosa: ela é um dos principais instrumentos de que se serve o poder para o seu exercício. A diferença é que hoje eu não me contento com isso.

A linguagem tem sido alvo de pesquisas que apontam para diversas *linguagens*, ou para muitas de suas dimensões, o que envolve, inclusive, outras funções além da referência, da descrição e da comunicação. Uma das dimensões da linguagem — e a que interessa a este trabalho — é o seu uso e função dentro das práticas sociais. É somente o uso lingüístico que torna factível o debate acerca da linguagem na condição de exercício do poder, e isso já tem sido percorrido abundantemente dentro da literatura teórica que focaliza a linguagem como elemento em contato e tensão com outros componentes de ordem social, semiótica, política, religiosa, etc. O que parece não haver, ainda, é uma sistematização de como ocorre, na materialidade dos discursos, a prática do poder pela linguagem.

¹ *In O que é poder.*

Meu interesse sobre o tema *poder e linguagem* teve início em 1993, ano em que ingressei nos estudos de graduação na Universidade de Brasília. No mesmo ano, ou no seguinte, li trechos da obra *Linguagem, escrita e poder*, de Maurício Gnerre, e concordei com quase tudo do seu conteúdo, mas confesso que desde aquela leitura formaram-se em mim uma certeza e uma inquietação. A certeza é a relação óbvia entre linguagem e poder, por isso, passei a prestar mais atenção nos discursos e na postura dos que possuem autoridade reconhecida, e, de fato, verifiquei que onde está o poder parece mesmo estar a linguagem de uma maneira muito especial. A inquietação se refere ao *como*, ao *modo*, às *estratégias* que possibilitam que o poder e a linguagem — construtos distintos — coadunem-se numa simbiose quase imperceptível.

O que motiva a presente pesquisa é essa certeza e essa inquietação que me acompanharam desde 1993. Mais que as duas, a inquietação se sobrepõe à certeza, o que levou a querer entender melhor como o poder se apropria da linguagem para ao seu pleno exercício. Por isso, a opção teórica pela Análise de Discurso Crítica, abordagem transdisciplinar cujos interesses são, entre outros, o desvelamento dos conteúdos ideológicos, das relações de poder e os discursos como momentos das práticas sociais.

Não posso deixar de mencionar, também, que o eixo motivador que me fez levar a efeito este trabalho foi seguido por uma observação constante, uma espécie de *pesquisa descompromissada*, ou não oficial, por meio da qual pude prestar atenção nos seguintes fatores, relacionados ao domínio político:

- o poder da contundência e da eficácia de alguns discursos políticos sob a perspectiva da autoridade;
- a construção discursiva que os políticos fazem de si quando falam nas tribunas do Poder Legislativo ou quando concedem entrevistas públicas;
- a construção identitária que os políticos fazem de si quando falam e ao mesmo tempo projetam uma imagem de homens públicos bem-sucedidos e detentores de um poder legitimado.

Nesse sentido, fui verificando que os aportes midiáticos são bastante profícuos para que a palavra sirva de arena à construção do poder via linguagem. Isso me levou a constituir o campo de observação para os discursos que compõem o *corpus* deste trabalho: o gênero discursivo *entrevistas jornalísticas com políticos*, impressas e televisivas.

Mas o tempo me trouxe outra questão relevante: a definição do conceito de poder. O poder é uma dessas categorias como *ética, verdade, democracia, liberdade e fé* das quais todos nós temos uma idéia pronta do que elas sejam, embora tenhamos consideráveis dificuldades em estabelecer-lhes conceituação, inclusive textualmente falando. Esse é o teor dos versos finais do *Romanceiro da Inconfidência*, em que Cecília Meireles resume a *liberdade* como sendo “essa palavra que o sonho alimenta: que não há ninguém que explique, e ninguém que não entenda”. Mas para o intento de um projeto de pesquisa, senti a necessidade de investigar mais acerca da noção de poder, até considerar bastante proveitosa a idéia de poder na condição de *fenômeno social*, construído *com e nas* relações humanas.

Desse modo, estabeleci a pesquisa que intitulei *O poder no discurso: choque de identidades em entrevistas jornalísticas* e que tem como questionamentos:

- Que estratégias discursivas possibilitam a construção das identidades em relação ao poder?
- Que elementos não discursivos entram na construção das identidades em relação ao poder?
- Que lugares, no discurso, são ocupados pelos sujeitos da interação para que sejam marcadas as suas identidades em relação ao poder?

Esses questionamentos permitiram-me propor os objetivos deste trabalho:

Objetivo geral

- analisar a relação entre poder e discurso, sob o ângulo das construções identitárias.

Detalho esse objetivo geral por meio dos seguintes objetivos específicos:

Objetivos específicos:

- descrever as estratégias discursivas usadas pelos sujeitos para se investirem de poder;
- analisar como essas estratégias contribuem para a construção identitária dos sujeitos no exercício do poder.

Os questionamentos que norteiam este trabalho compõem toda a extensão do **Capítulo 4**. E o percurso que sistematiza *O poder no discurso: choque de identidades em entrevistas jornalísticas* é estruturado conforme a síntese a seguir:

- **Capítulo 1 – Análise de Discurso Crítica: comprometimento político**
– revisão teórica dos pressupostos da Análise de Discurso Crítica, com breve recuperação dos estudos em Lingüística Crítica. Atenção especial é dada à contribuição do lingüista britânico Norman Fairclough, principalmente em Fairclough (2001a e 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999). Compõem, ainda, o escopo deste capítulo a contribuição da Gramática Sistemico-Funcional, na proposta de Halliday (1978), com as respectivas releituras propostas por Fairclough (1992 e 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999), além das proposições teóricas de Kress

e van Leeuwen (1996) sobre a multimodalidade e a chamada *gramática visual*.

- **Capítulo 2 – Percursos identitários no mundo atual** – revisão teórica das proposições acerca da noção de identidade e de diferença, com base nas considerações realizadas por Woodward (2000), Hall (2000), Silva (2000), Castells (2002) e Canclini (2005). Um enfoque especial é dado aos construtos teóricos de Giddens (2002) sobre as suas proposições em termos da *modernidade tardia*, bem como à contribuição de Bauman (1999, 2001 e 2005) sobre o que ele nos propõe em relação à denominada *modernidade líquida*.

- **Capítulo 3 – Metodologia de pesquisa ou A *Accademia dei Lincei*** – delineamento da concepção e do desenvolvimento desta pesquisa, que é de cunho qualitativo. Para tanto, servem-nos de base conceitual e metodológica os preceitos de: Bauer e Gaskell (2002), Dezin e Lincoln (2006), Flick (2004) e Taylor e Bagdan (1998). Em seguida, especifico os dados que compõem o *corpus* e as categorias analíticas.

- **Capítulo 4 – As identidades de poder em entrevistas jornalísticas** – análise crítica de duas entrevistas impressas e de uma entrevista televisiva com autoridades políticas, da seguinte maneira:
 - a. **O gênero do discurso entrevista jornalística** – seção em que analiso a estrutura genérica das entrevistas escritas e televisivas, sob o ponto de vista do sistema de escrita e de outros semióticos;
 - b. **A representação no gênero entrevista jornalística** – seção em que analiso os textos escritos e lidos que antecedem, respectivamente, a transcrição das entrevistas escritas e a exibição das entrevistas televisivas.

- c. **As identidades de poder nas entrevistas jornalísticas** – seção em que analiso as construções identitárias para o exercício do poder, com base em estratégias discursivas engendradas pelos entrevistados.

Antes de analisar a estrutura genérica da entrevista, faço um breve resgate do papel e da função que ela possui nos contextos da prática social do jornalismo, com referência em Seabra e Sousa (2006), Medina (2004), Belo (2006), Caputo (2006), Lage (2005), Melo (1994) e Martins (1997).

Ao procurar entender os mecanismos discursivos que possibilitam a construção identitária com vistas ao exercício do poder, busco chamar a atenção para aquilo que considero, ainda, uma lacuna nos estudos críticos acerca da linguagem: o número reduzido de análises que mostrem o modo como o poder se apropria da linguagem, que por si só não é poderosa. De forma mais clara: de que modo o poder se instrumentaliza da linguagem na materialidade dos discursos, a fim de que as pessoas sejam bem-sucedidas no processo de empoderamento. Esses são os meus desígnios com este trabalho que ora apresento.

CAPÍTULO 1

Análise de Discurso Crítica: comprometimento político

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras (...). A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.

(Mikhail Bakhtin)²

A ciência da linguagem foi fundada pela palavra. Quando, em 1916, o mundo moderno conheceu a obra póstuma de Ferdinand de Saussure, o *Curso de Lingüística Geral*, acabou por reconhecer aí, também, a própria Lingüística. Do primeiro quartel do século passado até hoje, a Lingüística, tal qual os homens, busca firmar suas identidades na condição de ciência. Mais que isso: da mesma forma que os homens, a Lingüística passa por sucessivas crises de identidade, o que não se pode considerar um demérito, nem dos homens nem das ciências. Seriam várias as motivações para essas crises identitárias da Lingüística, incluindo-se nisso os diversos fatores de ordem teórica e metodológica, mas nos bastaremos aqui com, a meu ver, o mais evidente deles: o exuberante caráter multifacetado da linguagem, o objeto da Lingüística. Foi esse caráter multifacetado da linguagem o que possibilitou a Bakhtin pensar a respeito do que nos serve de epígrafe, numa crítica à tradição lingüística iniciada em 1916, como veremos mais adiante.

² *In* Marxismo e Filosofia da Linguagem.

Nesta pesquisa, a face abordada da linguagem será a do seu uso nas práticas sociais, que inclui a motivação social e ideológica dos signos lingüísticos, o “flerte” entre linguagem verbal e outras semioses, relações de poder, entre outros. Para tanto, este capítulo inicia-se com a recuperação teórica dos pressupostos da Análise de Discurso Crítica, revisitando um pouco da sua trajetória desde os estudos em Lingüística Crítica. Em seguida, parte-se para a discussão do que houve em termos de ampliação da teoria em relação à Lingüística Crítica e à Gramática Sistêmico-Funcional, o que será realizado com um enfoque especial no trabalho do lingüista britânico Norman Fairclough.

1.1 A origem

A última década de 70, especialmente na Universidade de East Anglia, viu surgir uma linha de investigação sobre o fenômeno lingüístico cujo olhar paira para além da linguagem em si. O conjunto de estudos baseados na acepção de linguagem como prática social ficou conhecido como Lingüística Crítica, sendo o seu marco inicial a obra *Language and Control* (Fowler et al., 1979). A assunção dessa nova abordagem sofreu várias contestações, entre elas, e talvez a mais contundente, o fato de sequer ser considerada lingüística pelos adeptos da chamada “lingüística autônoma”, a gramática gerativa transformacional, hegemônica na época (cf. Fowler, 2004).

Considero que o que distingue a Lingüística Crítica (LC) de outras abordagens da ciência lingüística reside em três aspectos principais: i) a linguagem admitida como prática social: prática no sentido de “uma intervenção na ordem social e econômica”, na tradição de Althusser; ii) a intrínseca relação entre linguagem e ideologia: o reconhecimento de que os significados lingüísticos e os textos são estruturados ideologicamente e iii) os estudos lingüísticos realizados a partir do rótulo “crítico”: sob forte influência da Escola de Frankfurt, o termo “crítica” sinaliza, em termos gerais, para a preocupação com as distorções ideológicas apresentadas como naturais, resultando, assim, em uma postura emancipatória.

Embora tomadas, às vezes, como abordagens indistintas, a LC e a Análise de Discurso Crítica (ADC) apresentam traços de dessemelhança. Boa parte dos estudiosos críticos considera a ADC como uma abordagem metodológica e teórica que se formou a partir das primeiras inserções realizadas pela LC. Contudo, há de se observar, atualmente, um predomínio dos estudos lingüísticos realizados em ADC, sendo a Lingüística Crítica referendada como a baliza histórica da introdução de parte da Lingüística no campo maior das Ciências Críticas.

O próprio termo *crítica* amplia-se, no âmbito atual da ADC, para a “combinação de prática do *engajamento social e político* com uma construção de sociedade *sociologicamente embasada*” (Krings et al., apud Wodak, 2004). Além disso, a *crítica* estabelece a preocupação dos estudos em ADC em dar visibilidade aos sentidos construídos, de forma a revelar as representações de natureza ideológica.

O pesquisador português Carlos Gouveia, no artigo *Análise Crítica do Discurso: enquadramento histórico*³, aponta para uma evolução teórica que se verifica desde a Lingüística Crítica até a Análise de Discurso Crítica. Gouveia destaca que ambas abordagens estão preocupadas com a dimensão social, porém, há uma grande diferença referente aos seus respectivos pontos de partida: as análises em LC partem dos textos e da estrutura lingüística, enquanto que os estudos em ADC buscam “fazer das estruturas e dos processos sociais, das mensagens e do significado o ponto de reflexão a partir do qual a análise dos sistemas de significado deve ter lugar”. Além disso, no mesmo trabalho, Gouveia assevera que

tal como acontecia em Fairclough (1985), também em Hodge & Kress (1988), no surgimento de Kress (1985), se testemunha um afastamento relativamente ao projeto inicial da lingüística crítica e a procura por modelos mais abrangentes para a teoria. Não se defende, ou publicita, apenas o seu uso por teóricos críticos de outras disciplinas, como acontecia originalmente, pretende-

³ Artigo capturado na página pessoal do professor Carlos Gouveia, <http://www.fl.ul.pt/pessoais/artigos>, no site da Universidade de Lisboa, no dia 17 de setembro de 2006.

se, sobretudo, que ela própria possa contribuir para o entendimento do fenômeno lingüístico, mesmo quando este é visto a partir de outras disciplinas que não a lingüística (op. cit., p.9).

A citação acima permite-nos introduzir outra característica dos estudos realizados em ADC: a multi e transdisciplinaridade. Dado o compromisso de se realizar análise com a linguagem na sua condição de prática social, é evidente a necessidade de se buscar em outras ciências, igualmente críticas, o aparato teórico que, juntamente com a linguagem, irá fundamentar as investigações levadas a efeito em ADC, e isso privilegia os estudos contextuais, históricos, sociológicos, filosóficos, etc.

Além de aprofundar e ampliar a dimensão teórico-metodológica proposta sob o título de Lingüística Crítica, a ADC sustenta-se nos pressupostos da Lingüística Sistemico-Funcional (LSF), em particular no funcionalismo de Halliday (1978,1994). Para a LSF, a linguagem funciona como um dos recursos dados ao propósito de se construir significados em contextos sociais, o que seria dizer que a linguagem constitui-se em uma semiótica social. Além disso, é uma ocupação constante da LSF o entendimento do que possa haver na relação entre linguagem e estrutura social. Tal como ocorre em relação à Lingüística Crítica, a ADC, particularmente por meio de Fairclough (2001 e 2003), revisa e amplia alguns dos pressupostos de Halliday, o que abordarei na seção seguinte.

1.2 Textos e discursos em uma dimensão social: a Teoria Social do Discurso

O delineamento do que seja a contribuição teórica da Análise de Discurso Crítica para os estudos da linguagem exige-nos uma atenção especial ao trabalho do lingüista britânico Norman Fairclough. Parte da considerável ampliação dos pressupostos da LC e da LSF foi introduzida por este lingüista, além de ter sido ele um dos responsáveis pelo viés metodológico da ADC,

traço anteriormente bastante difuso, especialmente, nos estudos da Lingüística Crítica.

Um dos grandes subsídios de Fairclough (2001) para a ADC possivelmente tenha sido a inovadora proposta do modelo tridimensional do discurso, em que este é visto, simultaneamente, como *texto*, *prática discursiva* e *prática social*, numa abordagem denominada Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO). Nessa perspectiva, dada ao nosso conhecimento por meio da obra *Discourse and Social Change* (traduzida para o português, em 2001, como *Discurso e Mudança Social*), Fairclough estabelece o comprometimento da pesquisa científica *sobre e com* a linguagem e a mudança social, o que torna a relação discurso-e-estrutura social uma relação dialética e constitutiva, pois “a prática discursiva é constitutiva tanto de maneira convencional como criativa: contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença) como é, mas também contribui para transformá-la” (op. cit., p. 92).

O discurso na condição de prática social implica, conforme Fairclough (2001), dois fatores essenciais:

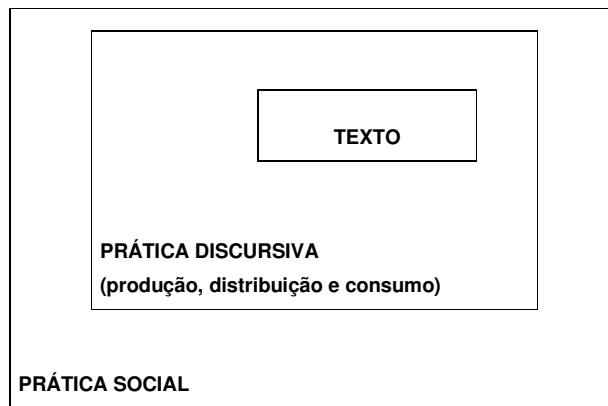
- o discurso é um modo de ação sobre as coisas, sobre o mundo e sobre os outros;
- o discurso é uma condição da estrutura social, que, por seu turno, é um efeito da prática social, numa relação, já dita, dialética.

Ao lado dessas propriedades constitutivas, o discurso possui, ao mesmo tempo, elementos construtivos:

- o discurso é um elemento construtivo das denominadas identidades sociais;
- o discurso participa da construção das relações sociais;
- o discurso contribui para a construção de sistemas de crenças e de conhecimento.

Antes, dissemos que uma grande contribuição de Fairclough para os estudos em ADC foi a proposta inovadora do modelo tridimensional do discurso. Essa proposta é representada, tal como em *Discurso e Mudança Social*, na **Figura 1** abaixo:

Figura 1 – Concepção tridimensional do discurso



Nas três subseções seguintes, discorreremos acerca do modelo tridimensional, acrescentando-lhe algumas das ampliações presentes em Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003).

1.2.1 O discurso na sua dimensão de texto

O discurso, na sua dimensão textual, é analisado sob o ponto de vista da organicidade do texto, sendo, em princípio, relevante qualquer aspecto textual. A tradição lingüística tem dado bastante atenção à análise dos signos, que se recobrem, de acordo com a proposta saussureana, de um caráter de arbitrariedade, o que não se coaduna com uma proposta crítica de análise lingüística e discursiva. Além disso, ao opor a língua (*la langue*), de caráter social, à fala (*la parole*), de caráter individual, Saussure inaugura a clássica tendência do chamado *objetivismo abstrato*, que se baseia, também, na pressuposição de que língua é um sistema autônomo e regular, próprio para

servir de objeto de análise. Foi Bakhtin, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, um dos pioneiros a estabelecer forte oposição quanto ao objetivismo abstrato, asseverando que

a língua, como sistema de formas, que remetem a uma norma, não passa de uma abstração, que só pode ser demonstrada no plano teórico e prático do ponto de vista do deciframento de uma língua morta e do seu ensino. Esse sistema não pode servir de base para a compreensão e explicação dos fatos lingüísticos enquanto vivos e em evolução. Ao contrário, ele nos distancia da realidade evolutiva e viva da língua e de suas funções sociais (op. cit, p. 108).

No lugar do viés arbitrário dos signos, a ADC postula que eles possuem um viés de motivação social e ideológica. Sendo assim, há profundas diferenças, por exemplo, entre denominações como *ex-Ditador Getúlio Vargas* e *ex-Presidente Getúlio Vargas*, o que demonstra que a relação significante/significado se estabelece de forma a atender preceitos de ordem social e ideológica.

Fairclough (2001) sugere que a análise textual pode ser organizada em quatro aspectos:

- **Vocabulário:** para além da tradição dicionarista, o vocabulário precisa ser visto sob o ponto de vista da sua intensa rede de realizações nos “diferentes domínios, instituições, práticas, valores e perspectivas”. Daí a importância dos processos de “relexicalização”, que correspondem aos diversos usos do léxico para uma abordagem de “significância política e ideológica”. Um caso ilustrativo de relexicalização é o uso produtivo, no atual estágio da modernidade, do termo “investimento” para referir o processo educacional, o que se dá mediante uma questão de ordem de discurso.
- **Gramática:** corresponde ao tratamento “das palavras combinadas em orações e frases”.

- **Coesão:** corresponde “à ligação entre orações e frases”, o que envolve variados procedimentos (repetição de palavras, usos de termos sinônimos, mecanismos de referência, de substituição, etc)
- **Estrutura Textual:** corresponde à “arquitetura dos textos” e aos seus modos de organização superiores (“por exemplo, as maneiras e a ordem em que os elementos são combinados para constituir uma reportagem policial”).

Em Fairclough (2003, p. 8), temos a dimensão do que se considera como texto: além de uma constituição multimodal, os textos assumem localização central dentro dos eventos sociais, uma vez que eles (os textos) “podem provocar mudanças em nosso conhecimento”, “têm efeitos a longo prazo” e “podem contribuir com mudanças na educação, mudar relações industriais e muito mais”. Sobre o caráter multimodal dos textos, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 16) estabelecem que “até mesmo os textos ‘escritos’ são crescentemente multissemióticos”, pondo em questão, inclusive, se o termo *texto* continua adequado frente à sua propriedade multimodal, mas concluem que seguem usando-o “na ausência de qualquer alternativa melhor”. Isso amplia a noção de texto porque leva em conta outros sistemas capazes de constituir sentidos além da escrita.

A aceitação de que o não-verbal também *fala* e exerce papel muito mais importante do que um simples acessório estético é o que Kress e van Leeuwen (1996) postulam, ao estabelecerem que as imagens representam não somente estética e expressão, mas também estrutura social e política, além de dimensões comunicativas. Com isso, é evidente que uma construção multimodal possui um viés ideológico, uma vez que as escolhas de determinados sistemas semióticos, em detrimento de outros, dar-se-ão conforme intenções, também, ideológicas.

De algum modo, afirmamos que as escolhas entre os diversos modos semióticos possíveis de participarem da configuração textual não são arbitrárias, devendo, pois, estar de acordo com os diversos contextos sociais

em que se constituem. Ou seja, as imagens também constituem as práticas sociais, não sendo isso uma exclusividade dos textos escritos.

Kress e van Leeuwen (1996), baseados na Lingüística Sistêmico-Funcional, propõem a chamada *gramática visual*, que corresponde, em termos gerais, à organização dos diversos elementos não-verbais (cores, imagens, fotografias, texturas, sons) com o propósito de constituírem sentidos, que exige dos diversos leitores, os *viewers*, um letramento diferenciado.

No que corresponde à função textual de Halliday, a gramática visual cuida especialmente das seguintes categorias:

- **Valor da informação:** baseado nos elementos *dado/novo*, eixo horizontal – em geral numa posição mais à direita (dado) e à esquerda (novo); e *ideal/real*, eixo vertical – em geral numa posição mais ao alto (ideal) e mais abaixo (real). Além de representar a relação *ideal/real*, o eixo da verticalidade pode expressar as relações de poder, estando o elemento representativo dessas relações localizado mais ao alto, o que é o caso, por exemplo, da disposição das imagens sacras nas igrejas (num plano mais elevado) em relação ao plano ocupado pelos fiéis.
- **Saliência:** baseada no grau de destaque dado a certos elementos composicionais, por exemplo, o tamanho e a localização reservados para uma foto no espaço gráfico de uma reportagem.
- **Moldura:** baseada na maneira como elementos estão conectados nas imagens.

Quanto à função interpessoal da linguagem, a análise dos componentes não-verbais de um texto levará em conta, entre outros fatores, a categoria da **modalidade**, em que serão expressos os valores de verdade. Neste caso, a função das cores e das texturas será essencialmente relevante. No que tange à função ideacional, a análise dos aspectos não-verbais recairá sobre a sua **transitividade**, sendo elementos muito importantes o olhar dos atores representados e o olhar entre os atores representados e os leitores.

1.2.2 O discurso na sua dimensão de prática discursiva

A prática discursiva, conforme estabelece Fairclough (2001, p. 99-100), envolve os processos de produção, distribuição e consumo dos textos:

A análise de um discurso particular como exemplo de prática discursiva focaliza os processos de produção, distribuição e consumo textual. Todos esses processos são sociais e exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado. (...) Uma forma de ligar a ênfase na prática discursiva e nos processos de produção, distribuição e consumo textual ao próprio texto é focalizar a intertextualidade do último.

A relevância em se considerar esses processos reside no fato de que é necessário relacionar as diversas maneiras de organização e interpretação textuais com os modos com que eles são produzidos, distribuídos e consumidos, porque isso corrobora para o entendimento das práticas sociais “em termos de sua relação com as estruturas e as lutas sociais”.(op. cit., p.100)

Outra questão de destaque que a análise dos processos de produção, distribuição e consumo dos textos é capaz de revelar relaciona-se com a complexa rede de construção social dos sentidos, uma vez que nem sempre tais processos se dão de forma individual, o que demonstra formas particulares de “processamento de textos” de acordo com a diversidade de práticas sociais, instituições, etc. Acrescente-se a isso a discussão em torno das denominadas *cadeias de gêneros*, categoria detalhada em Fairclough (2003, p. 21), como a noção de que

contribuem para a possibilidade de ações que transcendem diferenças no espaço e no tempo, unindo eventos sociais e práticas sociais diferentes, países diferentes, tempos diferentes, facilitando a capacidade reforçada para ‘ação a distância’ que tem sido considerada um traço definidor da ‘globalização’ contemporânea, e, dessa maneira, tem facilitado o exercício do poder.

Na realidade da prática econômica brasileira, uma breve ilustração de uma *cadeia de gêneros* pode ser a rede de gêneros do discurso que se constitui antes e depois de cada reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil): cada reunião é antecedida por uma convocação; a reunião em si gera uma ata (a Ata do Copom), cujo resumo é divulgado para a imprensa e entidades representativas, que, por sua vez, geram notas oficiais (Nota da Fiesp, Nota da CUT, por exemplo), além de reportagens, análises jornalísticas, etc. Dias depois, o Banco Central divulga a íntegra da Ata do Copom, contendo detalhes sobre a evolução da taxa Selic, o que desencadeia novas notas oficiais, reportagens e projeções para a próxima reunião do Comitê. Além disso, o próprio gênero “ata” (a Ata do Copom possui algumas especificidades: apresenta um sumário, e dados como a data, o local, o horário da reunião e os seus participantes são dispostos fora do corpo textual da Ata) pode tornar-se parte de outros gêneros, como, por exemplo, trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, etc).

Além dos processos de produção, distribuição e consumo de textos, a dimensão do discurso como prática discursiva envolve:

- a **análise do contexto**: categoria que auxilia no entendimento das práticas sociais de que o discurso é elemento;
- a **coerência**: propriedade geralmente associada ao texto, porém, mais bem admitida como uma “propriedade das interpretações” (op. cit., p. 113);
- a **força**: um componente associado aos significados acionais e interpessoais, envolvendo os *atos de fala*;
- a **intertextualidade**: categoria, quanto à distribuição, “útil na exploração de redes relativamente estáveis de enunciados em que os textos se movimentam, sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto ao outro” (op. cit., p. 114). Quanto ao consumo, a intertextualidade diz respeito aos “outros textos que os intérpretes variavelmente trazem ao processo de interpretação”. Ainda há de se

considerar, quanto à propriedade intertextual, não só as diversas vozes que se fazem presentes, mas, também, as que são “excluídas, e que ausências significantes há”, o que guarda relevância de ordem ideológica (cf. Fairclough, 2003).

1.2.3 O discurso na sua dimensão de prática social

Em Fairclough (2001, p. 117), a dimensão do discurso em termos de prática social é analisada em função das noções de ideologia e de hegemonia. Quanto à noção de ideologia, a proposta de Fairclough pressupõe, com base teórica em Thompson (1984,1990), que

as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações sociais de dominação. (...) as ideologias são muito eficazes quanto se tornam naturalizadas e atingem o status de ‘senso comum’.

A noção de ideologia ocupa, assim, lugar privilegiado nos estudos da linguagem em ADC, “que tem interesse particular pela relação entre linguagem e poder” (cf. Wodak, 2004, p. 1). Para Fairclough, não se deve privilegiar o caráter estável das inserções ideológicas; antes, deve-se pautar o olhar crítico para o projeto maior, o de transformação, uma vez que sua grande contribuição está justamente no entendimento de que a mudança social também é possível por meio da mudança discursiva.

O estudo da ideologia nos textos, embora, às vezes, não seja possível estabelecer localizações tão pontuais (espaciais) da sua materialidade, pode ser feito por meio da análise das *pressuposições*, das *metáforas*, da *coerência*, do estabelecimento das *tomadas de turno*, da *polidez*, enfim, da constituição final dos sentidos do texto.

A noção de hegemonia nos estudos em ADC vem da contribuição de Gramsci (apud. Fairclough, 2001, p. 122), por uma questão de harmonização teórica. Nesse sentido, também ocupando papel central a idéia de poder, a hegemonia é considerada como

o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em alianças com outras forças sociais, mas nunca atingindo senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'. (...) hegemonia é um foco constante de luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas.

As diversas articulações e rearticulações das ordens do discurso podem ser consideradas aspectos discursivos da luta hegemônica. Nesse sentido, os processos de produção, distribuição e consumo textuais são elementos dessa mesma luta, já que podem auxiliar nas transformações das ordens de discurso e, conseqüentemente, das relações sociais baseadas nas distribuições díspares de poder.

A dimensão do discurso como prática social recebe um enfoque diferente em Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003). Não se tratando mais da exata correspondência entre prática social e discurso, este passa a ser considerado um dos elementos das práticas, ao lado de outros momentos igualmente constitutivos. Chouliaraki e Fairclough (1999, p.6) citam a contribuição de Harvey (1996), para quem as práticas sociais compõem-se dos seguintes momentos: *poder, relações sociais, práticas materiais, crenças, valores e desejos, instituições sociais e o discurso*.

Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 21) definem as práticas sociais como sendo “as maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem juntas no mundo”. Ao se admitir o discurso como um dos momentos das práticas, assume-se, definitivamente, o caráter multidisciplinar da Análise de Discurso

Crítica, dada a evidente necessidade de se levar em consideração a complexa trama de elementos (políticos, sociológicos, filosóficos, religiosos, ideológicos, etc) que constituem as práticas sociais dos membros.

Além de definirem as práticas sociais, Chouliaraki e Fairclough (1999), baseados nos pressupostos do *Realismo Crítico*⁴, propõem que os momentos constituintes de uma prática social são:

- O **discurso** (semiose).
- A **atividade material**.
- As **relações sociais** e **processos** (instituições, relações de poder).
- O **fenômeno mental** (sistema de crenças, desejos, valores, ideologia).

As práticas sociais são, assim, constitutivas, sendo dialética a relação entre os seus diversos momentos, que deverão ser, também, tratados pelas análises feitas no âmbito da ADC. O discurso, nessa orientação, influencia e é influenciado pelas demais práticas, que se relacionam de forma articulada e internalizada, de maneira, já se disse, dialética. Será discursivo um momento de determinada prática social aquele configurado por *gêneros* (modos de agir), *discursos* (modos de representar) e *estilos* (modos de ser), conforme Fairclough (2003).

O que se constitui como momentos das práticas sociais não deve ser considerado de forma rigorosa, pois elas “podem ser vistas como articulações de diferentes tipos de elementos sociais associados com áreas particulares da vida social” (cf. Fairclough 2003, p. 29), o que não permite traçar um quadro quantitativo das práticas sociais. Fairclough (2003), sugere que “qualquer prática social” pode ser vista “como uma articulação destes elementos: *ação e interação, relações sociais, pessoas* (com crenças, atitudes, histórias, etc), o *mundo material e o discurso*”.

⁴ O Realismo Crítico concebe a vida, tanto em sociedade quanto no estado natural, como um todo analisável, formado por dimensões biológicas, psicológicas, econômicas, semióticas, sociais, etc. Cada dimensão possui, por sua vez, uma estrutura particular.

Com base nessa ampliação de discurso, não como a prática social em si, mas como um dos seus momentos, proponho representar a contribuição de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003) como na **Figura 2**, a seguir:

Figura 2 – Sugestão para a representação da prática social



A idéia de um quebra-cabeça foi escolhida por sugerir um sentido de construção, de formação. Cada peça desse jogo corresponde a um momento da prática social, ao tempo em que cada momento internaliza os outros, conforme indica o uso das letras (a), (b), (c) e (d). Não quis que a figura acima se formasse por completo, para estabelecer a representação de continuidade, indicando, assim, que outros momentos podem se associar aos que ali se encontram, ou até mesmo substituir alguns deles.

Já em Fairclough (2001, p. 94), a prática social é caracterizada como tendo “várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica -, e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso”.

1.3 Gêneros, discursos e estilos: momentos discursivos das práticas sociais

Embora as práticas sociais não sejam constituídas apenas por práticas discursivas, tenho como objetivo nesta seção procurar discorrer mais detalhadamente acerca do papel exercido pelos discursos dentro das práticas sociais. Nesse sentido, torna-se essencial destacar algumas ampliações feitas por Fairclough (2001 e 2003) e por Chouliaraki e Fairclough (1999) a respeito da Lingüística Sistêmico-Funcional, especialmente da proposta de Halliday (1994) sobre a multifuncionalidade da linguagem.

A LSF apóia-se no grande pressuposto de que a estrutura social é inerente ao sistema lingüístico, sendo que este cumpre diversas funções: por meio da linguagem podemos erigir boa parte da nossa interação com os outros; podemos interpretar e representar o mundo físico e o nosso mundo interior; podemos representar o conhecimento, enfim, podemos, por meio da linguagem, também, constituir sentidos. Essa gama de usos permitiu a Halliday (1994) estabelecer três metafunções da linguagem, intrínsecas a todas as línguas, e de ocorrência simultânea:

- **Função Ideacional:** corresponde à capacidade humana de representar e interpretar a sua experiência referente ao mundo físico e interior. Dada a infinitude do que possa ser essa representação, Halliday propõe-nos uma redução em termos de três processos básicos: os **materiais** (relativos ao mundo material e exterior: *fazer, construir, destruir, comprar*), os **mentais** (relativos à experiência interior: *saber, amar, odiar*) e os **relacionais** (relativos à capacidade humana de relacionar aspectos da experiência, fazendo possíveis generalizações: *ser [x é y] e ter [x tem y]*). Ao lado desses, há outros processos, localizados em posições intermediárias aos processos básicos: os **comportamentais** (entre os materiais e mentais: *tossir, respirar, observar*); os **verbais** (entre os mentais e os relacionais: *dizer, pedir, informar*); e os **existenciais** (entre os materiais e os

relacionais: *haver, existir*). Todos esses processos possuem participantes que lhes são associados, de forma inerente ou não:

- **processos materiais:** *ator* (sempre inerente aos processos materiais), *meta* (pode ser um produto da ação ou algo afetado por ela), *beneficiário* (não-inerente aos processos, beneficiando-se deles [para quem?]), *alcance* (especifica o campo de atuação dos processos, mas não se beneficia deles [subir o muro]) e *circunstâncias* (idéias de localização, tempo, modo, causa, companhia, etc);
 - **processos mentais:** *perceptor* (consciente) e *fenômeno* (o que se percebe);
 - **processos relacionais:** *portador* e *atributo* (atributivos), *identificado* e *identificador* (identificativos) e *possuidor* e *possuído* (possessivos);
 - **processos verbais:** *emissor* (aquele que diz, afirma relata), *locução* (a oração projetada que representa o que foi dito) e *verbiagem* (o conteúdo de uma locução, passado pelo crivo da subjetividade [ele disse *asneiras*]);
 - **processos existenciais:** *existente* e *circunstância*;
 - **processos comportamentais:** *atuante* e *alcance*.
- **Função Interpessoal:** corresponde à interação entre os interlocutores, bem como aos papéis que assumimos e desempenhamos na interação. Também engloba as nossas atitudes, crenças e valores.
- **Função Textual:** corresponde à capacidade humana de realizar as funções ideacional e interpessoal, também, em textos coesivos e coerentes e ajustados ao contexto de situação. De certo modo, a função textual instrumentaliza as demais funções.

Ainda quanto às três metafunções da linguagem propostas por Halliday, pode-se acrescentar as seguintes observações:

- **A função ideacional** apóia-se no sistema de transitividade, que, conforme Ghio e Fernandez (2005, 81), “pode-se definir como um recurso gramatical para construir o fluxo da experiência em termos de um processo como uma cláusula. Na cláusula, o mundo da experiência se converte em significado configurado como um conjunto manejável de *processos, participantes e circunstância*”.
- **A função interpessoal** vincula-se, especialmente, ao *sistema de modo*, que contribui para o reconhecimento “dos papéis discursivos” estabelecidos durante a interação (op. cit. p. 102).
- **A função textual** oferece os recursos para que as demais funções sejam realizadas em um texto organizado e coeso, apoiado, entre outros fatores, no *sistema temático* (tema/rema) e no *sistema de informação* (dado/novo).

No que tange à proposta de Halliday acerca da multifuncionalidade da linguagem, a abordagem de Fairclough não lhe chega a ser contrastiva. Mais uma vez, o que presenciamos é uma ampliação no sentido de melhor atender as investigações realizadas em ADC. Sendo assim, já em Fairclough (2001), tem-se a cisão da função interpessoal em outras duas: a *identitária*, que corresponde à construção das identidades via discurso, e a *relacional*, que corresponde à construção das relações sociais entre os participantes do discurso. Ainda, quanto à função textual de Halliday, Fairclough (2001, p. 102) assevera que

Halliday (1978) também distingue uma função 'textual' que pode ser utilmente acrescentada a minha lista: isso diz respeito a como as informações são trazidas ao primeiro plano ou relegadas a um plano secundário, tomadas como dadas ou apresentadas como novas, selecionadas como 'tópico' ou 'tema', e como partes de um texto se ligam a partes precedentes e seguintes do texto, e à situação social 'fora' do texto.

A divisão da função interpessoal nas funções identitária e relacional atende a duas grandes preocupações dos estudos em ADC: a compreensão crítica dos complexos processos discursivos e sociais a partir ou por meio dos quais as identidades são constituídas, bem como a extensa, e não menos complexa, rede de práticas sociais nas quais as pessoas se relacionam. Essa divisão da função interpessoal nas duas funções acima identificadas leva Fairclough (2003) a propor que “o discurso figura de três principais maneiras na prática social. Figura como: *gênero* (modos de agir), *discursos* (modos de representar) e *estilos* (modos de ser)”.

Nessa abordagem, a clássica contribuição de Bakhtin (1992) de que os gêneros são *tipos relativamente estáveis de enunciados* é ampliada, dado que, em Fairclough (2003), os “*gêneros, discursos e estilos são, na ordem, meios relativamente estáveis e duráveis de agir, representar e identificar*”. Essa proposta para os gêneros, discursos e estilos continua sendo uma proposta multifuncional, mas não exatamente em termos de funções, e, sim, erguida em termos de significados *acionais, representacionais e identificacionais*, em que os gêneros, discursos e estilos são, respectivamente, “os três aspectos do significado” (op. cit. p. 32).

A ampliação realizada por Fairclough (2001 e 2003) em relação à proposta de Halliday (1978) é resumida por mim no **Quadro 1** – Comparação entre as concepções de Fairclough (2001 e 2003) e Halliday (1978) sobre multifuncionalidade –, a seguir:

Quadro 1 – Comparação entre as concepções de Fairclough (2001 e 2003) e Halliday (1978) sobre multifuncionalidade

| Metafunção Halliday (1978) | Função Fairclough (2001) | Significado Fairclough (2003) ⁵ |
|--------------------------------------|------------------------------------|--|
| Ideacional | Ideacional | Representacional |
| Interpessoal | Identitária | Acional |
| | Relacional | Identificacional |
| Textual | Textual | ----- |

1.3.1 Representação, Ação e Identificação: sobretudo, uma relação dialética

O discurso figura como parte das práticas sociais por meio dos modos de agir, de representar e de ser, relacionados, respectivamente, aos gêneros, discursos e estilos. Essa abordagem, como já dito, torna o multifuncionalismo, em Fairclough (2003), baseado em significações, e não em funções, como faz Halliday (1978, 1994) em sua proposta.

É preciso destacar que a separação entre os três tipos de significados é mera disposição analítica, uma vez que eles, empiricamente, constroem-se de forma dialética, de modo que cada um “internaliza” os outros (Harvey, 1996a, apud. Fairclough, 2003). Para isso, Fairclough (op. cit. 29) sugere que a dialética do discurso é representada por um processo realizado conforme o **Quadro 2** – Representação da dialética do discurso de acordo com Fairclough (2003) –, a seguir:

⁵ Em Fairclough (2003), o que seria a função textual está pulverizado em todos os textos: “podemos ver ação, representação e identificação simultaneamente em textos inteiros ou pequenas partes de textos. (...) Não faço distinção de uma função textual separadamente (...) (op. cit., p. 32).

Dialética do discurso

Discursos (significados representacionais) interpretados em gêneros (significados acionais);
 Discursos (significados representacionais) apontados em estilos (significados identificacionais);
 Ações e identidades (incluindo gêneros e estilos) representados em discursos (significados representacionais)

Quadro 2 – Representação da dialética do discurso de acordo com Fairclough (2003)

Um exemplo de como a relação entre os significados é, de fato, imbricada é o caso das entrevistas jornalísticas com autoridades políticas, por exemplo. Nesse gênero (significado acional), o discurso (significado representacional) pode ser erigido com vistas à manutenção das relações de poder, particularmente, por meio da construção identitária (significado identificacional) revestida por uma relação de empoderamento. Tais relações tornam-se ainda mais complexas quando da transcrição (edição) da entrevista realizada face a face, ou mesmo mediada tecnologicamente (via telefone ou Internet). A edição de uma entrevista e sua disposição nas páginas de uma revista ou jornal tornam-na um gênero híbrido (significado acional) – uma espécie de reportagem, pois há uma manchete, uma pequena matéria inicial com dados do entrevistado (significado representacional) – em que a entrevista (significado acional) constitui um dos elementos centrais. Ao lado disso, há, no pequeno texto introdutório, a descrição de dados (significado representacional) pertinentes ao assunto principal da matéria. Quando editada, disposta nas páginas dos jornais e revistas, a matéria contendo a entrevista é construída com o aporte de vários outros sistemas semióticos (fotos, cores, enquadramentos), o que faz desse gênero um conjunto multimodal. Se pensarmos em termos da entrevista televisiva (significado acional), possivelmente todas essas relações de significados compõem relações ainda mais imbricadas, uma vez que as imagens reais do entrevistador e entrevistado (além de outros elementos como cenário, luz e movimentos de câmera) corroborarão, decisivamente, para a construção de identidades (significado

identificacional), bem como para a construção dos assuntos tomados como tema central da entrevista (significado representacional).

1.3.1.1 Gêneros do discurso e significados acionais

Os gêneros do discurso são categorias de interesse central nos estudos em ADC, pelo fato de apresentarem, além de um aparato lingüístico, uma natureza de ordem social e histórica. É reconhecido o legado bakhtiniano na abordagem dos gêneros nos domínios da linguagem. Sua concepção, que denota a existência de *tipos relativamente estáveis de enunciados*, é referência para muitos dos estudos posteriores dessa problemática. Bakhtin (2000, p. 301) postula que

para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo. Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). Na prática, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência teórica.

Os gêneros do discurso têm papel fundamental no processo de interação social, uma vez que o seu prévio conhecimento por parte dos interlocutores incita neles uma série de estratégias discursivas que serão realizadas. Segundo Bakhtin (op. cit., p. 301), “o querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na escolha de um gênero do discurso”. Para o teórico russo, essa escolha é feita conforme as situações específicas de comunicação.

Bakhtin (op. cit., p. 282) distingue os *gêneros primários*, aqueles surgidos nas situações cotidianas e familiares, dos *gêneros secundários*, os que são fruto de um processo mais elaborado, sob os aspectos cultural, social e histórico. Os gêneros secundários “aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica”. O foco na distinção

dos gêneros nesses dois grupos e a formação histórica e social dos gêneros secundários são para Bakhtin “o que esclarece a natureza do enunciado (e, acima de tudo, o difícil problema da correlação entre língua, ideologias e visões de mundo)”.

O que ocorre com a noção de gênero no atual decurso histórico da ADC não deve ser caracterizado como uma negação a essa contribuição bakhtiniana; antes, como já se disse, trata-se de uma ampliação da abordagem, para atender à evolução natural do saber científico e à consideração de outros elementos, como a multimodalidade, por exemplo. Sendo assim, os estudos em ADC, na consideração de Fairclough (2003), trabalha com uma acepção de gêneros como modos *relativamente estáveis e duráveis de agir* situados numa prática social. São exemplos de gêneros: a entrevista, o artigo jornalístico, a receita médica, a reportagem (televisiva e impressa). Praticamente todos, inclusive os próprios da prática escrita, assumem contornos multimodais, possibilitando a geração de significados acionais, num hibridismo cada vez mais marcante nas práticas discursivas do estágio vigente da modernidade.

Fairclough (2003) faz uma distinção entre *pré-gêneros*, *gêneros situados* e *gêneros desencaixados*:

- Os **pré-gêneros** são categorias mais abstratas que entram na composição de diversos *gêneros situados*, como o caso da narrativa, da descrição, conversação e da argumentação.
- Os **gêneros situados** são realizações mais concretas, presentes, conforme Chouliaraki e Fairclough (1999), “na performance de uma prática social particular”, como é o caso do artigo acadêmico.
- Os **gêneros desencaixados** são aqueles desenvolvidos em determinadas áreas da vida social e que são “desencaixados e transformados em um tipo de tecnologia social que pode ser usada em

diferentes áreas e em diferentes níveis da vida social” (cf. Fairclough, p. 215). Um exemplo de gênero desencaixado são os diversos tipos de entrevistas.

1.3.1.2 Discursos e significados representacionais

Os discursos são tomados, agora, como momentos das práticas sociais, numa relação dialética com outros momentos que lhes são igualmente constitutivos. Além disso, os discursos constituem significados representacionais, podendo o termo “discurso” ser usado no sentido amplo e mais abstrato de momento de uma prática, como também para referir a concretização de certos discursos particulares, conforme postula Fairclough (2003, p. 26):

note que ‘discurso’ está sendo usado aqui em dois sentidos: abstratamente, como um substantivo abstrato, com o significado de linguagem ou outros tipos de semiose como elemento da vida social; mais concretamente, como substantivo contável, com o significado de maneiras particulares de representar parte do mundo.

A representação, entendida aqui como o significado em relação com os discursos, deve ser realizada com base na análise dos *processos* (geralmente na forma verbal), dos *participantes* (sujeito e objetos oracionais) e das *circunstâncias* (categoria de natureza adverbial), conforme a proposta funcional de Halliday (1978 e 1994). Isso permite verificar que tratamento foi dado aos atores e aos eventos sociais nos textos: a quem se deu mais ênfase? Quem foi incluído? Quem foi excluído na construção discursiva? Categoria pertinente nesse particular é a da *representação dos atores sociais*, cuja análise criteriosa é feita por Van Leeuwen (1997). A *representação dos atores sociais* compõe as diversas formas como os textos (discursos) são capazes de posicionar os atores sociais. Nesse sentido, estruturas de agência verbal, nomeações e

adjetivações, por exemplo, assumem importância central para a constituição ideológica dos discursos.

As estruturas verbais de voz ativa e passiva servem para constituir relações absolutamente distintas quanto à representação de pessoas e eventos sociais. Com a voz ativa, o que se busca é a ação do sujeito, sua disposição em atuar em relação ao mundo e aos outros. Com a voz passiva, estão marcadas a rendição do sujeito aos eventos e o seu assujeitamento em relação à ação dos outros. Esse entendimento diverge frontalmente das análises da gramática tradicional, para quem as vozes passiva e ativa são construções distintas do ponto de vista da forma, mas equivalentes sob o ponto de vista da significação.

Os nomes dos atores sociais podem estar presentes ou não nos textos. Muitas vezes, por exemplo, reportagens que tratam das guerras entre dois países acabam por se construir a partir de determinado ponto de vista, podendo ser o do país economicamente mais poderoso, o que guarda evidente correlação com a ordem de discurso. Nesse caso, tal texto trará, possivelmente, a representação nominal do chefe de estado, dos comandantes, dos ministros e secretários de estado do país em condição política privilegiada, reservando para o país em situação de desigualdade uma série de representações genéricas e inferenciais. Nesse último caso, poderão ser incluídas no texto, de forma vaga e menos legitimada, representações como, por exemplo, por meio de pronomes.

Os discursos, construindo a representação, podem fazê-lo com vistas à denominada *recontextualização*, que é, conforme Fairclough (2003, p. 222),

a relação entre diferentes (redes de) práticas sociais – uma questão de como os elementos de uma prática social são incorporados no contexto de outra. Sendo originalmente um conceito sociológico, (Bernstein 1990), a recontextualização pode ser efetuada de forma transdisciplinar na análise de discurso em categorias como cadeias de gênero, o que permite a apresentação mais detalhada de como o discurso de uma prática social é recontextualizado em outra.

A *recontextualização* constitui, em termos gerais, a forma como um evento social é representado nas diversas áreas do conhecimento, nas cadeias de práticas sociais e nos gêneros. Nesse processo complexo, alguns elementos dos eventos sociais se perdem, outros são acrescentados, outros transformados no seio de práticas discursivas, que, por sua vez, irão legitimá-los, avaliá-los, explicá-los, ou não. Sendo assim, o processo de *recontextualização*, segundo Fairclough (2003, p. 139), ocorre por meio da análise dos seguintes aspectos: a) **presença** (diz respeito aos elementos que são mantidos ou aliados e, ainda, qual o tratamento dados a eles); b) **abstração** (diz respeito “ao grau de abstração e de generalização dos eventos concretos”; c) **ordenamento** dos eventos; e d) **acréscimos** (diz respeito ao material que é acrescentado aos eventos: “as explicações, legitimações, (razões, causas, intenções) e avaliações”. O caso particular da presença dos eventos guarda estreita relação com os fatores de intertextualidade textual, uma vez que ela é constituída pela presença de outros elementos no texto, mas também pela questão que envolve as ausências significativas de um texto, o que se dá conforme intentos ideológicos.

Outra categoria importante na representação é a chamada *metáfora gramatical*, “uma extensão do conceito de metáfora baseado na palavra para o nível gramatical”, o que envolve, por exemplo, a categoria dos processos. Uma ilustração da metáfora gramatical pode ser a seguinte manchete de uma reportagem veiculada pelo *site* Terra, em 24 de julho de 2006, sobre o conflito travado entre israelenses e libaneses: *Libano amanhece com novos combates e bombardeios*. Se a opção jornalística fosse, por exemplo, *Soldados israelenses ateiavam bombas e promovem combates no Líbano*, não estaríamos diante de uma construção metafórica. Mas atribuir a um elemento cultural (o país) propriedades da natureza (amanhecer), para ofuscar a agência dos participantes, constitui um caso de metáfora gramatical.

1.3.1.3 Estilos e significados identificacionais

Os estilos, ligados aos significados identificacionais, constituem uma face da função identitária (cf. Fairclough 2001), que, por sua vez, é uma das funções da função interpessoal de Halliday (1978). Os discursos, segundo Fairclough (2003), por meios de ações e representações podem “apontar modos de identificação”.

Em termos gerais, o interesse pós-moderno pela discussão em torno da modernidade passa pela relação dialética entre identidade social e personalidade, dado que

o desenvolvimento social completo da identidade de uma pessoa (sua capacidade de agir como um agente social, intervindo e potencialmente transformando a vida social) depende dos papéis sociais que são pessoalmente investidos e adequados, em uma fusão entre a identidade social e personalidade (Fairclough 2003, p. 223).

As questões acerca das construções identitárias, preocupação dos estudos realizados em ADC, constituem a inquietação deste trabalho. Mais especificamente a construção de identidades com vistas ao empoderamento, por isso, dada a relevância central do tema para esta pesquisa, discutirei com mais vagar o complexo processo de construção identitária tendo como suporte teórico as proposições de Giddens (2002), de Bauman (1999, 2001 e 2005) e de Fairclough (2003), no Capítulo 2: *Percursos identitários no mundo atual*. Além dessas contribuições, tomarei por base as reflexões de Castells (2006), Hall (2000), Silva (2000) e de Woodward (2000) para a discussão em torno do tema identidade.

1.4 O poder: tema central para Análise de Discurso Crítica

As relações de poder, sua estruturação e transformação estão entre as principais preocupações da Análise de Discurso Crítica, dado o viés político e emancipatório desta abordagem teórico-metodológica. Além disso, como já dito anteriormente, o poder é classificado, conforme Harvey (1996), como um dos momentos das práticas sociais, ao lado, entre outros, do discurso.

Wodak (2004, p. 4) reflete sobre a relação linguagem e poder da seguinte maneira:

para a ACD, a linguagem não é poderosa em si mesma – ela adquire poder pelo uso que os agentes que detêm poder fazem dela. (...) o poder envolve relações de diferença, particularmente os efeitos dessas diferenças nas estruturas sociais. A unidade permanente entre linguagem e outras questões sociais garante que a linguagem esteja entrelaçada com o poder social de várias maneiras: a linguagem classifica o poder, expressa o poder, e está presente onde há disputa e desafio de poder. O poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo e alterar sua distribuição a curto e longo prazo.

Um passo interessante que deve ser dado no sentido de uma caracterização mais específica do *poder* está na necessidade de se abandonar qualquer postura preconceituosa, deturpada ou mesmo mítica que a palavra em questão parece abrigar no seu arcabouço semântico. Conforme Foucault (apud Lebrun, 2004, p. 19), “por que só pensar no poder enquanto limitador, dotado apenas do ‘poder do não’, produzindo exclusivamente a ‘forma negativa do interdito’? O poder é menos o controlador de forças que seu produtor e organizador”. Desta forma, é visto como algo próprio da escala organizacional da sociedade. Essa observação feita por Foucault contribui para que se erga um novo olhar sobre o poder, menos ligado ao senso comum. Lebrun (2004, p. 20), ainda baseado em Foucault, sentencia que o poder “é o nome atribuído a um conjunto de relações que formigam por toda parte na espessura do corpo

social (poder pedagógico, poder policial, poder do contramestre, poder do psicanalista, poder do padre etc.,etc.)”. Com isso, é possível presumir que qualquer relação social é firmada em alguma cadeia cujo poder esteja subjacente.

Bobbio et all. (2004) apontam para o fato de que a tradição dos estudos sobre o poder, iniciada por Thomas Hobbes, em *O Leviatã*, estabelece a noção de poder como sendo “um objeto ou uma substância – observou alguém – que se guarda num recipiente”. O poder não é um instrumento a ser possuído; o poder é, sobretudo, “um fenômeno social” (op. cit, p. 934) que se verifica no âmbito das relações humanas: “poder social não é uma coisa ou a sua posse: é uma relação entre pessoas” (op. cit, p. 934).

Na acepção de fenômeno social, o poder possui, conforme Bobbio et all. (2004), uma relação triádica, já que a sua definição engloba o *elemento X* – pessoa ou grupo que detém o poder –, o *elemento Y* – pessoa ou grupo sujeito ao poder – e a *esfera do poder* (o campo de atuação do exercício do poder: para um médico [a saúde], para o professor [a educação], por exemplo). A determinação da *esfera do poder* pode ser mais clara (mais limitada) ou difusa (mais ilimitada), a depender de determinados casos. Um exemplo de esfera de poder mais ilimitada refere-se ao poder político. Bobbio et all. (2004) estabelecem, ainda, uma distinção entre *poder atual* e *poder potencial*: i) o *poder atual* corresponde ao poder não como uma possibilidade, mas a uma ação, “o poder efetivamente exercido” (op. cit, p. 934); ii) o *poder potencial* corresponde ao poder na condição de possibilidade, de “capacidade de determinar o comportamento dos outros” (op. cit, p. 936). Tanto o poder atual quanto o poder potencial, por serem relações sociais, podem ser rompidos, caso aquele que, em princípio, deveria se submeter ao exercício do poder de alguém ou de um grupo não corresponder a esse papel dentro da relação. Tal possibilidade justifica-se pelo fato de o elemento X (o seu comportamento) ser a causa do comportamento de Y, mas quanto à noção de *causa*, Bobbio et all. (2004, p. 935) não se referem a ela em uma

perspectiva de determinismo mecanicista. As relações sociais entre comportamentos são relações prováveis, não relações de *necessidade*. Por isso, neste contexto, o conceito de causa está desvinculado do conceito de necessidade, devendo ser entendido como *causa provável*.

A abordagem de Bobbio et all. (2004), estabelecida nos domínios das Ciências Políticas, serve como reflexão teórica para esta pesquisa, penso eu, por dois motivos básicos: primeiro, porque o poder é alçado à condição de fenômeno social, sendo uma construção entre pessoas; segundo, porque o poder não se estabelece mediante uma condição de determinismo, podendo ser fruto de contestação, o que se coaduna com a perspectiva de que os membros da sociedade podem estar submetidos às relações assimétricas desiguais, mas também podem questioná-las e até transformá-las. Para o interesse particular da ADC, um dos recursos a serviço da transformação das relações sociais assimétricas é o discurso.

Outra contribuição importante para a noção de poder está em Thompson (1998, p. 21), para quem “o poder é um fenômeno social penetrante, característico de diferentes tipos de ação e de encontro”. Thompson (1998) estabelece uma relação entre o poder e a posição social das pessoas:

a posição que um indivíduo ocupa dentro de um campo ou instituição é muito estreitamente ligada ao poder que ele ou ela possui. No sentido mais geral, poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas conseqüências. No exercício do poder, os indivíduos empregam os recursos que lhes são disponíveis; recursos são os meios que lhes possibilitam alcançar seus objetivos e interesses (op. cit., p. 21).

A noção de *campo* utilizada por Thompson (1998, p. 21) é, segundo ele, “um termo fértil desenvolvido por Pierre Bourdieu” e significa “um conjunto de circunstâncias previamente dadas que proporcionam a diferentes indivíduos diferentes inclinações e oportunidades”. Thompson (1998) propõe-nos uma classificação para as diversas formas de poder, embora assevere que esta

classificação atende a interesses meramente analíticos. Tal classificação se estabelece em termos dos recursos e instituições paradigmáticas:

- **Poder Econômico:** surge das atividades humanas de produção, que envolvem diversos recursos de ordem material e financeira. O poder econômico tem como instituições paradigmáticas, por exemplo, as empresas comerciais.
- **Poder Político:** surge das atividades que se referem à “coordenação das pessoas e da regulamentação dos padrões de sua interação” (op. cit, p 22). As instituições paradigmáticas do poder político estão relacionadas ao estado ou instituições paraestatais; o principal recurso desta forma de poder é a autoridade.
- **Poder Coercitivo:** surge do uso ou da ameaça de uso da força, ou mesmo de outros tipos de constrangimento. Suas instituições paradigmáticas são, em geral, as militares, policiais, etc.
- **Poder Simbólico (ou Cultural):** surge “na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas” (op. cit., p. 24). Thompson (1995, p. 79) define as formas simbólicas como sendo “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos”. Para Thompson (1998, p. 24), a “atividade simbólica é característica fundamental da vida social, em igualdade de condições com a atividade produtiva, a coordenação de indivíduos e a atividade coerciva”. Os recursos que possibilitam esta forma de poder referem-se aos meios de comunicação e de informação, sendo-lhe as instituições paradigmáticas as instituições culturais: escolas, igrejas, indústrias da mídia, etc.

A acepção de poder que se utiliza nesta pesquisa é a noção ampla de fenômeno social, que, conforme Wodak (2004), pode ser desafiado, expressado, subvertido ou alterado pela linguagem. Por isso, não nos

deteremos em levar à exaustão as contribuidoras classificações acima, até pelo fato de elas serem abertamente de cunho analítico. Partimos da noção ampla, e interessante, de poder na condição de fenômeno social, nos casos que analisaremos, exercido por meio de estratégias discursivas.

1.4.1 Poder: ideologia e hegemonia

A noção de discurso como um dos momentos que formam as práticas sociais guarda específico interesse pelas noções de ideologia e de hegemonia, ambas tratadas pela abordagem da Análise de Discurso Crítica sob a ótica das relações de poder.

O conceito de ideologia de que se serve a ADC baseia-se na contribuição de Thompson (1995). Em *Ideologia e Cultura Moderna*, a base conceitual de ideologia é assim definida pelo autor:

A análise da ideologia, de acordo com concepção que irei propor, está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar que grupos ocupam posições de poder (op. cit., p.75-6).

Para Fairclough (2001, p.117), as ideologias são construções de sentido que se ocupam da produção, reprodução ou transformações das relações de poder, noção bastante próxima à contribuição de Thompson (1995, p. 80), para quem a “dominação” corresponde às relações de poder “sistematicamente assimétricas”, quando o poder é exercido de forma permanente por determinados grupos ou pessoas. Fairclough (2001) ainda aponta para o fato de que as construções ideológicas assumem sua maior eficácia quando são revestidas de um caráter natural, próprio do senso comum. Os estudos em ADC seguem com estes propósitos: o de tornar claras as construções obscuras de natureza ideológica e o de desnaturalizar as construções assumidas no seio do senso comum na condição de naturais.

Thompson (1995) estabelece cinco *modos de operação da ideologia*, dispostos a seguir, articulados com algumas estratégias de construção simbólica:

- **Legitimação** – apresenta as relações de dominação “como legítimas, justas e dignas de apoio” (op. cit., p. 82). As estratégias de legitimação são a *racionalização* (a construção de uma linha de raciocínio lógica com vistas à persuasão), a *universalização* (algo de interesse particular dado como de interesse de todos) e a *narrativização* (processo de narração que busca atribuir ao passado e ao presente um viés de eternidade).
- **Dissimulação** – apresenta os fatores ideológicos de forma a ofuscá-los ou mesmo negá-los. As estratégias de dissimulação são o *deslocamento* (um termo próprio de um objeto ou pessoa usado para referir outro objeto ou pessoa); a *eufemização* (valoração positiva de certas ações, eventos ou relações sociais); e o *tropo* (conjunto de estratégias que engloba a metáfora, a sinédoque e a metonímia).
- **Unificação** – apresenta os fatores ideológicos como sendo de forma unificada, interligando os indivíduos “numa identidade coletiva” (op. cit., p. 86). As estratégias de unificação ideológica são a *padronização* (as formas simbólicas assumem um caráter padrão) e a *simbolização da unidade* (corresponde à construção de “símbolos de unidade” como bandeiras, hinos e brasões).
- **Fragmentação** – apresenta os fatores de ordem ideológica de forma segmentada, de modo que os grupos de que representam um desafio à dominação não possam agir de forma unificada. As estratégias de fragmentação são a *diferenciação* (reforço dado às diferenças e distinções que desunem os grupos e pessoas) e o *expurgo do outro* (construção de uma imagem negativa de alguém ou algo, revestindo-lhes de uma característica ameaçadora).

- **Reificação** – apresenta os fatores de ordem ideológica, comumente instáveis e passageiros, como sendo estáveis e naturais. As estratégias de reificação são *naturalização* (a caracterização de natural de algo que é fruto das construções culturais), a *eternalização* (caracterização de permanência dos fatores sociais e históricos) e a *nominalização/passivização* (recursos gramaticais que visam, respectivamente, à transformação de ações e eventos em designações nominais, com vistas ao apagamento dos atores envolvidos nessas ações, e ao uso da voz passiva, que tem como fito ofuscar ou negar a agência dos eventos).

Esses modos de operação da ideologia constituem uma proposta de categorização, sem a pretensão de ser uma proposição definitiva, de maneira que é possível afirmar-se que os modos e as suas respectivas estratégias operam, quase sempre, de forma associada, no trabalho de construção simbólica da ideologia.

A noção de hegemonia, outra categoria de interesse central para os estudos em ADC, também é estabelecida em termos das relações de poder. Quanto à hegemonia, Fairclough (2001, p. 123) faz menção ao conceito que Gramsci utiliza na análise do capitalismo ocidental e que, em termos gerais, corresponde à manutenção do poder e da dominação política, social e econômica de uma dada classe em relação às demais. Segundo Fairclough, uma *ordem de discurso*, termo usado a partir do arcabouço teórico de Foucault, pode ser a “faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador da luta hegemônica”. Em outros termos, pode-se dizer que a compreensão das práticas discursivas é a própria compreensão dos modos como os discursos, produzem, reproduzem ou desafiam as ordens de discurso hegemônicas.

1.5 Resumo

Este capítulo constitui a primeira parte da revisão teórica que serve de base para a presente pesquisa. Nesse sentido, produziu-se uma breve resenha, partindo do que entendemos ser a origem da Análise de Discurso Crítica – os estudos em Lingüística Crítica –, passando pela ampliação dos pressupostos teóricos da LC e da LSF, o que provocou uma nova abordagem das noções de discurso (como um dos momentos das práticas sociais), dos gêneros discursivos (como modos de agir), do caráter multifuncional da linguagem (estabelecido em termos de significados acionais, representacionais e identificacionais), entre outros.

Admitir os discursos como momentos das práticas sociais significa, em boa parte, assumir, decisivamente, o caráter multi e transdisciplinar dos estudos realizados em ADC, dado que os outros elementos que constituem as práticas sociais não são de ordem discursiva, o que significa que os primeiros internalizam os últimos, numa relação dialética.

Partiremos, no capítulo seguinte, para o debate em torno de um tema central para as ciências críticas na modernidade: a questão da identidade e da diferença. Esse olhar mais atento para essa temática se dá por dois motivos principais: primeiro, porque a construção identitária constitui uma das preocupações da Análise de Discurso Crítica, ao lado das relações sociais dos membros no âmbito das práticas; segundo, porque a construção identitária com vistas ao exercício das posições de poder compõe a principal inquietação desta pesquisa.

CAPÍTULO 2

Percursos identitários no mundo atual

E como são estilhaços
Do ser as coisas dispersas
Quebro a alma em pedaços
E em pessoas diversas

Fernando Pessoa⁶

O grande projeto poemático de Fernando Pessoa, a criação de diversos sujeitos poéticos, serve-nos como emblema para a inquietação moderna em torno das construções identitárias. Sem querer comparar a concepção dos heterônimos de Pessoa à complexa trama que envolve a constituição de identidades, por questões óbvias de escopo teórico, atendo-me ao fato de que as *peessoas diversas* a que alude o poeta servem de metáfora para as diferentes identidades que os membros do atual estágio moderno constroem de si e vêem construídas de si pelos outros, em virtude de múltiplos fatores.

O presente estágio da modernidade tem se caracterizado, também, por uma espécie de interesse súbito em torno do conceito de identidade. Apesar de identidades pré-existirem aos tempos modernos, a questão identitária torna-se um campo maior de interesse agora, nos contextos atuais da modernidade, tendo em vista que antes parecia haver uma aura de determinismo racionalista sobre essa questão.

As identidades eram pré-estabelecidas por fatores de ordem trabalhista, econômica, sexual ou religiosa, em que os papéis a ser desenvolvidos pelos membros da sociedade, de certo modo, já estavam antevistos. Não é o que se

⁶ Excerto extraído da obra *Os melhores poemas de Fernando Pessoa*, em que se discorre acerca de uns dos intentos poéticos mais intrigantes da história da literatura mundial: os heterônimos do poeta português. Na busca pela unidade, Fernando Pessoa trilhou “o caminho da pluralidade” (op. cit., p. 16).

verifica atualmente, no nosso mundo marcado pelas possibilidades reflexivas e pela fluidez em termos de tempo e de espaço, como veremos mais adiante.

Neste capítulo, tratarei com mais vagar do fluxo das identidades a partir dos construtos teóricos de Giddens (2002) sobre o que ele denomina de *modernidade tardia*, bem como da contribuição sociológica de Bauman (1999, 2001 e 2005) acerca do que ele propõe em termos da *modernidade líquida*. Tomarei por base, ainda, as reflexões de Woodward (2000), de Hall (2000), de Silva (2000), de Castells (2002) e de Canclini (2005) no que tange à definição de identidade. Em especial, focalizarei a relação da mídia com as construções identitárias, com apoio em Thompson (1998). A partir de todas essas contribuições teóricas, farei um cotejo com a preocupação dos estudos em ADC a respeito da construção identitária, especialmente com base em Fairclough (2001 e 2003).

2.1 Identidade e diferença: noções construídas, e disputadas, socialmente

A definição de identidade é estabelecida a partir dos mais diversos ângulos teóricos, uma vez que sua noção é, de fato, complexa. Nesse sentido, partiremos de três concepções de identidade, apresentadas por Hall (2005, p. 10), em *A identidade cultural na pós-modernidade*:

- o **sujeito do Iluminismo** – noção de sujeito baseada na centralidade e unificação da pessoa, que nascia e se desenvolvia permanecendo “essencialmente o mesmo”;
- o **sujeito sociológico** – noção de sujeito desvincilhada de uma autonomia, mas possuidor de “essência interior que é o ‘eu real’”;
- o **sujeito pós-moderno** – noção de sujeito que rechaça a sua condição de fixidez e permanência, sendo a identidade uma questão histórica, e não biológica.

O sujeito pós-moderno é, então, marcado pela fragmentação, o que não se pode analisar como uma suposta falha humana, ou mesmo desequilíbrio. É essa fragmentação, aliás, que nos permite afirmar que a noção de identidades (no plural) é mais adequada do que a noção de identidade (no singular), uma vez que o sujeito na pós-modernidade não é visto numa condição de unificação nem de completude, mas em constante instabilidade. Essa posição se aproxima do que Woodward (2000, p. 12) denomina de perspectiva *não-essencialista* sobre identidade, que, em resumo, focaliza as diferenças e os processos de mudança pelos quais passam as identidades.

As diversas definições que as identidades assumem a partir da concepção pós-moderna de sujeito induzem-nos a levar em conta outra noção: a *diferença*. O que vem a ser identidade só é possível em função da diferença, conforme Woodward (2000, p. 9). O que está por trás da pergunta *Quem é você?* é exatamente a pergunta *Quem você não é?*. Quando alguém afirma “sou carioca”, ao mesmo tempo quer dizer “não sou gaúcho”, “não sou goiano”, o que nos permite dizer que a diferença é essencial para a existência da identidade. Para Woodward (2000), a questão da diferença não deixa de ser problemática em função de dois motivos principais. Primeiro, porque a “diferença é sustentada pela exclusão” e, segundo, porque a diferença parece não sugerir a existência de similaridades entre os diversos grupos: “ser católico” é não ter nenhuma similitude com “ser evangélico”, por exemplo, oposição que não verifica nessas práticas religiosas. Woodward (2000) estabelece, ainda, que a marcação da diferença ocorre, além de sistemas simbólicos, por meio de *sistemas classificatórios* (que dividem um todo e todas as suas características em, pelo menos, dois grupos distintos: *nós* [brasileiros]/*eles* [bolivianos] ou *eu* [católico]/*outro* [evangélico]). O problema dos sistemas classificatórios está no fato de que os elementos dispostos nessas relações binárias podem ser sustentados por meio de afirmações desiguais. Geralmente, o primeiro termo da dicotomia corresponde à *norma*, o segundo elemento do par é o item desprestigiado: homem/mulher,

branco/negro, etc. Por outro lado, pode-se visualizar essa dicotomia como sendo a “fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo”.

Para Silva (2000, p. 76), identidade e diferença são *criaturas da linguagem*; “além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos lingüísticos”, tendo, por isso, de “ser ativamente produzidas”. Tal postulação de Tomaz Tadeu da Silva tem como fulcro a natureza social e cultural das identidades, que são construções realizadas nas relações sociais e culturais, e não um elemento dado *a priori*, à espera de ser apropriado. Além disso, a assertiva de Silva (2000) estabelece-se mediante o fato de que as identidades e as diferenças são construtos de ordem simbólica e discursiva. Indo mais longe ainda, ele assevera que identidades e diferenças são relações sociais e, portanto, estão sujeitas a “vetores de força” e a “relações de poder”. Também, é no posicionamento da identidade e da diferença como relações de poder que reside a possibilidade de se questionar as mesmas relações por meio das quais as dicotomias se estabelecem, o que sempre envolve o duplo movimento de inclusão e exclusão.

Outra questão relevante é a estabelecida por Woodward (2000) e que envolve identidade e subjetividade, muitas vezes tomadas como conceitos similares. Para Woodward (2000, p. 55), “subjetividade sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções de sobre *quem somos nós*”; a mesma autora acrescenta que

a subjetividade pode ser tanto racional quanto irracional. Podemos ser – ou gostaríamos de ser – pessoas de cabeça fria, agentes racionais, mas estamos sujeitos a forças que estão além do nosso controle. (...) As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades. (...) O conceito de subjetividade permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade (op. cit., p. 55).

Sendo noções de natureza social e discursiva, identidade e diferença são representadas. Mais que isso: como a linguagem não se presta unicamente à função de representação, muitas vezes as identidades e as diferenças acontecem, ou se realizam, lingüisticamente por meio de *atos performativos*. Na proposição de Austin (1998), a *performatividade* se refere à força da linguagem em fazer com que as coisas aconteçam, se efetivem ou se realizem, distinguindo-se da mera função descritiva. Por meio dos atos performativos, o locutor não só diz, mas realiza algo: um exemplo clássico das realizações performativas é caso da asseveração “eu vos declaro marido e mulher”, em que tais palavras possuem a força de instituir uma nova relação social e civil entre duas pessoas.

Segundo Silva (2000), o deslocamento da identidade de descrição para performatividade é mesmo o deslocamento de *algo que é* para *algo que pode ser*. Silva (2000, p. 93) cita como exemplo a palavra “negrão”, para ilustrar que esse uso não se restringe apenas a descrever alguém do sexo masculino, mas serve, também, para incluí-lo “em um sistema lingüístico mais amplo que contribui para reforçar a negatividade atribuída à identidade ‘negra’” (op. cit, p. 93). Às vezes, uma proposição, em princípio descritiva, pode servir a propósitos performativos, ao tentar instituir, de certo modo, qualquer tipo de realidade identitária. Podemos ilustrar esse caso por meio de exemplos como “fulano é inteligente” e “seu irmão é esforçado”, em que a segunda assertiva possui caráter que extrapola a simples declaração, tendo, ao final, efeitos performativos, porque cria uma identidade para o irmão. É com essa outra possibilidade de performatividade, mais ampla, que a teórica J. Butler (1999, apud Silva, 2000) estabelece que a identidade é uma questão de performatividade. Nesse caso, o efeito esperado para além da simples declaração é obtido por meio da repetição.

Todas essas reflexões sobre identidade feitas até aqui têm em comum não se basearem em teorias essencialistas, que pressupõem um núcleo estável de sujeito, praticamente imutável desde o seu nascimento até a morte. Antes, conforme Hall (2000, p. 108), essa concepção de sujeito que mais

guarda relação com a modernidade baseia-se em um conceito “estratégico e posicional” de sujeito. Esse autor acrescenta que

essa concepção aceita que as identidades não são, nunca, unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos (op. cit., p. 108).

É a aceitação de que as identidades são elementos construídos e não produtos ou artigos prontos a serem adquiridos que nos permite enfatizar o seu caráter histórico e ideológico. É nesse sentido que podemos dispor as identidades em uma arena de poder e de disputa por ele, e, neste caso, o discurso possui papel bastante privilegiado, como veremos na subseção seguinte.

2.2 A identidade como peça dos jogos de poder

Uma distinção importante que deve ser feita no âmbito da discussão em torno das identidades é a que envolve os papéis sociais. Conforme Castells (2006, p. 22-23), os papéis sociais (ser pai, ser mãe, ser professor, ser atleta, etc) “são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade”, enquanto que as identidades “constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individualização”. Muitas vezes, contudo, os papéis sociais podem coincidir com as identidades. Isso ocorre, por exemplo, quando um papel ergue-se como a principal fonte de significação para a constituição das identidades. Castells procura dirimir as dúvidas entre o que venha a ser papel social e identidade, postulando que “as identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções” (op. cit., p.23).

Castells reitera que, tomadas sob o ponto de vista sociológico, as identidades só podem ser construídas. As questões levantadas pelo autor de *O poder da identidade* dizem respeito a: por quê? como? por quem? e para quem

as identidades são construídas?. O próprio Castells (2006, p. 23) responde que os “aparatos de poder”, ao lado de questões históricas, geográficas, religiosas, institucionais, entre outras, constituem a “matéria-prima” de que se valem as construções identitárias. Ao lado disso, acrescenta que

todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para quem essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes de conteúdo simbólico dessa identidade (...)
(op. cit., p. 23)

A ênfase dada por Castells (2006) refere-se à construção de identidades coletivas na denominada *sociedade em rede*, caracterizada, em termos gerais, pela globalização das forças de trabalho, por uma organização social em rede, pela virtualidade possível por meio dos sistemas midiáticos e pela transformação nos fluxos do tempo e do espaço. Para Castells, a construção identitária nunca é desvinculada dos contextos em que ocorram relações de poder, o que o motiva a propor “uma distinção em três formas e origens de construção de identidades”:

- **Identidade legitimadora:** origina a sociedade civil. Esta forma de identidade permite que os atores sociais reproduzam as fontes de dominação.
- **Identidade de resistência:** questiona a sociedade civil. Esta forma de identidade é construída por atores sociais que se encontram em condições de desigualdade na escala social, o que os leva a formar as denominadas *comunas* ou comunidades, que dizem respeito aos grupos de atores cujas identidades se voltam contra as instituições dominantes e suas ideologias.

- **Identidade de projeto:** busca transformar a estrutura social. Esta forma de identidade “consiste em um projeto de vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida” (op. cit., p. 26). Na sociedade em rede, as identidades de projeto surgem das resistências comunais.

Sobre a relação entre a construção das identidades e o exercício do poder, Woodward (2000, p. 18) estabelece que nenhum sistema de representação, que inclui as identidades, ocorre fora das relações de poder, “incluindo poder para definir quem é incluído e quem é excluído”. Em outra instância, Woodward (2000) refere-se às dicotomias, presentes nos sistemas classificatórios, como sendo oposições de poder, que, por sua vez, fomentam as divisões sociais, por exemplo, entre homens e mulheres. Derrida (apud Woodward, 2000, p. 53) estabelece que a dicotomia é um dos meios pelos quais os significados são fixados, sendo um veículo para o que o pensamento eurocêntrico assumisse a posição de prestígio dentro das dicotomias.

As identidades não só se dão nas relações de poder, como também têm lugar nas disputas por ele. Isso é possível por causa do caráter simbólico e discursivo das identidades. Silva (2000, p. 81) assevera que tanto a identidade quanto a diferença podem ser “objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder”, na busca, entre outros, “ao acesso privilegiado aos bens sociais”, o que torna muito apertado o vínculo entre a construção identitária e o poder. Tudo isso faz com que afastemos do debate em torno das identidades e das diferenças quaisquer posturas de inocência e ingenuidade:

Podemos dizer que onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder. A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem ou que com ela guardam uma estreita relação. São outras tantas marcas da presença do poder: *incluir/excluir* ('estes pertencem, aqueles não'); *demarcar fronteiras* ('nós e eles'); *classificar* ('bons e maus'; 'puros e impuros'; 'desenvolvidos e primitivos'; 'racionais e irracionais');

normalizar ('nos somos normais; eles são anormais') grifos nossos (op. cit., p. 81-2).

De todas as marcas do poder imbuídas no processo de diferenciação, a da normalização é tida como um dos mecanismos “mais sutis” por meio do qual “o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença” (op. cit., p.83). Normalizar significa a determinação arbitrária de uma identidade sobre as outras; significa a naturalização de uma identidade, que passa a ser considerada “a identidade”; significa atribuir a maior carga possível de negatividade às demais identidades:

Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, ‘ser branco’ não é considerado uma identidade étnica ou racial. Num mundo governado pela hegemonia cultural estadunidense, ‘étnica’ é a música ou a comida dos outros países. É a sexualidade homossexual que é ‘sexualizada’, não a heterossexual. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade (Silva, 2000, p. 83).

Tendo em vista que a normalização se dá por meio dos binarismos, o questionamento destes é, de alguma maneira, uma forma de desestabilizar as identidades tidas como normais, dado que elas servem ao propósito ideológico das classes, etnias e nações dominantes. Além do questionamento aos binarismos que suportam a normalização, há outro tipo de movimento interessante para o exercício de desestabilização das identidades hegemônicas: é o caso de se questionar os sistemas de representação associados ao processo de construção identitária. Uma vez que toda identidade precisa ser representada, e que essa representação se dá, também, por vias discursivas, será imbuído de poder aquele que puder estabelecer e representar a identidade. Por isso, para Silva (2000, p. 91), questionar a identidade e a diferença significa “questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. No centro da crítica da identidade e da diferença está uma crítica das suas formas de representação”.

Questionar os sistemas de representação é o que faz, também, Ferreira (2006) em *Identidade feminina do espaço político: percurso simbólico na ecologia da linguagem*. Quando analisa a identidade feminina no mundo político, Ferreira (2006, p. 295), ao situar as noções de feminilidade e “feminilidade”, propõe que essas categorias “podem representar uma questão de política de representação do feminino” e que

a atuação discursiva dessas simbologias já identifica a não-fixidez desses valores, pois transitam entre si constituindo performativos que configuram movimentos contra a hegemonia de uma dessas categorias, como centro identificador do feminino.

Ferreira conclui essa discussão reiterando que o “perfil feminino oscila de acordo com a política da representação requerida pelo instante histórico com suas metas ideológicas e políticas” (op. cit., p. 296).

De certo modo, antes de questionarmos a representação das identidades, ou, de modo mais derradeiro, antes de questionarmos os discursos, é preciso um movimento anterior: o de se analisar de que maneira as identidades com vistas ao exercício do poder se constituem discursivamente. Entender os mecanismos de estratégia discursiva que permitem aos sujeitos se imbuírem de poder é o núcleo investigativo desta pesquisa e, por isso, será retomado na extensão do capítulo 4.

2.3 Reflexividade e fluidez identitárias no contexto da modernidade

A designação do atual estágio da modernidade passa também por uma questão de identidade. São várias as denominações para o mundo de hoje: *sociedade em rede*, *novo capitalismo*, *modernidade tardia*, *modernidade líquida* e *pós-modernidade*, por exemplo. Em quase nada essas denominações são excludentes. Elas apenas focam mais luz em determinado elemento que compõe a intrincada rede de transformações que se verificam no atual decurso da modernidade. Para os fins deste trabalho, utilizarei a contribuição de

Giddens (2002) sobre as suas proposições em torno da *modernidade tardia* e a problemática das identidades dentro desta proposta teórica; e também farei uso da contribuição de Bauman (1999, 2001 e 2005) acerca do que ele denomina de *modernidade líquida* e das suas implicações identitárias. Tal recorte deve-se ao fato de que esses construtos teóricos, no meu entendimento, por meio da discussão em torno da reflexividade e do desencaixe, e da metáfora da liquidez, expressam bem as propriedades que tornam este decurso da modernidade sem precedentes na história econômica, política e social da humanidade.

2.3.1 Identidade, poder e reflexividade

O conjunto de propriedades capazes de distinguir a etapa vigente do nosso mundo não só altera os fatores de ordem institucional, política, econômica e cultural, como também afeta as questões atinentes à existência humana. Em termos amplos, a modernidade tem sido identificada como todo o período pós-feudal ocorrido na Europa, que tomou dimensões mundiais a partir do século XX. O termo “modernidade” também pode referir-se ao mundo industrializado, sem que haja uma redução do termo em função unicamente das instituições industriais. Assim é que Giddens (2002, 221) define a modernidade em sua obra *Modernidade e Identidade*. Contudo, a *modernidade tardia* ou *alta modernidade* é conceituada pelo autor como sendo “a presente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização e globalização dos traços básicos da modernidade”.

Em várias direções, o mundo da modernidade tardia difere das sociedades que o precederam, mas uma marca que lhe é incontestável reside no dinamismo com que homens e instituições operam atualmente. Para Giddens (2002, 21-26), o mundo atual é um mundo “mundo em disparada”, cujo ritmo da mudança social, em termos de “amplitude e profundidade”, atinge as práticas sociais e os modos de comportamento. Por isso, a modernidade tardia pode ser entendida em referência a três fatores principais:

- A **separação tempo e espaço** – Lidar com o tempo e com o espaço, obviamente, não se constitui em uma exclusividade da modernidade tardia, porém, nas sociedades predecessoras, o tratamento dado à relação tempo/espaço ocorria numa dimensão de localização espacial determinada, numa “situacionalidade de lugar”. A noção de *quando* sempre era associada à noção de *onde*, o que não mais se verifica hoje, especialmente em função dos instrumentos tecnológicos de aproximação.
- O **desencaixe das instituições sociais** – Totalmente influenciada pela separação tempo/espaço, a metáfora do desencaixe refere-se ao fato de que, atualmente, as relações sociais são deslocadas de contextos locais, sendo rearticuladas “através de partes indeterminadas do espaço-tempo”. Os mecanismos de desencaixe são de dois tipos: os *sistemas especializados* (baseados no conhecimento especializado) e as *fichas simbólicas* (“os meios de troca que têm valor padronizado”, o dinheiro, por exemplo). Sistemas especializados e fichas simbólicas reúnem-se sob o rótulo geral de *sistemas abstratos*, que, juntamente com o desencaixe, criam “quantidades crescentes de poder – de poder que os homens têm de alterar o mundo material e transformar as condições de suas próprias ações”.
- **A reflexividade** – O desencaixe, associado à separação tempo/espaço, produz uma realidade em que as práticas não são reguladas por valores preestabelecidos, o que configura o contexto da reflexividade. A reflexividade não pode ser tomada como o simples movimento de introspecção, mas como “o uso regulado de conhecimento sobre as circunstâncias da vida social como elemento constitutivo de sua organização e transformação”. As atividades sociais são suscetíveis ao processo de reflexividade, “à luz de novo conhecimento ou informação”, que, por seu turno, são constitutivos das instituições modernas.

Todos esses traços que caracterizam a modernidade tardia são capazes de influenciar as relações entre a constituição da auto-identidade e as instituições sociais. Mais especificamente, Giddens (2002) afirma que a reflexividade “se estende ao núcleo do eu”, o que faz do *eu* um “projeto reflexivo”. A construção do *eu* no mundo moderno tardio ocorre, então, por meio de um processo reflexivo:

Ser uma ‘pessoa’ não é apenas ser um ator reflexivo, mas ter o conceito de uma pessoa (enquanto aplicável ao eu e aos outros). O que se entende por ‘pessoa’ certamente varia nas diferentes culturas, embora haja elementos dessa noção que são comuns a todas elas. A capacidade de usar ‘eu’ em contextos diferentes, característica de toda cultura conhecida, é o traço mais fundamental das concepções reflexivas da pessoa (op. cit., p. 54).

A reflexividade como fonte da construção identitária é questionada em contextos de extremo pertencimento local, onde reside e se relaciona considerada parcela da sociedade que é alijada de todos os avanços tecnológicos e econômicos erguidos pela globalização. É o que pensa, por exemplo, Castells (2002, p. 27), ao afirmar que “exceto para a elite que ocupa o espaço atemporal de fluxos de redes globais e seus locais subsidiários, o planejamento reflexivo da vida torna-se impossível”.

A reflexividade, os mecanismos de desencaixe e os sistemas abstratos produzem ações de *empoderamento*⁷. Nas sociedades pré-modernas, os indivíduos desenvolviam atividades muito arraigadas nas exigências locais. Ao reorganizar as atividades humanas desvencilhadas da relação fixa entre tempo e espaço, a modernidade tardia acabou por exigir-lhes uma rearticulação, produzida também pelos mecanismos de desencaixe. E isso envolve, em certa

⁷ Na obra *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*, Jorge O. Romano e Marta Antunes, antropólogo e economista da UFRJ, respectivamente, propõem duas definições para o termo empoderamento, uma delas é a seguinte: “um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades, assumem o controle dos seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomam consciência de sua habilidade para produzir, criar e gerir” (op. cit., p. 17).

medida, transferência de poder. Giddens exemplifica esse fato por meio do desenvolvimento da medicina, que, evidentemente, retirou dos leigos muito da sua autoridade no trato com habilidades curativas. Mas, para os leigos, o processo de reflexividade pode ser, também, um mecanismo de empoderamento, dada, em continuidade ao exemplo da medicina, a possibilidade de se escolher reflexivamente entre as diversas especialidades médicas, dependendo do diagnóstico. Ou seja, nesse caso —o da ampla possibilidade de escolha entre as especialidades médicas—, ocorre que não se tem “uma autoridade máxima a quem recorrer”, o que se torna, em alguma escala, uma possibilidade de empoderamento por parte do leigo. Outro exemplo que pode ser acrescentado a isso diz respeito à influência dos curandeiros em determinadas comunidades, que, em muitos casos, se sobrepõe ao poder dos médicos.

2.3.2 Identidade, poder e a metáfora da fluidez

A mobilidade é um fator de extrema importância na análise do mundo atual, pois é capaz de rearticular as relações sociais, os comportamentos individuais e sociais e as relações de poder. A mobilidade assume essa posição estratégica apenas nas sociedades modernas, sendo fruto da revisão entre o vínculo espaço/tempo. Por isso, é usada por Bauman (2001, p. 15) na sua definição do que venha a ser modernidade:

A modernidade significa muitas coisas, e sua chegada e avanço podem ser aferidos utilizando-se muitos marcadores diferentes. (...) A modernidade começa quando o espaço e o tempo são separados da prática da vida e entre si, e assim podem ser teorizados como categorias distintas e mutuamente independentes da estratégia e da ação; quando deixam de ser, como eram ao longo dos séculos pré-modernos, aspectos entrelaçados e dificilmente distinguíveis da experiência vivida, presos numa estável e aparentemente invulnerável correspondência biunívoca.

A liquidez é a representação metafórica estabelecida por Bauman (2001) para designar a recente fase do mundo moderno. Segundo esse sociólogo polonês, os fluidos e os líquidos servem como alegoria para o mundo atual porque, diferentemente dos sólidos, não se prendem ao espaço e fluem com facilidade; por isso, aos fluidos e líquidos associamos a idéia de leveza, o que, por conseqüência, permite-nos estabelecer uma comparação com a inconstância e a mobilidade. Conforme Bauman (2001, p. 9), “essas são razões para considerar *fluides* ou *liquidez* como metáforas adequadas quando queremos captar a natureza da presente fase, *nova* de muitas maneiras, na história da humanidade”. Em resumo, a *modernidade líquida* é, para Bauman, a própria globalização.

A modernidade líquida é capaz de afetar as estruturas estatais, os comportamentos, a produção cultural, as relações humanas. É nesse contexto que introduzimos a discussão em torno das identidades no nosso mundo líquido e fluido. Identidades que “não têm a solidez de uma rocha” e “flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta para defender as primeiras em relação às últimas”, como postula Bauman na obra *Identidade*, um livro de entrevistas concedido ao italiano Benedetto Vecchi. Nesta obra, Bauman reitera que a discussão em torno das identidades é mais atuante na modernidade, pois, nos tempos antecessores, a identidade estava presa às “âncoras sociais” que a faziam parecer “natural”. Para Bauman (2005) a identidade é algo a “ser inventado e não descoberto”, pois

em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, “estar fixo – ser ‘identificado’ de modo inflexível e sem alternativas – é algo cada vez mais malvisto. (...) Em nosso mundo fluido, comprometer-se com uma única identidade para toda a vida, ou até menos do que a vida toda, mas por um longo tempo à frente, é um negócio arriscado. As identidades são para usar e exibir, não para armazenar e manter. (op. cit., p 35-96)

De todas as características dos líquidos, enfatizo mais a mobilidade, pelo fato de que ela se constitui, atualmente, na principal nascente das desigualdades sociais, bem como tem sido capaz de realinhar as estruturas de onde emana o exercício do poder.

As benesses que o mundo globalizado produziu – como a velocidade, os aparatos tecnológicos, a Internet, entre outros, todos eles possibilitando que o homem moderno disponha de mobilidade para atravessar longas distâncias nos menores intervalos de tempo ou ter acesso a todo o planeta no clique de um segundo – não estão à disposição de todas as pessoas do mundo. Isso faz com que a mobilidade seja, para Bauman (1999), a principal fonte de estratificação social. Mais que isso, no tocante à questão identitária, a *elite móvel*, emancipada dos limites impostos pelo espaço e pelo tempo, acaba por possuir também maior capacidade de significação, o que não se verifica na mesma medida em relação àqueles que continuam confinados em espaços absolutamente locais. Estes últimos perdem “a sua capacidade de doar identidade” (cf. Bauman, 1999, p. 25). Nesse sentido, parece haver aqui, também, uma espécie de crítica ao projeto de construção reflexiva das identidades.

A mobilidade é capaz de reverter as possibilidades do exercício do poder. Do mesmo modo de outros fatores, o poder é agora fugidio, e não mais conhece as fronteiras da territorialidade. O poder é, agora, extraterritorial, cujas técnicas mais inovadoras podem ser ilustradas pelas recentes estratégias utilizadas nas guerras travadas na atualidade. Isso transcende a proposta do Panóptico⁸, em que o exercício do poder se dava mediante a fixação em termos de um espaço determinado. Isso, enfim, faz da sociedade líquida uma sociedade *pós-Panóptica*.

⁸ O *Panóptico* é um princípio geral de construção idealizado por Jeremy Bentham, e foi por muitos caracterizado como uma figura ideal da arquitetura. O Panóptico foi capaz de despertar o interesse aos mais diversos propósitos e ajudou a forjar uma nova forma de poder e confinamento no final do séc. XVIII, diferente do que se via nas masmorras frias e escuras da Idade Média. Isso levou Foucault (1977, 170) a proclamar que o Panóptico “é polivalente em todas as suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos”. Por possibilitar uma vigilância bastante eficaz, tem-se uma espécie de tecnologia do poder, passando-se, então, do Panóptico para o conceito de *panoptismo*.

Na época líquida, em que a distância é um produto social – “sua extensão varia dependendo da velocidade com a qual pode ser vencida” (cf. Bauman, 1999, p. 19) – a mobilidade é o que possibilita à elite um empoderamento incorpóreo, não atinente a nenhuma condição espacial, a que Bauman (op. cit., p. 26) classifica como sendo “a combinação extraordinária e assustadora do etéreo com a onipotência”. Essa mobilidade tem dividido a humanidade em dois grandes grupos: os que possuem e os que não possuem condição humana.

2.4A construção identitária no Mundo Mediado

A sociedade moderna cria – e é afetada por – outras possibilidades de interação além daquelas face a face. Vivemos um mundo em que, cada vez mais, podemos nos desvencilhar das formas previstas e tradicionais baseadas na fixidez de tempo e de espaço. A extraterritorialidade, traço bem exuberante do mundo atual, ocorre, também, tendo em vista o imenso arcabouço das instituições midiáticas.

Giddens (2002, 29 e 30), ao destacar a importância da imprensa para o surgimento do Estado e de outras instituições modernas, estabelece que “a modernidade é inseparável da sua própria mídia”. Esse mesmo autor propõe que “o desenvolvimento das instituições modernas está diretamente envolvido com o imenso aumento na mediação da experiência que essas formas de comunicação propiciam”.

Um debate interessante que envolve a questão midiática e a construção identitária vem de Canclini (2005, p. 129), para quem a “identidade é uma experiência que se narra”. Segundo esse autor argentino, o rádio e o cinema tiveram papel decisivo no processo de consciência da construção identitária, ao permitirem às pessoas a realização de relatos pessoais. A “multimídia” e o “multiculturalismo” são, para Canclini (op. cit., p. 136), duas noções importantes na atualidade que influenciam a construção identitária. Ao deixar de ser uma

“narrativa ritualizada”, tornando-se uma reconstrução com os outros, a identidade torna-se, também, uma “co-produção”. Canclini assevera, contudo, que “esta co-produção se realiza em condições desiguais para os diferentes atores e poderes que nela intervêm”.

Ao abordar a tecnologia e a mídia na condição de “agentes fragmentadores” da identidade da mulher, Vieira (2005, p. 215) postula que, no mundo atual, “nasce um indivíduo que não é fruto do determinismo histórico e tampouco é formado por corpo e espírito, tendo deixado de ser um conjunto previsível de estímulos”. Para Vieira, o sujeito de hoje é

um sujeito tecnológico, midiático e, acima de tudo, discursivo. Sua identidade está em constante movimento e, dadas as suas características efêmeras, é mutante, coletivo e multilinear. É, sobretudo, um sujeito virtual. (op. cit., p. 215).

Vieira (2005) segue postulando que

Surge um sujeito cuja definição não é feita apenas por critérios ontológicos ou físicos. É construído na linguagem, no contexto e na interação não só com o sujeito-sujeito, mas também com a máquina. Nessa relação entre a construção da subjetividade e a linguagem, é possível antever o papel significativo desempenhado pelos processos midiáticos contemporâneos e, em especial, dos novos agenciamentos da informação (...) (op. cit., p. 215).

Pensamento similar pode ser verificado em Coroa (2006). Em *O ensino de Língua Portuguesa e a construção de identidades*, ao afirmar que “as identidades são construídas (como quaisquer outras) em espaços ideológicos e sociais afetados pela plussignificação dos discursos”, Coroa (2006, p. 155), tratando dessa temática nos contextos escolares, aborda a questão tecnológica da seguinte maneira:

Em toda sua abrangência conceitual, a tecnologia ocupa, cada vez mais, espaços importantes na vida escolar e cria possibilidades de interação, colocando os limites nessas possibilidades. Conviver com os resultados instrumentais da tecnologia (como computadores e máquinas sofisticadas) ou com suas conseqüências didático-pedagógicas, que organizam atividades sob o rótulo de ‘tecnologias do texto’, por exemplo, é uma demanda das sociedades contemporâneas, e é nelas que os sujeitos do ato de aprender *emergem*. (grifos meus) (op. cit., p. 155).

A discussão em torno das identidades nas dimensões produzidas pela mídia exige-nos uma referência à distinção que Thompson (1998), no livro *A mídia e a modernidade*, faz entre os “tipos de situação interativa”, conforme o **Quadro 3 – Os tipos de situação interativa, conforme Thompson (1998) –**, a seguir:

Quadro 3 – Os tipos de situação interativa, conforme Thompson (1998)

| Características interativas | Interação face a face | Interação mediada | Quase-interação mediada |
|---|---|---|---|
| Espaço-tempo | Contexto de co-presença; referência espaço-temporal comum | Separação dos contextos; disponibilidade estendida no espaço e no tempo | Separação dos contextos; disponibilidade estendida no espaço e no tempo |
| Possibilidades de deixas simbólicas (“piscadelas e gestos, franzimento de sobrancelhas e sorrisos”, etc) | Multiplicidade de deixas simbólicas | Limitação de possibilidades de deixas simbólicas | Limitação de possibilidades de deixas simbólicas |
| Orientação da atividade | Orientada para outros específicos | Orientada para outros específicos | Orientada para um número indefinido de receptores potenciais |
| Dialógica/monológica | Dialógica | Dialógica | Monológica |
| Exemplos | Diálogos cotidianos | Carta, telefonemas | Jornais, rádios e televisão |

Esse quadro apresenta algumas modificações em relação ao que consta da obra *A mídia e a modernidade*, de onde foi extraído. Porém, nenhuma

modificação alcança o nível do seu conteúdo. Apenas resumi um pouco as caracterizações de cada situação interativa, além de ter-lhe acrescentado a última linha, com exemplos que se encontram pulverizados no corpo textual da obra original de Thompson.

A *quase-interação mediada* é um tipo possível de *situação interativa* que surgiu a partir da invenção e da profusão dos meios de comunicação de massa e que se distingue por se dirigir a outros interlocutores indefinidos e ser de caráter monológico. A classificação e as respectivas caracterizações feitas no **Quadro 3** acerca das situações interativas não devem ser consideradas com rigidez. Thompson (1998, 80) alerta para o fato de que, no “fluxo da vida diária”, muitas das interações podem assumir um caráter híbrido. Exemplo disso são alguns programas de televisão, como *talk shows*, em que ocorre uma interação face a face entre os membros da bancada, ao mesmo tempo em que telespectadores podem telefonar ou escrever fazendo perguntas para alguém que participa de uma mesa-redonda. Além disso, determinados programas de televisão são capazes de suscitar uma conversa (interação face a face) entre telespectadores presentes em uma sala de estar, por exemplo.

Thompson (1998, 181-183) assevera que a modernidade torna a formação do *self* um processo “reflexivo e aberto” cada vez mais entrelaçado “com as formas simbólicas mediadas”. Para o autor, o *self* “é um projeto que o indivíduo constrói com os materiais simbólicos que lhes são disponíveis, materiais com os quais ele vai tecendo uma narrativa coerente da própria identidade”. Todavia, também aponta para o fato de que o caráter “ativo e criativo” do *self* não é socialmente incondicionado, uma vez que os materiais simbólicos de que dispomos para a construção das identidades estão distribuídos de modo desigual.

Uma dependência crescente da construção identitária em relação ao acesso às formas simbólicas mediadas de comunicação é o que postula Thompson (1998, 185), segundo o qual “o desenvolvimento da mídia enriqueceu e acentuou a organização reflexiva do *self*”. Ao mesmo tempo, a

relação entre desenvolvimento midiático e construção identitária possui aspectos também negativos:

- **A intrusão mediada de mensagens ideológicas:** a mídia pode contribuir para estabilizar e reforçar as relações de poder.
- **A dupla dependência mediada:** a mídia, por meio dos seus produtos, contribui para a reflexividade do *self*, ao passo que a torna dependente de sistemas sobre os quais o indivíduo tem pouco controle.
- **O efeito desorientador da sobrecarga simbólica:** a mídia, dado o excesso e a variedade de suas mensagens, pode causar no indivíduo uma *sobrecarga simbólica*.
- **A absorção do self na quase-interação mediada:** a mídia e os seus produtos podem deixar de ser considerados recursos simbólicos disponíveis para a formação do *self*, tornando-se a sua preocupação central.

Woodward (2000, 17) cita o exemplo da narrativa das telenovelas e da semiótica da publicidade para ilustrar que “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar”. Além disso, Woodward postula que a “mídia nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular”.

2.5 A Análise de Discurso Crítica e o interesse pela questão identitária

Os discursos possuem efeitos construtivos. A construção identitária é um desses efeitos, ao lado da construção das relações sociais e dos sistemas de crença e de conhecimento. A questão identitária é tão relevante para os estudos em ADC, que Fairclough (2001) propôs-nos a cisão da função interpessoal proposta por Halliday (1978) em outras duas: a *função identitária* e a *relacional*.

Fairclough (2003, 224) propõe que os “*estilos* são o aspecto discursivo das formas de ser, identidades”, chamando-nos a atenção para o fato de que a identificação é um processo complexo e que não o é puramente textual: as pessoas “são também agentes que fazem coisas, criam coisas, mudam coisas”. Os estilos se realizam por meio de aspectos fonológicos, vocabulares, metafóricos, bem como pela “interação entre língua e *linguagem corporal*”.

Nos momentos em que a identificação ocorre por meio de alguns aspectos textuais, Fairclough (2003) focaliza as categorias de *modalidade* e de *avaliação*, que, de modo amplo e respectivamente, sinalizam para o grau de veracidade e de valor presentes nos elementos textuais que influem nas identidades. Modalidade e avaliação estão resumidas no **Quadro 4 – As categorias de modalidade e de avaliação** – a seguir:

Quadro 4 As categorias de modalidade e de avaliação

| Categoria | Caracterização |
|-------------------|---|
| Modalidade | Estabelecida entre o autor e as representações. “Aquilo a que os autores se comprometem em termos de verdade ou necessidade”. A modalidade pode ser: <ul style="list-style-type: none"> • <i>epistêmica</i> (que envolve a natureza das declarações [afirmação, modalização e negação] e das perguntas [perguntas positivas não-modalizadas, perguntas modalizadas e perguntas negativas não-modalizadas]); • <i>deôntica</i> (que envolve a procura [ordem, modalização e proibição] e a oferta [garantia, oferta modalizada e recusa]). |
| Avaliação | Estabelecida entre os significados textuais e determinados valores. No âmbito da categoria de avaliação, pode-se distinguir: <ul style="list-style-type: none"> • declarações com modalidades deônticas; • declarações com verbos e processos mentais afetivos; e • pressuposições de valores. |

Outro aspecto relevante envolvido na questão identitária é a noção de *ethos*, definida por Fairclough (2001, p. 181) como sendo “o comportamento total de um (a) participante, do qual seu estilo verbal (falado e escrito) e tom de voz fazem parte, expressa o tipo de pessoa que ele (a) é e sinaliza sua identidade”. O *ethos* é uma manifestação mais abrangente que a estrita esfera

discursiva, porque envolve o corpo inteiro, e não somente a voz e a linguagem verbal.

Fairclough (2001) verifica a construção das relações sociais e do “eu” por meio da análise, também, de uma entrevista médica padrão e de uma entrevista médica alternativa e, para tanto, faz uma análise baseada nas seguintes propriedades analíticas dos textos: o *controle interacional* (tomada de turno, a estrutura de troca, o controle de tópicos, o controle de agendas, a formulação), a *modalidade*, a *polidez* e o *ethos*.

Outra questão relevante que vincula o tema da construção identitária aos estudos em ADC está relacionada ao que Fairclough (2003, 304) denomina de *esteticização* de identidades, especialmente nas esferas pública e política. A *esteticização* é “a construção praticamente consciente de tais identidades (por exemplo, as identidades de políticos ou importantes homens de negócios) de forma a criar certas ‘imagens’”. Nesse sentido, ocupa papel central outra noção desenvolvida por Fairclough, em *Discurso e Mudança Social*, acerca da denominada “tecnologização do discurso”, que é a expressão usada para reunir um conjunto de “tecnologias discursivas” que “são sistematicamente aplicadas a uma variedade de organizações por tecnólogos profissionais” (op. cit., p. 26). Essas tecnologias do discurso são alvo de pesquisas e treinamentos e podem ser ilustradas pela função do marketing político que se realiza nos bastidores de um campanha política, por exemplo.

2.6 Resumo

Este capítulo constitui-se no outro momento da revisão teórica que serve de apoio a esta pesquisa, particularmente no tocante à questão identitária. Vimos que ocorre, na atualidade, um maior foco de interesse pelos complexos processos em que se constroem as identidades, e isso talvez se dê pelo fato de que, nas sociedades predecessoras, a noção de identidade estava envolta em uma névoa de determinismo.

A fase vigente do mundo atual é a fase das identidades e das diferenças – noções de ordem social e discursiva – construídas e fragmentadas em um espaço de disputa pelo poder. Por serem de natureza social e discursiva, identidades e diferenças são representadas, o que envolve sistemas simbólicos e classificatórios.

Na nossa sociedade, denominada por Giddens e Bauman, como *tardia* e *líquida*, respectivamente, a construção das identidades dá-se conforme um processo de reflexividade e mediante um movimento que supera em muito a fixidez de sociedades anteriores à nossa. Por isso, muitas vezes, o termo identidades (no plural) é mais adequado do que identidade (no singular).

O surgimento e o desenvolvimento da mídia e de seus produtos tornaram o processo de formação do *self* ainda mais reflexivo. O advento do que Thompson (1998) chama de *quase-interação mediada* trouxe-nos uma série de recursos simbólicos capazes de entrar na composição das identidades, o que não possui antecedentes na história humana.

Pelo fato de os discursos fazerem parte da complexa trama em que as identidades são construídas, o mesmo tema torna-se de interesse nuclear para os estudos em ADC, que propõe uma série de categorias lingüísticas possíveis de serem analisadas, em prol do entendimento de como a sociedade constitui os discursos e como estes participam da constituição das identidades e da própria sociedade.

CAPÍTULO 3

Metodologia de pesquisa ou *A Accademia dei Lincei*



No ano de 1603, quando a Itália concentrava a maioria dos cientistas daqueles tempos, os quais estavam estabelecendo as bases da ciência moderna, criou-se em Roma a primeira Academia científica do mundo, a famosa *Accademia dei Lincei*. (...) *Lincei* em italiano significa *linceas*. E os linceas, ágeis felinos de orelhas empinadas que habitam vários países do hemisfério norte, há muitos séculos são folcloricamente considerados animais privilegiados por sua visão de alta acuidade, o que lhes permite enxergar bem a grandes distâncias. Os homens de ciência, então tidos como verdadeiros linceas, porque enxergavam mais longe do que os demais, geralmente se dedicavam a estudar vários domínios do conhecimento, justificando tal crença.

(Academia Brasileira de Ciências)⁹

A “crença” no olhar de lince dos cientistas, que subjaz à primeira academia científica do mundo, é em parte legítima, e em parte pretenciosa. A porção de legitimidade pode ser ilustrada pela figura de Galileu Galilei. Ele foi um desses linceas. Daquela *Accademia*, de algum modo, partiu a defesa do

⁹ Texto adaptado do original que consta da página da **Academia Brasileira de Ciências**, <http://www.abc.org.br/arquivos> A imagem do lince consta do site pensaraterra.blogspot.com

heliocentrismo. Foi de lá também que o mundo conheceu a luneta astronômica, que possibilitou observar-se a composição da Via Láctea, os satélites de Júpiter, as manchas do Sol, as fases de Vênus, entre outros. O olhar de Galileu parece mesmo com o dos felinos que emprestaram o nome à primeira de todas as academias científicas, que, aliás, existe até hoje. A parte de pretensão do olhar de lince dos cientistas está em atribuir a estes uma capacidade superior à dos outros homens, e isso tem similaridade com algumas pesquisas que são realizadas até hoje em dia. A acuidade visual dos lince pode ser o símbolo para a nossa presumida superioridade no exercício de pesquisadores. Mas os outros, aqueles que não praticam ciência de forma sistemática, também têm, igualmente, muito a dizer. Considerar a contribuição do outro na construção do saber científico é uma questão que envolve o pesquisador numa dimensão identitária, num *ethos* científico tradicional ou alternativo. E é evidente a ligação disso com o exercício do poder.

Este capítulo trata da metodologia utilizada na concepção e no desenvolvimento desta pesquisa. De cunho qualitativo, *O poder no discurso: choques de identidades em entrevistas jornalísticas* busca interpretar e analisar a relação entre poder e discurso a partir de um ângulo específico: a construção identitária. A seguir, esboço parte do que caracteriza os modelos qualitativos e quantitativos de pesquisa. Depois, estabeleço as categorias usadas em cada etapa da análise.

3.1 O discurso da qualidade e o discurso da quantidade

O que separa o projeto qualitativo do quantitativo não chega a ser um fosso intransponível. Para Bauer e Gaskell (2002, p. 22-7), a tradição científica que opõe tão bruscamente esses dois modelos de pesquisa precisa ser superada, pois toda “mensuração dos fatos sociais depende da categorização

do mundo social”. Esses autores definem a pesquisa quantitativa, ou pesquisa *hard*, como sendo aquela que “lida com números, usa modelos estatísticos para explicar os dados” (op. cit., p. 23). A pesquisa qualitativa, ou pesquisa *soft*, para eles, “evita números, lida com interpretações das realidades sociais” (op. cit., p. 23).

Bauer e Gaskell (2002, p. 24-7) buscam argumentar a favor de uma postura holística entre *qualidade* e *quantidade* por meio dos seguintes *pressupostos*¹⁰:

- **Não há quantificação sem qualificação** – toda atividade social deve ser distinguida, antes que a ela seja atribuído qualquer percentual.
- **Não há análise estatística sem interpretação** – a pesquisa qualitativa não detém o monopólio da interpretação; do mesmo modo, a pesquisa quantitativa não chega aos seus percentuais sem que haja alguma interpretação.
- **Pluralismo ideológico dentro do processo de pesquisa: além da lei do instrumento** – a pesquisa não deve se resumir em um único instrumento. Este deve incluir a definição e a revisão do problema, a teorização, a análise dos dados, etc.
- **A ordenação do tempo** – a pesquisa qualitativa foi considerada, durante muito, apenas como um pré-estágio do processo de pesquisa. Hoje, considera-se que o intento qualitativo é também importante além da fase do levantamento de dados.
- **Discurso independente dos “padrões de boa prática”** – a pesquisa qualitativa possui procedimentos e padrões, que, não imitando a pesquisa quantitativa, precisam desenvolver “equivalentes funcionais”.

¹⁰ A designação desses pressupostos é a mesma que se encontra em Bauer e Gaskell (2002). O que fiz foi resumir o conteúdo de cada um deles.

Outra questão relevante quanto a tratar as pesquisas qualitativa e quantitativa de modo equivalente refere-se aos elementos retóricos da investigação social. Para Bauer e Gaskell (2002, p. 27-9), “um elemento essencial da atividade científica é ‘comunicar’, e isto implica persuadir os ouvintes de que algumas coisas são importantes ou não”. No trabalho retórico da prática social da ciência, os elementos presentes são os mesmos que compõem qualquer evento de persuasão:

- o *logos* – refere-se à lógica dos argumentos;
- o *pathos* – refere-se ao apelos feitos à platéia;
- o *ethos* – refere-se à credibilidade e à legitimidade quanto ao que se diz.

Considerar a prática científica sob o ponto de vista da retórica possui várias implicações. Segundo Bauer e Gaskell (2002, p. 28), elas são as seguintes: a) as ciências sociais podem “reforçar a sua forma específica de persuasão”; b) o desenvolvimento de “comunicações verossímeis, dentro das regras do jogo científico”; e c) o método e o procedimento científico “constituem uma forma de responsabilidade pública”.

Outra implicação que o sentido retórico da pesquisa possui é o fato de que as pesquisas qualitativa e quantitativa podem ter tratamento igualitário dentro das práticas científicas.

Quando consideram as pesquisas qualitativa e quantitativa como empreendimentos distintos, Bauer e Gaskell (2002, p. 23) fazem uma separação em termos de *dados*, *análise*, *protótipo* e *qualidade*, conforme a **Quadro 5**, a seguir:

Quadro 5 – Comparação entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa

| | Estratégias Quantitativas | Estratégias Qualitativas |
|-----------|---------------------------|----------------------------|
| Dados | Números | Textos |
| Análise | Estatística | Interpretação |
| Protótipo | Pesquisas de opinião | Entrevista em profundidade |
| Qualidade | <i>Hard</i> | <i>Soft</i> |

O teórico Flick (2004, p. 27) defende que pesquisa qualitativa parte sempre do trabalho com textos. E que a interpretação dá-se *sobre e com* esses textos. Para ele, a pesquisa qualitativa segue os seguintes caminhos: parte dos textos para a teoria, e, em seguida, da teoria para os textos. Penso que esse duplo trajeto seja bastante adequado para a pesquisa com o discurso, uma vez que este tem como face material os textos, que, por sua vez, se realizam em gêneros. E isso justifica parte da minha escolha pela concepção qualitativa de pesquisa. A outra justificativa reside na minha concordância em relação ao que propõe Habermas (1987, apud Bauer e Gaskell, 2002, p. 30-5) sobre os *interesses do conhecimento* na prática das ciências sociais e associados às três tradições do conhecimento tipificadas por ele: a *empírico-analítica*, a *hermenêutica* e a *crítica*. Do ponto de vista das ciências críticas, podemos determinar quando “afirmações teóricas (..) expressam relações ideologicamente congeladas de dependência que podem, em princípio ser transformadas” (Habermas, apud Bauer e Gaskell, 2002, p. 33).

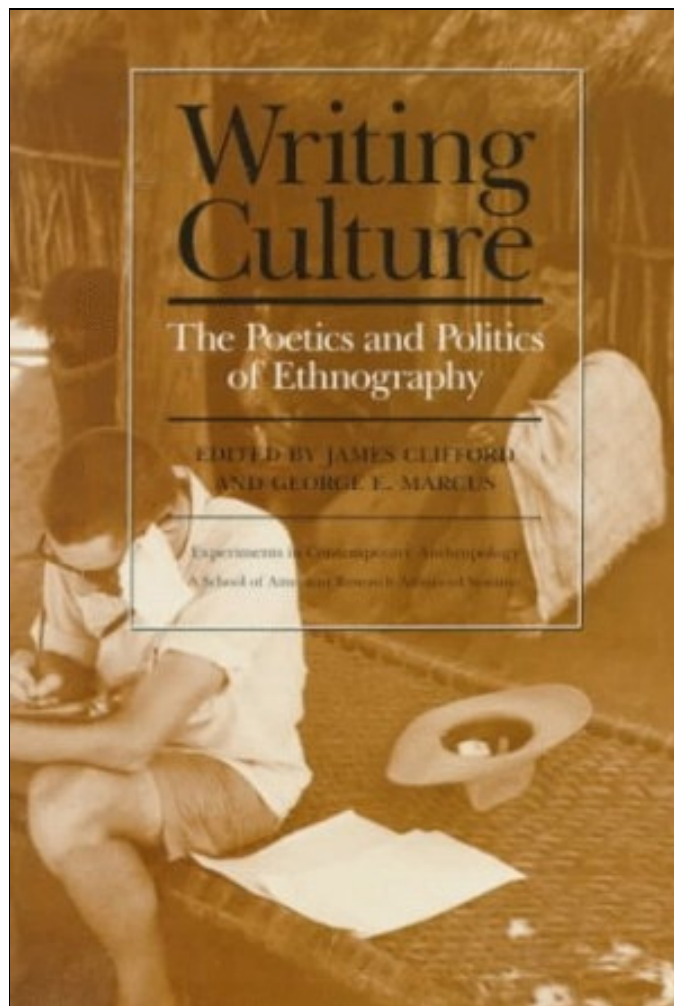
3.2 Pesquisa qualitativa: um processo multicultural

Conforme Denzin e Lincoln (2006, p. 15), a pesquisa qualitativa “revela uma longa, notável e, por vezes, atribulada história nas disciplinas humanas”. As investigações em Sociologia e Antropologia, na década de trinta do último século, nos Estados Unidos, foram as primeiras incursões dos projetos qualitativos e se aplicavam a “estudar os costumes e os hábitos de outra sociedade ou cultura” (op. cit., p. 15). Em seguida, a pesquisa qualitativa estendeu-se a outras disciplinas das Ciências Sociais, como a História, a Ciência Política, a Medicina, a Comunicação, etc.

A pesquisa qualitativa, segundo Vidich e Lyman (apud Denzin e Lincoln, 2006, p. 15), “nasceu de uma preocupação em entender o ‘outro’”, mas um *outro* “exótico, uma pessoa primitiva, não-branca, proveniente de uma cultura estrangeira considerada menos civilizada do que a cultura do pesquisador”. Nisso, a proposição de Vidich e Lyman possui um viés bastante irônico. Esse

outro exótico é o cerne da crítica feita por bell hooks (apud Denzin e Lincoln, 2006, p. 16) sobre a capa de um das principais obras da etnografia no século XX, o livro *Writing Culture*, de Clifford e Marcus, conforme **Figura 3**. Na capa dessa obra, temos a imagem de um pesquisador branco, do sexo masculino, dotado, então, de autoridade. Os outros, os observados, são um homem negro, uma mulher e uma criança que nada fazem, pois atuam como meros espectadores – são os pesquisados. O pesquisador é Stephen Tyler, fazendo anotações em um diário, e os pesquisados são um grupo de três pessoas da Índia, como vemos na capa de *Writing Culture*, a seguir:

Figura 3 – Reprodução da capa de *Writing Culture*



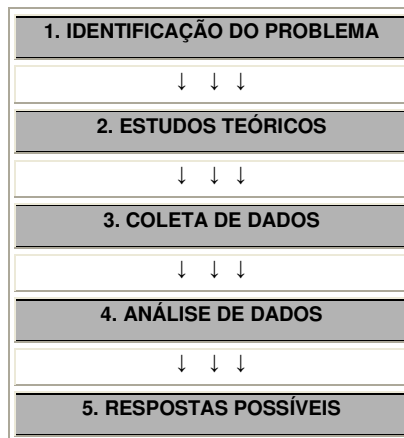
Em uma breve análise dessa capa de *Writing Culture*, conforme as categorias de Kress e van Leeuwen (1996), constatamos que o principal participante representado é o pesquisador Tyler: na construção da sintaxe visual, ele é componente que recebe maior *saliência*, é o único que ocupa o primeiro plano da composição, como elemento *dado*, enquanto que os pesquisados estão no fundo da imagem – e um fundo com resolução difusa. Essa construção multimodal confere à imagem do pesquisador uma condição bastante assimétrica em relação aos pesquisados, já que ele ocupa as posições mais privilegiadas dentro de uma composição multimodal.

Atualmente, as pesquisas sociais qualitativas continuam a buscar a compreensão do *outro*, mas também do *eu*, numa tentativa de “compreender e explicar porque os atores e os processos são como são” (cf. Vidich e Lyman, 2006, p. 49). Nesse sentido, Denzin e Lincoln (2006, p. 26-32) propõe-nos sete fases para a história da pesquisa qualitativa na América do Norte, que envolvem o período tradicional, a fase modernista, a fase conhecida como “crise da representação”, entre outras. Denzin e Lincoln (2006) não descartam que as diversas fases por que passa a pesquisa qualitativa estejam em “ação” nos dias de hoje. De qualquer modo, concluem que a pesquisa qualitativa não pode mais ser vista com neutralidade e objetividade, pois, quanto à biografia pessoal do pesquisador, a sua classe, raça, gênero e etnicidade “influenciam o processo de investigação, fazendo da pesquisa um processo multicultural”.

3.3 As etapas da pesquisa

Sob o ponto de vista dos procedimentos que devem ser levados em conta em uma pesquisa qualitativa, menciono a contribuição de Taylor e Bagdan (1998), que nos propõem as seguintes etapas metodológicas, conforme **Figura 4**, a seguir:

Figura 4 – As etapas da pesquisa qualitativa



As etapas da pesquisa qualitativa propostas por Taylor e Bagdan (1998) são essenciais em qualquer investigação dentro desse modelo, mas são as únicas. A depender dos objetivos propostos na pesquisa e da sua própria natureza, outras etapas podem ser incluídas. De qualquer modo, a etapa inicial – a identificação do problema – é extremamente importante para a definição do objeto que servirá de estudo na pesquisa.

Utilizo essa contribuição de Taylor e Bagdan (1998) para explicitar como se deu a organização da pesquisa *O poder no discurso: choques de identidades em entrevistas jornalísticas*, nas subseções a seguir:

3.3.1 A identificação do problema

No caso desta pesquisa, a identificação do problema, especificado na **Introdução**, ocorreu com a minha inquietação em torno da relação entre e poder e discurso. Tal problema pode ser resumido nas seguintes perguntas: Por meio de que estratégias discursivas o sujeito se investe de poder nas interações sociais? O que sustenta, sob o ponto de vista do discurso, a constituição identitária para a demonstração do poder?

3.3.2 Os estudos teóricos

Com base nos questionamentos que resumem o problema de onde parte esta pesquisa, fiz a opção pela abordagem teórica da Análise de Discurso Crítica (ADC), tendo em vista que as relações de poder estão no núcleo de interesse dos estudos em ADC. Além disso, é compromisso das investigações em ADC a análise da construção simbólica da ideologia em termos das práticas discursivas, e isso tem relações com as estruturas hegemônicas e, conseqüentemente, com a prática do poder. Dentro do espectro da proposta de Análise Crítica do Discurso, utilizo, com especial relevância, a contribuição teórica de Fairclough (2001a, 2001b e 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999). Também me baseio na contribuição dos pressupostos da Lingüística Sistêmico-Funcional, conforme Halliday (1994).

Outras teorias que dão base a esta pesquisa referem-se aos estudos da multimodalidade, na proposta de Kress e van Leeuwen (1996), uma vez que o gênero analisado, a entrevista impressa e televisiva, é construída com o aporte de diversos componentes multissemióticos, todos importantes, em alguma escala, para a composição estrutural e de sentidos das entrevistas. Vale ressaltar que, em relação às imagens em movimento, tive a necessidade de analisá-las a partir de alguns “cortes” da exibição. Nesse sentido, o que é visto na extensão do **Capítulo 4** é a captura dessas imagens, que estariam

originalmente em movimento. Quando necessitei mostrá-las “em animação”, recorri a uma breve seqüência de imagens, como foi o caso da ilustração do *ethos*.

Para o estudo da entrevista dentro dos contextos midiáticos, busquei amparo na literatura específica produzida por jornalistas, especialmente Seabra e Sousa (2006), Medina (2004), Belo (2006), Caputo (2006), Lage (2005), Melo (1994) e Martins (1997). Essa breve incursão na prática social do jornalismo tem fulcro na proposição de Fairclough (2001), segundo a qual toda a análise de uma prática discursiva deve levar em conta os processos de *produção*, *distribuição* e *consumo* de textos, dentro das diversas práticas sociais:

A análise de um discurso particular como exemplo de uma prática discursiva focaliza os processos de produção, distribuição e consumo textual. Todos esses processos são sociais e exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares nos quais o discurso é gerado (op. cit., p. 99).

Reviso, ainda, parte da literatura de interesse quanto à questão identitária. Isso se dá em função do fato de que analiso a relação entre poder e discurso a partir do ângulo das identidades. Nesse particular, faço uso das contribuições teóricas de Giddens (2002) e de Bauman (1999, 2001 e 2005), respectivamente, quando discorro sobre a proposta da *modernidade tardia* e da *modernidade líquida*. Além deles, para o debate em torno das definições de identidade, baseio-me, especialmente, nas contribuições de Woodward (2000), de Hall (2000), de Silva (2000), de Castells (2002) e de Canclini (2005).

Lembro que a revisão do estudos teóricos encontra-se nos Capítulos 1 — **Análise de Discurso Crítica: comprometimento político** — e no Capítulo 2 — **Percursos identitários no mundo atual**.

3.3.3 A coleta de dados

Os *dados qualitativos* (cf. Bauer e Gaskell, 2002), que constituem o *corpus* desta pesquisa são de dois tipos: duas entrevistas impressas, veiculadas nas revistas *Carta Capital* e *Veja*, e a transcrição de uma entrevista levada ao ar no programa *Canal Livre*, da Rede Bandeirantes de Televisão. Em todos os casos, o entrevistado é um agente social do mundo político. A escolha pelo gênero *entrevista jornalística com políticos* se deu pelo fato de que, em quase toda execução de uma entrevista, o elemento central é o entrevistado. Em uma análise teórica sobre a entrevista no jornalismo, Lage (2005, p. 80) chega a dizer que a “estrela” de uma entrevista é sempre o entrevistado. O entrevistado é alguém que dispõe de autoridade reconhecida, e essa característica fez com que eu optasse pelo gênero do discurso *entrevista jornalística com políticos*.

O que delimitou tal escolha foi o fato de, nos três veículos de informação, o entrevistado ser alguém com poder legitimado e reconhecido socialmente, ou por vias do regime democrático ou pela formação acadêmica associada ao desempenho de importantes funções públicas. Além disso, considero que as entrevistas que compõem o *corpus* desta pesquisa são paramétricas para o que busquei analisar: marcas que, também, observei em outras entrevistas, mas que nestas que nos servem de dados estão mais evidentes, o que, para efeitos acadêmicos, colabora sob o ponto de vista da argumentação. Os três entrevistados são: o ex-deputado, ex-Ministro e economista Delfim Neto, em *Carta Capital*, na entrevista *Receita de Crescimento*, publicada no dia 27 de dezembro de 2006; a ex-Reitora de Stanford e atual secretária de Estado norte-americano Condoleezza Rice, em *Veja*, na entrevista *Operação Simpatia*, publicada no dia 4 de maio de 2005; e o ex-Presidente da Câmara do Deputados e ex-deputado Severino Cavalcanti, no programa *Canal Livre*, que foi ao ar no dia 20 de março de 2005. O critério de escolha das entrevistas foi, então, o entrevistado. Mais especificamente,

entrevistados cujo passado ou presente apresentam condições que os ligam à prática do poder político.

O *corpus* desta pesquisa, então, é constituído por três entrevistas, na condição de gênero do discurso que compõe a prática social do jornalismo, e não como procedimento ou técnica de apuração de informações.

3.3.4 A análise dos dados

A análise dos dados se encontra em toda a extensão do Capítulo 4 – **As identidades de poder em entrevistas jornalísticas**. Reitero que o objetivo maior desta pesquisa é analisar a relação entre poder e discurso sob o ângulo da construção identitária. Nesta subseção, delimito as categorias que subsidiam a análise do *corpus* – as três entrevistas. Os dados foram analisados levando-se em conta: a) a estrutura genérica da entrevista jornalística em *Carta Capital*, *Veja* e *Canal Livre*; b) a representação do entrevistado em *Carta Capital*, *Veja* e *Canal Livre*; e c) as manifestações discursivas das identidades de poder dos entrevistados em *Carta Capital*, *Veja* e *Canal Livre*.

A seguir, especifico as categorias de análise utilizadas em cada uma das partes.

3.3.4.1 A análise da estrutura genérica da entrevista

Procedo à análise do gênero entrevistas com políticos fazendo uso das seguintes categorias, já especificadas no **Capítulo 1**:

- Os **pré-gêneros** *conversação*, *argumentação*, *descrição* e *narração*, com base em Fairclough (2003);
- A **multimodalidade**, conforme proposta de Kress e van Leeuwen (1996), com especial atenção ao uso de cores (em *Veja*), de

abreviaturas e de imagens bidimensionais (em *Carta Capital*) e de imagens tridimensionais e em movimento (em *Canal Livre*).

3.3.4.2 A análise da representação dos entrevistados

Procedo à análise da representação feita sobre o entrevistado, considerando as seguintes categorias, igualmente detalhadas no **Capítulo 1**:

- Os **participantes**, os **processos** e as **circunstâncias**, com base em Halliday (1994) e Ghio e Fernandez (2005);
- O **ethos**, com base em Fairclough (2001a);
- A **pressuposição**, com base em Fairclough (2003);
- O **processo reacional**, a **modalidade**, a **transitividade**, a **demanda**, a **projeção/saliência** e o **valor da informação** (*dado e novo*), de acordo com a proposta de Kress e van Leeuwen (1996).

3.3.4.3 A análise das identidades de poder dos entrevistados

Procedo à análise da representação feita sobre o entrevistado, considerando as seguintes categorias, também discorridas no **Capítulo 1**:

- O **controle interacional**, incluindo o **controle de tópicos**, com base em Fairclough (2001);
- Os **pré-gêneros** e a **modalidade** (*deôntica e epistêmica*), com base em Fairclough (2003);
- Os modos de operação da ideologia, **legitimação** e **dissimulação**, com base em Thompson (1995).

3.3.5 As possíveis repostas

As respostas a que cheguei por meio desta pesquisa encontram-se no **Capítulo 4**, especialmente na seção *As identidades de poder nas entrevistas jornalísticas: muito além do esquema pergunta-resposta*, bem como na **Conclusão**.

3.4 Resumo

Este capítulo é a descrição da metodologia usada na presente pesquisa. O caráter qualitativo de *O poder no discurso: choque de identidades em entrevistas jornalísticas* está relacionado ao fato de que a nossa intenção não é a de fazer um levantamento estatístico das vezes em que as estratégias discursivas que analisamos ocorrem no gênero do discurso entrevista jornalísticas com políticos. Antes, interpretamos alguns modos que possibilitam o exercício do poder via discurso.

Numa breve análise a respeito das propostas qualitativa e quantitativa, vimos que elas não são tão excludentes assim, pelo fato de que “não há quantificação sem qualificação”, conforme Bauer e Gaskell (2002). Além disso, argumentamos a favor da ciência na condição de uma prática retórica, tendo em vista os seus elementos de persuasão e a sua finalidade de comunicar-se.

Em seguida, discorri sobre a pesquisa qualitativa como um processo multicultural em que o pesquisador é alguém que possui um gênero social e uma classe, por exemplo, e essas condições influenciam o saber científico, desprovido-o de qualquer traço de objetividade e neutralidade.

Por fim, delimitei as categorias usadas na análise dos dados que formam o *corpus* desta pesquisa. Tais categorias compõem o arcabouço teórico da Análise do Discurso Crítica, com base em Fairclough (2001a e 2003), Chouliaraki e Fairclough (1999); da multimodalidade, na proposta de Kress e

van Leeuwen (1996); da Lingüística Sistêmico-Funcional, de acordo com Halliday (1994). Na extensão do trabalho em que tratei da questão identitária, fiz uso das contribuições de Giddens (2002), Bauman (1999, 2001 e 2005), de Woodward (2000), de Hall (2000), de Silva (2000), de Castells (2002) e de Canclini (2005).

CAPÍTULO 4

As identidades de poder nas entrevistas jornalísticas

A entrevista, evidentemente, se funda na mais duvidosa e mais rica das fontes, a palavra. Ela corre o risco permanente da dissimulação e da fabulação.

(Edgar Morin)¹¹

Atrevo-me a acrescentar, além da dissimulação e da fabulação, um terceiro elemento – a força – ao que assevera Edgar Morin no texto em epígrafe a respeito da entrevista. Não faltam exemplos que ilustram a força das entrevistas, como podemos observar nos fatos históricos discorridos a seguir.

O amanhecer do dia 22 de fevereiro de 1945 testemunhou um importante episódio, ou uma reviravolta, no curso político da história brasileira. Quando rompeu a censura à imprensa e concedeu uma *entrevista* a Carlos Lacerda no jornal *Correio da Manhã*, o ex-ministro do Presidente Getúlio Vargas, o romancista e político José Américo, denunciou a tentativa de Vargas de se perpetuar no poder. As declarações de Américo foram de tal modo contundentes que aceleraram o fim da ditadura do Estado Novo, cuja iminência se antevia com o fim da 2ª Guerra Mundial. Mais tarde, outra *entrevista* traria o então senador Getúlio novamente ao poder executivo, dessa vez por meio das páginas de *O jornal*, em que afirmou que voltaria “não como líder político, mas como líder das massas”. Em maio de 1992, o irmão do ex-Presidente Fernando Collor, Pedro Collor, em *entrevista* à revista *Veja*, anunciou o esquema de corrupção envolvendo um ex-tesoureiro de campanha do candidato Collor. No fim do mesmo ano, a sociedade brasileira conheceu a palavra *impeachment*,

¹¹ In *A Entrevista nas Ciências Sociais, no Rádio e na Televisão*.

aplicada ao primeiro presidente eleito depois da reabertura política. Em 1823 — antes de Getúlio, de Lacerda, de Américo e dos Collor — em *entrevista* a *O Tamoyo*, o Patriarca da Independência, José Bonifácio Sobrinho, já havia revelado os seus desentendimentos com o imperador D. Pedro I, discorrendo sobre o seu pedido de demissão: — *Vossa Mercê bem sabe que tive a desgraça de ser o primeiro brasileiro a ser ministro de Estado: isto não podia passar pela goela dos europeus, e o que é pior, nem pela de muitos brasileiros (...)*¹².

Neste capítulo, analiso o gênero do discurso *entrevistas jornalísticas com políticos*, impressas e televisivas, dando especial atenção para as construções identitárias com vistas à prática do poder. O *corpus* utilizado é composto por três entrevistas de veículos de imprensa diferentes: as revistas de informação *Veja* e *Carta Capital* e o programa de entrevistas da Rede Bandeirantes de Televisão, *Canal Livre*. Inicialmente, faço um breve resgate do papel e da função que a entrevista possui nos contextos da prática social do jornalismo, com referência em Seabra e Sousa (2006), Medina (2004), Belo (2006), Caputo (2006), Lage (2005), Melo (1994) e Martins (1997). Em seguida, analiso a *estrutura genérica*, com base nas postulações teóricas de Fairclough (2001 e 2003), de Kress e van Leeuwen (1996) e de algumas considerações de Charaudeau (2006). Depois, analiso alguns modos de representação presentes no gênero entrevistas, com base primordial em Kress e van Leeuwen (1996), acerca de alguns dos construtos da *gramática visual*; e em Halliday (1994), sobre as categorias dos *processos, participantes e circunstâncias*. Por fim, analiso estratégias discursivas utilizadas por autoridades políticas para que sejam construídas as suas identidades no exercício do poder, com base teórica em Fairclough (2001), por meio das categorias do *controle interacional — tomada de turno e controle de tópicos —*; em Fairclough (2003), por meio da categoria de *modalidade*; em Thompson (1995), por meio do que ele propõe em relação aos *modos de operação da ideologia*.

¹² Alguns dados da história política do Brasil aqui referidos encontram-se no texto *Decifra-me ou te devoro: a entrevista política*, da jornalista Helena Chagas, na obra **Jornalismo Político: teoria, história e técnicas**.

4.1 O lugar e o papel da entrevista na prática social do jornalismo

O nascimento da imprensa brasileira também passa por uma discussão em torno da questão identitária, ou de uma crise identitária, traço marcante da sociedade atual, como vimos especialmente no Capítulo 2. Boa parte da literatura jornalística, conforme Seabra (2006, p.113), admite que o surgimento da imprensa no Brasil, apesar de já existir a Imprensa Régia, tenha sido o lançamento da primeira edição do jornal *Correio Braziliense – Armazém Literário*, em 1808. A peculiaridade que liga esse evento ao tema das identidades reside no fato de que tal jornal foi impresso em *Londres*, por Hipólito José da Costa, um *brasileiro* nascido no *Uruguai* e que viveu muitos anos nos *Estados Unidos*. Hipólito José aproveitou a vinda da Família Real ao Brasil para marcar sua posição de que Portugal e a sua principal colônia deveriam passar por uma transformação profunda nos campos políticos, sociais e econômicos, o que faz daquele primeiro *Correio Braziliense* um marco também para o início do jornalismo político no Brasil.

Desde então, a imprensa brasileira, como outros meios de expressão do pensamento, viveu históricos momentos de privação da liberdade, especialmente no período da ditadura militar. No nosso tempo contemporâneo, analisaremos a prática do jornalismo a partir da sua dimensão discursiva, especialmente ao focalizarmos o papel exercido, hoje, pelo gênero entrevista nos contextos dessa prática social.

No Brasil, segundo Belo (2006, p. 100), a prática de entrevistar pessoas com o fito de obter informações começou logo no início do século XX. Desde então, entrevistar para apurar notícias e fatos vem ganhando consistência no desempenho das funções de um jornalista no seu cotidiano, o que faz da entrevista um dos principais recursos para se obter informações. Nos Estados Unidos, por exemplo, ainda no século XIX, já era um hábito consultar as fontes para se apurar ou testemunhar os fatos, notícias ou acontecimentos.

Uma questão relevante quanto à entrevista é a que diz respeito à sua definição e função. Nos contextos do jornalismo, a entrevista pode ser

entendida como uma técnica, uma fonte de informação, um diálogo, uma matéria, uma reportagem, etc. Martins (1997, 108), no *Manual de Redação e Estilo do Estado de São Paulo*, define a entrevista como sendo “uma das principais fontes de informação de um jornal e está presente, direta ou veladamente, na maioria das notícias que ele publica”. Para Lage (2005, p.73), a entrevista “é um procedimento clássico de apuração de informações em jornalismo”. E acrescenta: “é uma expansão da consulta às fontes, objetivando, geralmente, a coleta de interpretações e a reconstituição dos fatos”. Medina (2004, p.8) assevera que a entrevista, “nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpretação interativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes”. Charaudeau (2006, p. 213-14) classifica a entrevista como sendo uma *situação dialógica*, em que “um dos parceiros seja legitimado no papel de *questionador* e o outro num papel de *questionado-com-razões-para-ser-questionado*”. Ilustramos acima parte do grande espectro do que possa ser a entrevista, mas, para os objetivos deste trabalho, interessa mais tratá-la na condição de um gênero do discurso que compõe a prática social do jornalismo impresso e televisionado.

A entrevista compõe os denominados *gêneros jornalísticos*. Ou *gêneros de informação*, conforme a proposta de Charaudeau (2006, p. 65), nos estudos sobre o que ele denomina de “contrato de informação midiático”. Ao lado da entrevista, podemos citar como gêneros jornalísticos o artigo, a notícia, a reportagem, o editorial, a charge, a crítica, a resenha, a carta do leitor, o classificado, o resumo de novelas e de filmes, a previsão do horóscopo, a crônica, etc. A classificação dos gêneros jornalísticos também possui subdivisões, a depender da abordagem teórica que se faz deles. Exemplificaremos os casos do jornalismo alemão, conforme classificação de Dovifat (apud Melo, p. 44), e do jornalismo brasileiro, conforme a classificação proposta por Melo (1994, p.64), no **Quadro 6**, a seguir:

| GÊNEROS JORNALÍSTICOS ALEMÃES | GÊNEROS JORNALÍSTICOS BRASILEIROS |
|---|---|
| | |
| Informativos | Jornalismo informativo |
| Notícia, reportagem e entrevista | Nota, notícia, reportagem e entrevista |
| | |
| De opinião | Jornalismo opinativo |
| Editorial, artigos curtos e glosa | Editorial, comentário, artigo, resenha e coluna |
| | |
| Amenos | ----- |
| | |
| Folhetim, crítica, recreio e espelho cultural (novela, conto, versos, fotos, etc) | ----- |

Quadro 6 – Classificação alemã e brasileira para os gêneros jornalísticos

Esse quadro mostra que, quando a entrevista é considerada como uma das realizações dos gêneros jornalísticos, ela é igualmente classificada como texto informativo. Não é do alcance deste trabalho discorrer sobre os critérios que possibilitam classificações distintas para os gêneros jornalísticos. Antes, queremos mostrar, simplesmente, que a entrevista, na condição de gênero, compõe a prática discursiva e, por conseqüência, compõe a prática social do jornalismo, como texto de informação.

Dado o alcance do que se considera uma entrevista, ela é recoberta por uma série de cuidados no labor jornalístico. Para Belo (2006, 103-6), a entrevista deve envolver os seguintes aspectos:

- elaboração de um roteiro prévio;
- pesquisa sobre a biografia do entrevistado;
- cuidado na produção das perguntas: elas não devem exigir respostas apenas do tipo “sim” ou “não”;
- tentativa, por parte do entrevistador, de transformar a entrevista em um diálogo fluente.

Mesmo levando-se em conta esses cuidados, a entrevista não é um procedimento ou técnica que atenda tranqüilamente aos passos prévios de um planejamento, principalmente quando o entrevistado é uma personalidade do mundo político. A jornalista Helena Chagas, em *Decifra-me ou te devoro: a entrevista política*, afirma que

entrevistar é decifrar. Um fato, uma situação, uma pessoa. (...) Não que seja fácil. O maior problema é que nem todo mundo quer ser decifrado. Menos ainda em política.

As três seções seguintes são reservadas para o enfoque da entrevista na qualidade de gênero do discurso capaz de propiciar ao entrevistado a construção identitária com vistas ao exercício do poder. Nesse sentido, as “imagens no jogo ilusório das aparências” a que se refere a jornalista Helena Chagas serão analisadas sob a ótica de categorias discursivas, para o delineamento do que, neste trabalho, tem sido denominadas de *identidades de poder*.

4.2O gênero do discurso entrevista jornalística

Os interesses mais remotos pela questão dos gêneros no campo da linguagem são milenares e, portanto, não se deram nos limites da Lingüística, mas iniciaram-se nos domínios da Literatura. As primeiras incursões na tentativa de se agruparem os textos em gêneros datam do século III a. C e tiveram em Aristóteles o seu precursor. A proposta aristotélica, fundamentada na *mimese* do real, estabelecia que as produções poderiam ser classificadas, rigidamente, de acordo com os modos dessa “imitação”:

- falando em terceira pessoa, adotando a personalidade do outro e utilizando-se da palavra narrada, o artista compunha o **gênero narrativo**;
- falando de si mesmo e utilizando-se da palavra cantada, o artista compunha o **gênero lírico**;
- falando por meio dos vários personagens e utilizando-se da palavra representada, o artista compunha o **gênero dramático**.

Esse é o resumo da constituição da Teoria dos Gêneros, cuja estrutura influencia até hoje os estudos literários.

A rigidez da tríade proposta foi considerada cerceadora pelos futuros poetas românticos, que, de fato, trataram de transgredi-la em nome da liberdade criadora. O espírito dionisíaco do Romantismo acabou por suplantar, temporariamente, o espírito apolíneo dos artistas clássicos. Ocorre, aí, segundo D'Onofrio (1997, p.11), a substituição da “concepção aristotélica do poeta ‘artífice’ (...) pela concepção platônica do poeta ‘inspirado’, o que precisa mais de engenho do que de arte, usando a expressão camoniana”.

A estética literária moderna, superadas todas as inquietações românticas, procura estabelecer pontos comuns entre o aristotélico e o platônico. A concepção contemporânea dos gêneros, na literatura, reconhece a miscigenação genérica, daí o uso de expressões como “romance dramático”, “poema narrativo” e mesmo “prosa poética”.

Ainda nos contextos da arte literária, o filósofo russo Mikhail Bakhtin, em *A poética de Dostoiévski*, postula a divisão das obras literárias em dois grandes grupos: as de caráter monológico e as de caráter dialógico. As primeiras referem-se àquelas cuja forma e conteúdo enquadram-se nos cânones tradicionais; as segundas referem-se àquelas obras cuja proposta estética insurge-se contra a tradição artística, sendo seu contorno “polimorfo” e “polifônico”. Mais tarde, categorias como dialogismo e polifonia passam a ser utilizadas na consideração a outros textos e não só aos de cunho literário.

Ampliando-se os horizontes de concentração teórica e considerando a enorme massa de textos produzidos e que circulam nos cotidianos, nas instituições, nas ruas, enfim, nos diversos eventos de interação social, muito além da enunciação literária, chega-se ao debate em torno do papel que os gêneros do discurso assumem na organização social e na execução de muitas práticas sociais.

É também de Bakhtin a contribuição pioneira na abordagem dos gêneros nos domínios da linguagem além do campo literário. Sua concepção de *tipos relativamente estáveis de enunciados* – os gêneros do discurso – é referência para muitos dos estudos posteriores desta temática. O que ocorre hoje, nos estudos em ADC, não deve ser visto, como já dito no capítulo 1, como uma negação à contribuição de Bakhtin, mas um amadurecimento teórico natural que se espera de qualquer saber científico.

Como vimos, para os estudos em ADC, conforme Fairclough (2003, p. 28), os gêneros são *meios relativamente estáveis e duráveis de agir*. Em termos práticos, isso significa dizer que, quando analisamos um texto, “perguntamos como a forma interioriza e contribui para as ações e interações em eventos sociais” (op. cit., p. 67). Sumarizo a discussão que Fairclough (2003) faz em torno dos gêneros da seguinte maneira:

- Os gêneros – formas de ação e interação em eventos sociais – são definidos pelas práticas sociais e pelos modos como eles se organizam em redes de comunicação.
- As transformações sociais ocorridas no novo capitalismo mudam as práticas sociais e, conseqüentemente, mudam os gêneros do discurso.
- Os gêneros podem pertencer a domínios relativamente “locais” ou “globais”.
- Os gêneros mudam porque se combinam com outros gêneros diferentes; gêneros novos surgem pela combinação de gêneros já existentes.

- Os eventos ocorrem em cadeias de comunicação diferentes, manifestadas em “corrente de diferentes gêneros” – cadeias de gêneros.
- Os textos particulares são adequados para envolver a combinação de diferentes gêneros – gêneros híbridos.

Sob o ponto de vista da materialidade, os gêneros apresentam uma *estrutura composicional*, segundo Bakhtin, ou, conforme Fairclough (2003, p. 72) uma *estrutura genérica*, mas isso não quer dizer que os gêneros não estejam propensos a uma certa instabilidade e flexibilidade, características marcantes da sociedade atual.

A entrevista é, na contribuição de Fairclough (2003, p. 68-9), um *gênero desencaixado*: ela é uma espécie de “tecnologia social que pode ser usada em diferentes áreas e diferentes níveis da vida social”. Contudo, considero a entrevista, na extensão deste trabalho, como um *gênero situado*, conforme já discorri no primeiro capítulo. Ou seja, a entrevista na qualidade de uma realização concreta dentro de uma prática social e discursiva específica: a prática social do jornalismo. Mais precisamente falando, o gênero do discurso que serve de corpus para esta pesquisa é a *entrevista jornalística com políticos*.

Para Charaudeau (2006, p. 215), a entrevista política é a que se define

pelo propósito de concernir à vida cidadã, e pela identidade do entrevistado. Este, enquanto convidado, é um ator representante de si mesmo ou de um grupo que participa da vida política ou cidadã, e que tem um certo poder de decisão ou de pressão. (...) A entrevista política é um gênero que se presume pôr à disposição da opinião pública uma série de julgamentos e de análises que justifiquem o engajamento do entrevistado. Esse gênero se baseia então num é-preciso-dizer-a-qualquer-preço.

A posição de Charaudeau se aproxima muito da postulada pela jornalista Helena Chagas (2006, p. 159), para quem entrevistar políticos é “atividade em

que discurso e palavra servem de instrumento para a construção de imagens no jogo ilusório das aparências”. Um *ator representante* de si mesmo ou *imagens de aparências* são tomados, neste trabalho, como processos de construção identitária, conforme será visto mais adiante.

Uma observação a ser feita sobre a entrevista jornalística é a seguinte: o que comumente se denomina de entrevista é uma matéria jornalística em que a entrevista ocupa lugar central. O que se lê nas páginas das revistas ou dos jornais é uma matéria jornalística em que a entrevista possui lugar privilegiado. Ou seja, na realidade, o que se lê é uma edição, que, em alguma análise, pode ser considerada uma interpretação daquilo se perguntou e se respondeu quando da realização empírica da conversa entre entrevistado e entrevistador. Em resumo, o que ora analisamos é a edição¹³, a matéria jornalística da forma como se encontra nas páginas das revistas ou como são veiculadas na tela da televisão. A edição, na prática do jornalismo, geralmente não é uma atividade individual. A depender da matéria, envolve jornalistas, repórteres, chefes de redação, entre outros. Ou seja, o que marca o gênero que aqui denominamos entrevista jornalística, sob a perspectiva da sua autoria, é que esta é coletiva, apesar de muitas vezes levar a assinatura de uma só pessoa.

As três subseções seguintes tratam da estrutura genérica das entrevistas jornalísticas produzidas, respectivamente, pelas revistas *Carta Capital*, *Veja* e pelo programa de entrevistas *Canal Livre*, e que se encontram dispostas, integralmente, nos **Anexos**, deste trabalho.

¹³ Segundo o *Dicionário de Comunicação*, de Carlos A. Rabaça e Gustavo G. Barbosa, uma das acepções de *edição* é a seguinte: “O mesmo que montagem”. E duas das acepções para *editar* são as seguintes: (1) “Montar (programas de rádio ou de tv). Selecionar, cortar e emendar trechos gravados ou filmados. Alterar criativamente a ordem de gravação original de imagens e de sons em filme ou fita magnética”; (2) Ato de arranjar dados ou informações, implicando eliminação, seleção, alteração ou inserção. Selecionar por não-igualdade (dados não-homogêneos)”.

4.2.1 A estrutura genérica da entrevista jornalística em *Carta Capital*

A entrevista jornalística *Receita de Crescimento*, presente em *Carta Capital*, é analisada nesta seção sob a perspectiva da sua estrutura em termos de *pré-gêneros*, conforme a proposta de Fairclough (2003), e em termos da sua composição multimodal, segundo a contribuição de Kress e van Leeuwen (1996).

4.2.1.1 Os componentes multimodais em *Carta Capital*

A entrevista jornalística *Receita de Crescimento*¹⁴ pode ser definida como um conjunto multimodal, tendo em vista a presença dos seguintes elementos que participam da sua composição estrutural e de sentidos:

- Diversas **fontes de letras** na indicação das perguntas, das respostas, dos nomes dos jornalistas que assinam a matéria, do tema da entrevista e da sessão da revista em que a entrevista se encontra.
- Diversos **tamanhos de letras** na indicação do título da matéria, do tema da entrevista, dos nomes dos jornalistas que assinam a matéria, das frases em saliência e do nome da revista e da data presentes no rodapé da página.
- Recurso **Capitular**¹⁵ na inscrição da primeira letra do primeiro parágrafo da matéria.

¹⁴ Daqui em diante, utilizarei livremente as expressões *Receita de Crescimento* ou *entrevista de Carta Capital* na referência ao gênero que ora é analisado.

¹⁵ **Capitular** é um recurso do programa *Word* que possibilita o uso de um tamanho diferenciado na primeira letra ou na primeira palavra de um parágrafo. O recurso Capitular é muito utilizado nas inscrições de obras literárias.

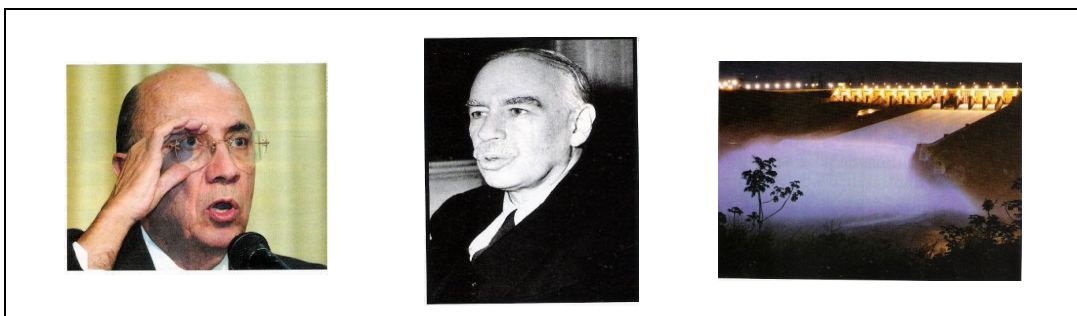
- Uso de **negrito**, para destacar o nome do entrevistado, o nome do entrevistador, a expressão inicial do primeiro parágrafo da matéria, as iniciais que indicam o entrevistado e o entrevistador.
- Uso de **itálico** na indicação das perguntas do entrevistador;
- Uso de **parênteses** na indicação de elementos extralingüísticos – risos do entrevistado – e de elementos como o nome completo de alguém citado na entrevista apenas pelo sobrenome ou pelo pré-nome.
- Uso de **cores** para destacar a sessão da revista em que a entrevista se encontra, o tema da matéria, as aspas que marcam as frases em saliência, as bordas da direita e da esquerda de todas as páginas em que a entrevista está disposta.
- Uso de **fotos** para indicar pessoas ou temas referidos na entrevista.
- Uso de **caixa alta** e de **abreviaturas** para indicar o turno e as vozes do entrevistador (**CC**, para *Carta Capital*) e o turno e as vozes do entrevistado (**DN**, para Delfim Neto).
- Uso do símbolo ■ para indicar o término da entrevista.

Todos esses elementos semióticos participam da estrutura composicional de *Receita de Crescimento* na revista *Carta Capital* e são significativos na construção dos diversos sentidos a que subjazem, o que exige do leitor um letramento¹⁶ diferenciado. Segundo Vieira (2003, p. 162), os estudos modernos se “notabilizaram por examinar o letramento, tendo em vista o seu papel na vida das pessoas”. Também é preciso acentuar que o caráter multimodal da entrevista em *Carta Capital* pressupõe um nível considerado de conhecimento prévio por parte dos leitores. Este é o caso das fotografias presentes na entrevista: elas se referem somente a pessoas e temas ligados à área de economia, assunto de interesse da matéria. Ou

¹⁶ Uso o termo **letramento** na condição ampla de conjunto de práticas sociais, conforme a contribuição teórica de Barton (1998), para quem existem vários tipos de letramento, associados aos mais diversos domínios da vida social. Barton faz uma análise ecológica sobre o letramento, ao afirmar que este é parte constitutiva do ambiente, influenciando-o e sendo por ele influenciado. Além disso, as práticas de letramento são historicamente situadas, mudam e são transformadas mediante novas aprendizagens e novas produções de sentido.

seja, o destaque – *saliência* nos termos de Kress e van Leeuwen (1996) – dado às imagens não apenas ilustra, mas constrói sentidos, como se pode observar nos exemplos a seguir:

Figura 5 – Imagens que auxiliam na construção do assunto “economia” em *Receita de Crescimento*



As fotografias de Henrique Meireles – o presidente do Banco Central –, de John Keynes – o “criador” da macroeconomia – e a imagem de Itaipu – a maior hidrelétrica do mundo –, respectivamente, possibilitam ao leitor, com determinado repertório de conhecimento, a referência imediata ao assunto tratado na matéria (“economia”) que passa, também, por uma questão energética. Em resumo, ao “ler” as fotos de Meireles e de Keynes e a imagem de Itaipu, o leitor inserido nesta dimensão de letramento poderá intuir ou ter certeza de que os assuntos de que trata a matéria são do tipo “economia”, “desenvolvimento”, “geração de energia”, etc., e não “saúde”, “educação”, “cinema”, “lingüística”, entre outros.

O caso específico da foto de Itaipu comprova que a imagem não é mera ilustração a algo já discorrido por meio do sistema de escrita. Não há, em toda a extensão do texto escrito de *Receita de Crescimento*, nenhuma referência direta à Itaipu. As hidrelétricas a que se referem, explicitamente, o entrevistado são as do Rio Madeira e Belo Monte, cujas construções sequer estão concluídas, ao tempo desta análise. Mas foi a imagem de Itaipu o recurso multimodal utilizado para referir o debate em torno da não-perspectiva

energética no Brasil, numa prova de que a imagem também “fala”, e não apenas ilustra o conteúdo discorrido em termos da escrita.

Outro elemento, presente na estrutura genérica da entrevista, que requer um letramento específico dos leitores é o uso de abreviaturas¹⁷, pois elas indicam o turno de fala do entrevistado e do entrevistador, função de que não se revestem as abreviaturas em outros gêneros do discurso. Apenas na primeira ocorrência de cada turno, os nomes do entrevistador (*Carta Capital*) e do entrevistado (Delfim Neto) não estão dispostos de forma abreviada, o que não se verifica nas outras trinta e uma ocorrências.

O que faz das abreviaturas, em *Carta Capital*, um recurso semiótico que exige do leitor um letramento diferenciado é o fato de que elas não são uma redução fixa e “de uso geral”, conforme Houaiss: **CC** e **DN** só significam “Carta Capital” e “Delfim Neto” na própria revista *Carta Capital*, e não nas revistas *Época*, *Veja*, ou no jornal *Folha de São Paulo*, por exemplo. Diferentemente das formas consagradas, e de “uso geral”, como INSS, UNICEF e USP, **CC** e **DN** não possuem referentes tão imediatos no repertório das pessoas como as formas reduzidas citadas anteriormente: em outros gêneros, como alguns tipos de formulário, por exemplo, **DN** pode ser a abreviatura para “data de nascimento”, e **CC** pode ser a redução de “conta corrente”.

CC e **DN**, por fim, só possuem a função que têm, dentro da estrutura genérica desta entrevista em particular. Parece haver um acordo tácito, uma espécie de manual metalingüístico que diz algo como: *Carta Capital*, doravante **CC**, e Delfim Neto, doravante **DN**. Vejamos o uso das abreviaturas em *Receita de Crescimento*, nos exemplos (1a) e (1b) a seguir:

¹⁷ São três as acepções de abreviatura presentes no Dicionário Eletrônico Antônio Houaiss: 1 ato ou efeito de abreviar; abreviação 2 redução, fixa na língua escrita e de uso geral, de uma palavra ou locução (p.ex.: *V.*, por *você*; *V.M.*, por *Vossa Mercê*; *Dr.*, por *doutor* etc.) 3 redução de uma locução a uma sigla (p.ex.: *RFF*, por *Rede Ferroviária Federal*; *ONU*, por *Organização das Nações Unidas*) [Em bibliologia, as abreviaturas têm força de tradição e de aceitação mais ou menos geral dentro de sua área de uso; podem ser axiológicas, autorais, bibliológicas, médicas, náuticas, musicais etc.]

(1a)

Carta Capital: *Qual o significado das duas eleições de Lula?*

Delfim Neto: Aderi ao Lula em 2002, quando ele preparou a Carta aos Brasileiros (...).

(1b)

CC: *A história recente mostra que a esfera econômica sempre subjuga a esfera política. Mudou alguma coisa com Lula?*

DN: O Lula entendeu a necessidade de unir esses dois universos (...).

O exemplo (1a) corresponde ao primeiro par de turnos da entrevista. O exemplo (1b) corresponde ao segundo par de turnos, estrutura seguida pelo outros pares restantes. As formas **CC** e **DN**, como já dissemos, exigem do leitor uma observação atenta: elas têm a função específica, e particular, de designar os interlocutores da entrevista, ou seja, os elementos centrais dentro desse gênero de interação dialógica.

Outro fator que faz da abreviatura um elemento central na estrutura genérica de *Receita de Crescimento* é a substituição dos nomes dos jornalistas, os entrevistadores de Delfim Neto. O gênero que analisamos informa ao leitor, e até com algum destaque, os nomes dos entrevistadores Luiz Gonzaga Beluzzo e Sérgio Lírio, na parte superior da página. Contudo, todo o corpo textual de *Receita de Crescimento* omite as vozes dos jornalistas: quem entrevista Delfim Neto é a revista *Carta Capital*. Esse procedimento pode nos parecer óbvio, mas ele tem fortes contornos ideológicos. Conforme Fairclough (2003), a intertextualidade não é apenas uma categoria de análise correspondente às vozes que se encontram presentes, de forma manifesta ou não, num dado texto. Ela também se refere às vozes ausentes, e a escolha que se opera entre uma ou outra voz se dá mediante uma opção ideológica. Além disso, a substituição dos nomes dos jornalistas pelo nome da revista atende a uma discussão atual em torno do que vem a ser a autoria, bastante difusa em alguns gêneros do discurso na atualidade, especialmente os que têm produção e circulação no seio da prática social do jornalismo. O uso de *Carta Capital*, em seguida da inscrição **CC**, no lugar dos nomes de jornalistas possui a função

ideológica de sufocar a “voz” e a identidade de quem, de fato, ocupou a posição de entrevistador.

4.2.1.2 Os pré-gêneros em *Carta Capital*

Na estrutura genérica de *Receita de Crescimento*, o pré-gênero¹⁸ *conversaço*, segundo Fairclough (2003), exerce um papel absolutamente central. Por se tratar do gênero entrevista, a composição em termos de uma forma dialogada torna-se bastante evidente. A conversaço pode ser verificada em todos os pares de turno do entrevistador e do entrevistado, marcados, como já se disse, pelas formas abreviadas CC e DN, conforme podemos verificar no exemplo (2a) a seguir:

(2a)

CC: *Com a privatização, o País perdeu um instrumento de coordenação do investimento privado. Havia horizonte, não?*

DN: É uma discussão importante. O presidente expressou a intenção de fazer o País crescer 5% ao ano. Crescimento é um estado de espírito, com condições objetivas. Hoje, falta uma condição objetiva, oferta de energia. Não adianta imaginar que os empresários vão investir se não houver segurança de oferta de energia para os próximos dez anos.

Tem-se, na ocorrência de (2a), uma questão interessante: ao responder à pergunta do entrevistador (seqüência de conversaço), o entrevistado acaba

¹⁸ No Capítulo 1, já discorremos sobre a definição de pré-gêneros, em Fairclough (2003): noções mais abstratas que entram na composição de um gênero do discurso específico. Os pré-gêneros são a narração, a conversaço, a argumentação e a descrição, por exemplo. Os pré-gêneros podem ser comparados ao que Marcuschi (2005, p. 22) define como *tipo textual*: “uma espécie de seqüência teoricamente definida pela natureza lingüística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*”.

por fazer uso de outro pré-gênero, a *argumentação*, como no trecho sublinhado do exemplo (2a) a seguir:

(2a)

CC: *Com a privatização, o País perdeu um instrumento de coordenação do investimento privado. Havia horizonte, não?*

DN: É uma discussão importante. O presidente expressou a intenção de fazer o País crescer 5% ao ano. Crescimento é um estado de espírito, com condições objetivas. Hoje, falta uma condição objetiva, oferta de energia. Não adianta imaginar que os empresários vão investir se não houver segurança de oferta de energia para os próximos dez anos.

O pré-gênero *argumentação* também está presente nos quatro excertos da entrevista, destacados por uma fonte de letra em tamanho consideravelmente maior em relação às outras utilizadas na indicação dos turnos de fala. Nesse caso, além do tamanho da fonte, a *argumentação* ganha saliência em função de estar marcada por um par de aspas na cor vermelha, conforme ilustramos no exemplo (2b) a seguir:

(2b)

“ Se o governo não garantir a oferta de energia nos próximos dez anos, não haverá investimento ” .

Além da *conversação* e da *argumentação*, outros pré-gêneros compõem a estrutura de Receita de Crescimento: a *narração* e a *descrição*, presentes, de forma mais evidente, no *lide*¹⁹ da entrevista. A *narração* é a seqüência que

¹⁹ De acordo com o *Dicionário de Comunicação*, de Carlos A. Rabaça e Gustavo G. Barbosa, *lide* ou *lead* significa, também, a “abertura de texto jornalístico, na qual se apresenta sucintamente o assunto ou se destaca o fato essencial, o clímax da história”. (...) “Na construção do *lide*, o redator deve responder às questões básicas da informação: o quê, quem, quando, onde, como e por quê (embora não necessariamente a todas elas em conjunto)”. (...) “Podemos ainda acrescentar outra função desempenhada pelo *lide*: situar a notícia dentro de um contexto mais amplo, esclarecendo o leitor a respeito de fatos passados ou interligados”.

introduz o lide e, conseqüentemente, a matéria em questão, conforme pode ser verificado no exemplo (3a) a seguir:

(3a)

Chega ao fim o quinto mandato consecutivo de deputado federal de Delfim Neto.

Ainda, no lide, há outra ocorrência do pré-gênero *narração*, como no exemplo (3b) a seguir:

(3b)

Enquanto não decide o próprio futuro, Delfim recebeu *Carta Capital* para uma conversa esclarecedora em seu escritório em São Paulo.

Uma observação importante a se fazer sobre a *narração* em (3a) diz respeito à maneira como o entrevistado é apresentado ao leitor. Delfim Neto, ou melhor, parte da sua trajetória biográfica, nos vem como uma informação já compartilhada. Nesse sentido, a pressuposição²⁰ – conforme Fairclough (2001, p. 155), as pressuposições “são proposições que são tomadas pelo produtor (a) do texto como já estabelecidas ou dadas” – exerce um papel fundamental. Especificamente, na ocorrência de (3a), o artigo definido em “o quinto mandato de deputado federal” é o que faz desta informação uma informação pressuposta, do conhecimento prévio do leitor. Mais que isso, *Receita de Crescimento* pressupõe que o leitor já sabe que os cinco mandatos de Delfim Neto foram ininterruptos, e essa informação nos é dada, explicitamente, por meio do adjetivo “consecutivo”. Outra informação que se presume, no exemplo

²⁰ Fairclough (2003, p. 40) usa o termo genérico *suposição* para “abarcando termos de teor implícito que, geralmente, são distinguidos na literatura da Linguística Pragmática (...) como pressuposições, implicações ou acarretamentos lógicos, além das implicaturas”. Ilari e Geraldi (1999, p. 76-7) distinguem a *pressuposições* e as *implicaturas*, por meio da presença de elementos lingüísticos: no caso do conteúdo pressuposto, a “estrutura lingüística nos oferece todos os elementos que nos permitem derivá-lo” (fulano parou de fumar: fulano fumava); no caso das implicaturas, o conteúdo de sentido é derivado do discurso do interlocutor, sem que haja qualquer pista de ordem lingüística. Neste trabalho, uso o termo pressuposição no sentido geral encontrado em Fairclough (2001).

(3a), refere-se ao fato de que os cinco mandatos consecutivos terminaram, isso pode ser pressuposto por meio da expressão “chega ao fim”. Em resumo, as informações pressupostas presentes na seqüência de narração que analisamos ocorrem pelo uso dos termos destacados no exemplo (3a) a seguir:

(3a)

Chega ao fim o quinto mandato consecutivo de deputado federal de Delfim Neto.

O outro pré-gênero, a *descrição*, presente no lide, pode ser observado por meio do exemplo (4a), a seguir:

(4a)

Delfim é hoje um dos interlocutores mais freqüentes de Lula. (...) Com a costumeira verve, ironia e lucidez (...).

A descrição que se faz de Delfim Neto e o uso de termos adjetivais na sua construção identitária serão abordados na subseção *A representação em Carta Capital*.

Os pré-gêneros – *narração, conversação, argumentação e descrição* – que compõem a estrutura genérica da entrevista *Receita de Crescimento* estão resumidos no **Quadro 7** – Resumo dos pré-gêneros que compõem a estrutura de *Receita de Crescimento* – a seguir:

| Pré-gênero | Lugar predominante no gênero | Exemplos |
|--------------|------------------------------|---|
| | | |
| Narração | Lide | Chega ao fim o quinto mandato consecutivo de deputado federal de Delfim Neto. |
| Conversaão | Turnos de Fala | CC: <i>A história recente mostra que a esfera econômica sempre subjuga a esfera política. Mudou alguma coisa com Lula?</i> DN: O Lula entendeu a necessidade de unir esses dois universos (...). |
| Argumentação | Turnos de Fala | CC: <i>Com a privatização, o País perdeu um instrumento de coordenação do investimento privado. Havia horizonte, não?</i> DN: É uma discussão importante. O presidente expressou a intenção de fazer o País crescer 5% ao ano. <u>Crescimento é um estado de espírito, com condições objetivas. Hoje, falta uma condição objetiva, oferta de energia. Não adianta imaginar que os empresários vão investir se não houver segurança de oferta de energia para os próximos dez anos.</u> |
| | Declarações em saliência | Se o governo não garantir a oferta de energia nos próximos dez anos, não haverá investimento. |
| Descrição | Lide | Delfim é hoje um dos interlocutores mais freqüentes de Lula. (...) Com a costumeira verve, ironia e lucidez (...). |

Quadro 7 – Resumo dos pré-gêneros que compõem a estrutura de *Receita de Crescimento*

4.2.2 A estrutura genérica da entrevista jornalística em *Veja*

A entrevista jornalística *Operação Simpatia*²¹, presente na revista *Veja*, é analisada nesta seção sob a perspectiva da sua estrutura em termos de *pré-gêneros*, conforme a proposta de Fairclough (2003), e em termos da sua composição multimodal, segundo a contribuição de Kress e van Leeuwen (1996).

²¹ Como ocorreu na seção anterior, utilizarei livremente as expressões *Operação Simpatia* e *entrevista jornalística em Veja* para designar o gênero que ora se analisa.

4.2.2.1 Os componentes multimodais da entrevista em *Veja*

A entrevista *Operação Simpatia* também pode ser definida como um conjunto multimodal, tendo em vista a presença dos seguintes elementos que participam da sua composição estrutural e de sentidos:

- Uso da **cor amarela** para destacar o fundo de todas as páginas que veiculam a entrevista. Uso de outras cores para marcar a sessão da matéria e as frases da entrevistada dispostas em *framing*²².
- Diversos **tamanhos de letras** na indicação do título da matéria, do nome da jornalista que assina a matéria, das frases em saliência, e do nome da revista e da data presentes no rodapé da página.
- Diversas **fontes de letras** na indicação das perguntas, do nome da jornalista que assina a matéria, da sessão da revista em que a entrevista se encontra e de parte do lide.
- Uso de **parênteses** na indicação de elementos extralingüísticos e dêiticos não presentes no corpo textual da matéria e de elementos como o nome completo de alguém citado pelo entrevistador, apenas por meio do sobrenome ou do pré-nome.
- Recurso **Capitular** na inscrição da primeira letra do primeiro parágrafo da matéria.
- Uso de **negrito**, para destacar o nome da entrevistada – a secretária de Estado norte-americano Condoleezza Rice –, o nome do entrevistador, a letra em “capitular”, o título da matéria e parte do lide..
- Uso de **itálico** na indicação das perguntas do entrevistador;
- Uso de **fotos** do entrevistado.
- Uso do símbolo ■ para indicar o término da entrevista.

²² *Framing*, conforme a proposta de Kress e van Leeuwen (1996), é o enquadramento, a moldura aplicados aos elementos destacados em uma composição multimodal.

Esses recursos semióticos participam da composição multimodal de *Operação Simpatia*, título da entrevista em *Veja*, e alguns deles merecem a nossa atenção especial, pelo fato de situarem o leitor em uma dimensão específica de letramento. Esse é o caso da cor amarela, que serve de fundo para todas as páginas que comportam a entrevista. Os assinantes ou os leitores habituais da revista *Veja* reconhecem a seção entrevista automaticamente pela cor: são as famosas “páginas amarelas”. Mas esse reconhecimento “automático” pressupõe uma determinada inserção de letramento, dado que os que não são leitores habituais ou assinantes desta revista provavelmente não têm no seu repertório essa informação. As “páginas amarelas” só significam “entrevista” em *Veja*, e não em *Carta Capital*, como vimos, ou em outras revistas de circulação nacional. Mais uma vez, temos outro elemento semiótico, além do sistema de escrita, significando algo dentro da estrutura de um gênero em particular. Se considerarmos, por exemplo, a prática social do trânsito, verificaremos que a cor amarela possui outro sentido (o de atenção), que, por sua vez, é distinto do que ela significa nas inscrições presentes em um depósito de lixo nuclear, quando associada ao desenho de uma caveira (sentido de perigo letal). Os que têm inserção em determinadas práticas digitais saberão que o amarelo, como a cor de fundo em um triângulo contendo um sinal de exclamação, ajudará a construir outro sentido (o de que algo “contém erro”).

Outro exemplo em que a cor tem função absolutamente importante é o caso da *Lista Telefônica*. Nela, as “páginas amarelas” já não significam mais uma entrevista e, sim, “anúncios”. Um consultor freqüente desse *suporte*²³ saberá “automaticamente” o que “diz” a cor amarela. Portanto, voltando à *Veja*, podemos afirmar que o amarelo, associado, há décadas, a uma mesma seção dessa revista produz um sentido, compreendido somente pelos que estão inseridos em uma dada dimensão de letramento.

²³ Marcuschi (2003, p. 3) define suporte de um gênero como “um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”.

Outro componente importante na estrutura genérica de *Operação Simpatia* são os *parênteses*. Eles funcionam como instrumentos que possibilitam a inserção, no turno da entrevistada, de uma informação que não está ali contida, numa espécie de referência dêitica a determinado elemento. Os parênteses, neste caso, são um recurso do editor, para tornar mais claros alguns dados presentes na fala de Rice, que ele julgou não serem conhecimentos pressupostos por parte dos leitores, como se pode observar no trecho destacado no exemplo (5a) e (5b) a seguir:

(5a)

Veja – E quando quem bate à porta à noite são tropas americanas? Quando 20000 civis iraquianos aparecem nas listas das baixas de guerra? Qual a justificativa moral para essas vítimas?

Rice – Não vamos nos esquecer de quem é o responsável pela maioria das baixas civis. Gente como (o líder terrorista Abu Musab al- Zarqawi e outros que foram para o Iraque porque simplesmente não querem que exista democracia lá.

(5b)

Veja – Refiro-me a baixas feitas em operações militares.

Rice – As baixas civis no Iraque não são decorrentes apenas de operações militares. Os iraquianos hoje estão sofrendo baixas porque há terroristas que querem impedir que exista um futuro melhor. Gostaria de lembrar dos 300 mil mortos que já encontramos em covas coletivas (vítimas do regime de Saddam Hussein) (...).

As únicas vezes em que os parênteses são usados em *Operação Simpatia* estão nos destaques dos exemplos (5a) e (5b) e possuem a função de inserir ressalvas ou esclarecimentos do editor acerca do que foi dito pela entrevistada. Esta particularidade quanto ao uso dos parênteses não se verifica, por exemplo, na entrevista de *Carta Capital*.

A única fotografia utilizada na composição de *Operação Simpatia* é a de Rice e será analisada na seção *A representação em Veja*.

4.2.2.2 Os pré-gêneros em *Veja*

O pré-gênero mais abundante na composição da entrevista em *Veja* é *conversa*ção. Ela está presente em todas as trocas de turno da entrevista, como se pode observar no exemplo (6a) a seguir:

(6a)

Veja – A senhora nunca tem dúvidas? Nunca diz “não sei o que fazer”, quando defrontada com situações, digamos, como a do Haiti, que parecem tão sem saída, sem opções?

Rice – É verdade que existem lugares e situações que parecem que nunca vão ter solução. Mas o meu trabalho, a minha responsabilidade, não é ficar conjecturando, e sim procurar saídas (...).

Outros pré-gêneros que compõem a estrutura genérica da entrevista *Operação Simpatia* são: a descrição, a narração e a argumentação. É no lide da matéria que estão as principais seqüências descritivas encontradas no gênero analisado, conforme se vê nos excertos do exemplo (7a), a seguir:

(7a)

Defensora da guerra, a secretária de Estado (...). Pianista, especialista em relações internacionais e fluente em russo (...). Afável e supremamente confiante (...).

A seqüência descritiva que ocupa a posição de *tema*²⁴ do lide, em (7a) baseia-se em, pelo menos, duas pressuposições: 1) alguém defende uma

²⁴ A definição de tema é funcional e, conforme a contribuição de Halliday (1994, p. 38), é o termo que ocupa a primeira posição em uma determinada sentença.

guerra específica; 2) essa guerra é a travada entre os Estados Unidos e o Iraque. Mais uma vez, como ocorre em *Carta Capital*, o artigo definido exerce função central para o estabelecimento de um dos saberes pressupostos, como no termo em destaque em “Defensora da guerra, a secretária de Estado agora prega (...)”. A outra pressuposição cabe, lingüisticamente, ao adjetivo “defensora”, cujo referente não é ambíguo, pois só poder Rice, no contexto que se analisa.

Outros trechos de seqüência descritiva encontram-se inseridos em um outro pré-gênero, a *narração*, conforme pode ser observado nos intervalos destacados no exemplo (8a) a seguir:

(8a)

Agora, no segundo mandato, promovida a secretaria de Estado, Condi, como é providencialmente chamada, mudou o foco: com o pior da situação iraquiana para trás, ela vem cruzando o planeta como a face mais humana do governo Bush e grande propaganda das vantagens da democracia.

A ocorrência em (8a) ilustra, mais uma vez, que os pré-gêneros entram na composição de um gênero situado de forma bastante articulada, e não apresenta fronteiras tão claramente delimitáveis. Outra vez, em (8a), temos alguns conhecimentos pressupostos. Desta vez, destaco a ocorrência do verbo “mudar”, que, conjugado no tempo pretérito, faz com que o leitor, situado numa determinada dimensão de letramento, saiba que “houve outro foco”, mas que agora ele mudou. Esse “novo foco” é o que motiva a existência da iniciativa política batizada de Operação Simpatia.

A *argumentação* encontra-se no lide, exemplo (9a), e nas respostas da entrevistada (pré-gênero *conversação*) que, em três momentos recebem um enquadramento diferenciado, para que sejam destacadas, como no caso do exemplo (9b), a seguir:

(9a)

É muito mais fácil, em lugar de defender a guerra, pregar que é preciso fortalecer as instituições democráticas, combater a corrupção e ajudar os pobres a sair da miséria. Quem pode ser contra isso?

(9b)

A quem tem medo da Alca, diria que a liberalização do comércio tende a expandir as economias, fortalecendo os mercados e trazendo investimentos. Vejam o que aconteceu no México, com a Nafta. O acordo trouxe prosperidade.

Os pré-gêneros que compõem a estrutura genérica da entrevista em *Veja* estão resumidos no **Quadro 8** – Resumo dos pré-gêneros que compõem a estrutura de *Operação Simpatia* – a seguir:

Quadro 8 – Resumo dos pré-gêneros que compõem a estrutura de *Operação Simpatia*

| Pré-Gênero | Lugar predominante no gênero | Exemplo |
|---------------------|---------------------------------|---|
| Conversação | Turnos de fala | Veja – A senhora nunca tem dúvidas? Nunca diz “não sei o que fazer”, quando defrontada com situações, digamos, como a do Haiti, que parecem tão sem saída, sem opções? Rice – É verdade que existem lugares e situações que parecem que nunca vão ter solução. Mas o meu trabalho, a minha responsabilidade, não é ficar conjecturando, e sim procurar saídas (...). |
| Descrição | Lide | Defensora da guerra, a secretária de Estado (...). Pianista, especialista em relações internacionais e fluente em russo (...). Afável e supremamente confiante (...). |
| Argumentação | Lide | É muito mais fácil, em lugar de defender a guerra, pregar que é preciso fortalecer as instituições democráticas, combater a corrupção e ajudar os pobres a sair da miséria. Quem pode ser contra isso? |
| | Declarações em saliência | A quem tem medo da Alca, diria que a liberalização do comércio tende a expandir as economias, fortalecendo os mercados e trazendo investimentos. Vejam o que aconteceu no México, com a Nafta. O acordo trouxe prosperidade. |
| Narração | Lide | Agora, no segundo mandato, promovida a secretaria de Estado, Condi, como é providencialmente chamada, mudou o foco: com o pior da situação iraquiana para trás, ela vem cruzando o planeta como a face mais humana do governo Bush (...). |

4.2.3 A estrutura genérica da entrevista jornalística em *Canal Livre*

A entrevista que ora passo a analisar é o principal elemento de um programa de televisão: o *Canal Livre*²⁵, da Rede Bandeirantes. O veículo, ou suporte, que possibilita a realização desse gênero exige-nos algumas considerações que não foram feitas em relação às entrevistas em *Veja* e em *Carta Capital*:

- As **condições de realização do programa**: a entrevista com o Deputado Federal Severino Cavalcanti foi gravada nos estúdios da TV Bandeirantes, em Brasília. Contudo, o apresentador do programa e um dos entrevistadores, Fernando Mitre, permaneceram nos estúdios em São Paulo. Em Brasília, no mesmo estúdio em que se encontrava o Deputado, estava o segundo entrevistador, o jornalista Eduardo Castro. Os dados das entrevistas anteriores, cujos suportes eram revistas, não nos possibilitavam ver as reações às perguntas ou aos comentários por parte de entrevistador e entrevistado, o que nos vinha nos textos lidos por meio de notações gráficas, como o caso dos parênteses em *Carta Capital*. A televisão permite-nos apreciar a pessoa do entrevistador, seus gestos, reações e comentários, por exemplo. Isso “sufoca” um pouco menos a construção identitária dos jornalistas.
- A **imagem em movimento**: a entrevista em *Canal Livre*, por ser produto da televisão, possibilita aos seus espectadores, os *viewers*, a leitura da palavra oral, dos gestos, da roupa, do cenário, da trilha incidental, das hesitações, enfim, de vários modos semióticos que o suporte revista não é capaz de veicular.
- A **ausência de trabalho minucioso de edição**: a entrevista em *Canal Livre* é realizada sem cortes, o que nos permite avaliar de uma maneira diferente o controle interacional: os turnos de fala, o estabelecimento da

²⁵ Nesta seção, tratarei livremente por *entrevista em Canal Livre* ou *entrevista com Severino Cavalcanti* o gênero que passo a analisar.

agenda, etc. De qualquer modo, sabemos que, por se tratar de televisão, é comum, nos intervalos comerciais, o trabalho dos assessores, contra-regras, e outros profissionais ligados ao entrevistado ou aos jornalistas, quanto a cuidar de detalhes como: retoque da imagem, acertos de luz, enfoque a determinados temas ou não, entre outros.

- **Hibridismo das três situações interativas propostas por Thompson (1998):** entre Severino Cavalcanti e Eduardo Castro, ambos nos estúdios em Brasília, temos uma *interação face a face*. Entre Severino Cavalcanti (em Brasília), Fernando Mitre e o mediador (em São Paulo), temos uma *interação mediada*. E entre todos eles e os telespectadores, temos uma *quase-interação mediada*. Nas duas entrevistas anteriormente analisadas, não podemos especificar em que tipo de situação interativa se sustentou o diálogo dos entrevistadores com os entrevistados.

A entrevista jornalística em *Canal Livre* é analisada nesta seção sob a perspectiva da sua estrutura em termos de *pré-gêneros*, conforme a proposta de Fairclough (2003), e em termos da sua composição multimodal, segundo a contribuição de Kress e van Leeuwen (1996). Vários aspectos semióticos poderiam interessar a uma outra pesquisa – uma de cunho jornalístico ou televisivo, por exemplo. Por isso, a exclusão, nesta análise, de alguns componentes semióticos ocorreu de forma intencional.

4.2.3.1 Os componentes multimodais em *Canal Livre*

A entrevista jornalística em *Canal Livre* pode ser definida como um conjunto multimodal, tendo em vista a presença dos seguintes elementos que participam da sua composição estrutural e de sentidos:

- **Trilha incidental** para destacar a vinheta de abertura do programa e a entrada dos blocos, após cada intervalo comercial.

- **Fotografias** de diversas personalidades do mundo político e artístico usadas na vinheta de abertura do programa.
- **Divisão da tela da TV** em dois enquadramentos: um deles sempre mostrando a imagem do entrevistado; o outro focalizando um dos entrevistadores, a depender do turno de fala.
- **Música de fundo** usada durante a apresentação inicial da entrevista, uma espécie de lide televisivo, porque mescla imagens e palavras lidas.
- **Reportagem de arquivo**, um resumo, especialmente abordando como se deu a vitória de Severino Cavalcanti sobre o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh na disputa pela presidência da Câmara.
- Trechos do **Hino Nacional Brasileiro** cantado por alguns deputados no término da reportagem de arquivo.
- **Corte da câmera**, quando da imagem em tela “cheia”, privilegiando a figura do entrevistado.

A entrevista em *Canal Livre* difere de *Receita de Crescimento* e de *Operação Simpatia*, entre outros fatores, pela presença da imagem em movimento. Os estudos feitos por Kress e van Leeuwen (1996) sobre a multimodalidade abordam mais o caso das imagens bidirecionais. Contudo, toda a extensão do oitavo capítulo de *Reading Images* refere-se à terceira dimensão, que pode ser analisada por meio de muitas das categorias aplicadas às imagens bidirecionais. Reitero que as imagens analisadas aqui funcionam como imagens paradas, pois só é possível captá-las desta forma. Quando me refiro à animação dessas imagens, apresento-as em seqüência, tentando, assim, sugerir alguns movimentos.

Em contraposição às entrevistas anteriores, em *Canal Livre* podemos “ler” a imagem de entrevistado e entrevistador enquanto a pergunta é formulada, ou seja, lemos o controle interacional no momento em que é produzido. Para tanto, um recurso utilizado na entrevista com Severino Cavalcanti é a divisão da tela da TV em dois enquadramentos, sendo um deles

sempre reservado para o entrevistado, como se pode observar nos exemplo (10a) e (10b) a seguir:



Em (10b) tem-se, com clara evidência, a reação do entrevistador, com risos, à resposta dada pelo entrevistado. Se, em *Carta Capital*, os parênteses são usados para indicar, também, esses tipos de reação por parte dos interactantes, em *Canal Livre* o próprio telespectador lê e avalia a extensão de significado (de humor ou de sarcasmo), neste caso, do sorriso do Jornalista Fernando Mitre. O exemplo em (10b) captura um momento em que se debatia a Reforma Política. Na figura a seguir, tem-se o paralelo entre a pergunta de Mitre e a resposta de Severino Cavalcanti que causou o sorriso no entrevistador²⁶:

Figura 6 – Reação do jornalista Mitre à resposta de Severino Cavalcanti

Fernando Mitre: (...) O Presidente Fernando Henrique sempre defendeu a reforma política, mas quando assumiu o primeiro mandato já deixou para o Congresso. O Presidente Lula é a favor da Reforma Política, mas a coisa não anda. Com os deputados, a mesma coisa. Por que a Reforma Política não anda, embora haja tantos discursos bonitos a favor dela?

Severino Cavalcanti: Mas agora vai andar. A Câmara dos Deputados tem o Severino na presidência. Então, com esse Severino vai modificar a maneira de proceder na Câmara dos Deputados (...).



²⁶ A entrevista em *Canal Livre* foi transcrita sem marcas específicas de hesitações, silêncios, etc. Também não houve intervenção quanto ao registro dos interlocutores, ou seja, “correções” em termos de regência ou concordância, por exemplo, uma vez que estas categorias não interessam diretamente a esta pesquisa.

Os casos ilustrados em (10a) e (10b) referem-se à divisão da tela em dois enquadramentos, o que permite-nos a leitura dos gestos, sorrisos, indiferença, dúvida, enfim, das diversas reações que podem ter entrevistado e entrevistador durante a interação. Ler gestos e sorrisos, por exemplo, significa interpretar os sentidos que esses elementos constroem dentro do conjunto maior que se analisa: o gênero entrevista em *Canal Livre*. Além disso, ao se dividir a tela ao meio, são criadas duas perspectivas de valor da informação: os elementos *dado* e *novo*, como se pode se observar na figura a seguir:



Figura 7 – Ilustração dos elementos **dado** e **novo** em *Canal Livre*

O que faz do componente mais à esquerda um elemento *dado* é o fato de, na maioria das vezes, ele já ser do conhecimento dos *viewers*: no presente caso, os que assistem habitualmente ao *Canal Livre* sabem que o jornalista Fernando Mitre é um dos entrevistadores fixos do programa, por isso, ele é o elemento *dado* (já conhecido). O *novo*, aquilo que se presume não ser do conhecimento do leitor, geralmente, ocupa uma posição mais à direita. No caso que ilustramos, o *novo* é o Deputado Severino Cavalcanti, pois a cada edição do programa um outro entrevistado ocupa esse lugar na exibição. Em resumo,

em *Canal Livre*: o *dado* é o entrevistador – elemento já conhecido pelos *viewers* – e o *novo* é o entrevistado – elemento que muda cada vez que o programa vai ao ar e que, portanto, não é do conhecimento do telespectador. Kress e van Leeuwen (1996) atentam para o fato de que essa disposição do *layout* (*dado* e *novo*, à esquerda e à direita, respectivamente) pode não acontecer em toda composição. Um exemplo disso, na TV brasileira, é o caso do *Programa do Jô*, em que o *dado* (Jô Soares) ocupa a posição à direita do vídeo, e o *novo* (o convidado) ocupa a posição mais à esquerda.

Nos casos em que não há a divisão da tela em dois enquadramentos, o que ocorre na maior parte do programa, o grande destaque é dado para a figura do entrevistado, quando o *framing* da câmera ocupa a tela inteira da televisão. Podemos observar isso nos exemplos (11a) e (11b) a seguir:

(11a)



(11b)



O exemplo (11a) faz parte de uma reportagem de arquivo apresentada logo no início do último bloco de *Canal Livre*. Trata-se de um trecho de uma outra entrevista, desta vez concedida ao programa *Falando Sério*, da Rede 21, emissora que compõe o Grupo Bandeirantes de Televisão. Na ocasião, o deputado Severino Cavalcanti ainda estava em campanha pela presidência da Câmara dos Deputados. O caso de (11a) ilustra a grande preferência dos cortes de câmara por focalizar a imagem do entrevistado: o arquivo da entrevista em *Falando Sério* sequer nos mostra quem é o entrevistador, ou seja, toda a oportunidade de exibição recai sobre Severino Cavalcanti e sobre o seu turno de fala. A saliência que é dada ao entrevistado busca imputar-lhe

uma maior projeção, e isso pode ser avaliado pelos *viewers*. Em (11b), tem-se o exato momento em que o corte da câmara passa do entrevistado para o entrevistador, em plena enunciação, com os gestos correspondentes. Na subseção *A imagem do entrevistado em Canal Livre*, deste capítulo, analiso os gestos de Severino Cavalcanti ao tratar da categoria do *ethos*.

4.2.3.2 Os pré-gêneros em *Canal Livre*

Como nos casos de *Receita de Crescimento* e *Operação Simpatia*, o pré-gênero mais produtivo em *Canal Livre* é a *conversação*, como podemos observar na transcrição de um trecho da entrevista, no exemplo (12a), a seguir:

(12a)

Mediador: Presidente, o senhor se elegeu e um dos pontos de sua campanha é de fazer com que os deputados tenham um aumento nos seus salários. Agora, o que a população está esperando mesmo, Presidente, é que a MP 232 seja barrada no Congresso. O senhor acha que isso vai ser possível?

Severino Cavalcanti: Eu primeiro quero cumprimentar todos os ouvintes da TV Bandeirantes, pela maneira que sempre se porta em defesa dos maiores e principais problemas que afligem o país. (...) A posição principal nossa é da independência do Poder Legislativo. Nós não podemos deixar Um poder legislativo de cócoras na dependência total do Poder Executivo. (...) Com relação à equivalência salarial, isto não é um problema meu, não foi criado pelo Deputado Severino Cavalcanti (...).

Outros pré-gêneros entram na composição da entrevista em *Canal Livre*, como é o caso da *descrição* que inicia a reportagem, o lide de apresentação do programa, como se observa no exemplo (13a) a seguir:

(13a)

Mediador: Boa noite! Ele é responsável pela maior derrota política aplicada ao governo Lula até agora (...) Nosso entrevistado de hoje é o novo Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, do PP de Pernambuco (...).

O tema que introduz a descrição de Severino Cavalcanti – o pronome “Ele”, em posição textual de catáfora – parte de uma série de pressuposições, a de que o telespectador já sabe, no mínimo, que: i) houve uma grande (a maior) derrota política do governo Lula; ii) que alguém é o responsável por essa derrota e que iii) o responsável por ela é o novo Presidente da Câmara. O gênero entrevista em *Canal Livre* também presume um conhecimento mínimo por parte do leitor e isso é marcado linguisticamente pelo uso do pronome “ele” e do artigo definido, destacados a seguir:

(13b)

Mediador: Boa noite! Ele é responsável pela maior derrota política aplicada ao governo Lula até agora (...) Nosso entrevistado de hoje é o novo presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, do PP de Pernambuco (...).

A narração, presente na reportagem de arquivo que compõe o lide da entrevista, pode ser verificada no exemplo (14a) a seguir:

(14a)

Repórter: O espetáculo começa com um apagão de mais de quatro minutos. Depois de sete horas de votação, o time do governo ainda pensava estar na frente, mas, quando os votos começaram a ser abertos, o placar logo mostrou que algo de estranho estava se passando (...) O governista Greenhalgh terminou o primeiro tempo na frente com duzentos e sete votos (...)

A narração é o pré-gênero responsável por resgatar parte da votação em que Severino Cavalcanti se elegeu Presidente da Câmara dos Deputados, e

isso é feito por meio de uma metáfora com elementos do futebol, como podemos constatar pela presença de vocábulos e expressões como “time do governo”, “placar” e “primeiro tempo”. Neste caso, a metáfora contribui na construção de um Severino vitorioso, pois ele foi o grande vencedor desse “jogo metafórico”. A *narração* também é encontrada, inserida no gênero conversação, como observamos no exemplo (14b) a seguir:

(14b)

Fernando Mitre: (...) Como é, aliás, que o senhor vê esta relação entre o público ... a opinião pública ... e essa posição crítica que a opinião pública tem em relação ao Legislativo e aos deputados? Como é que o senhor vê isso e como é que o senhor coloca, aí, essa questão do aumento?

Severino Cavalcanti: Como eu cumpro com o meu dever para com o meu eleitorado, eu não tenho dúvida alguma de chegar (...) São quarenta anos de mandato, que ... tem a aprovação da população. Fui Prefeito, fui Deputado Estadual, fui e sou Deputado Federal e vejo o seguinte: como eu tenho aprovação minha, eu estou completando na mesa diretora... vou completar, quando terminar esse meu mandato de presidente, dez anos. Pela primeira vez na história, um parlamentar conseguiu dez anos seguidos ficar na Mesa Diretora (...).

Ocorre no caso exemplificado em (14b) a estratégia de construção simbólica da ideologia por meio da legitimação: a *narrativização*, conforme Thompson (1995). Severino Cavalcanti, quando perguntado sobre o aumento de salário para deputados, mesmo diante da crítica exercida pela opinião pública, busca resgatar o seu passado político, por meio dessa narrativização, com vistas a convencer o entrevistado, e em alguma medida o telespectador, de que trajetórias de vida como a dele justificariam, por exemplo, o aumento salarial para os parlamentares, sua principal proposta de campanha.

Em umas das respostas de Severino Cavalcanti, temos a ocorrência do pré-gênero *argumentação*, de forma mais nítida, como se pode verificar no exemplo (15a) a seguir:

(15a)

Eduardo Castro: Mas, Presidente, (...) muitas dessas emendas que são chamadas paroquiais... é só pra conseguir voto do eleitor naquela região?

Severino Cavalcanti: Não existe essa história de emenda paroquial. Existe a vontade do deputado de fazer alguma coisa para a população. Essas emendas paroquiais é exatamente para aqueles municípios mais necessitados, e nós não podemos deixar de ter essas emendas, que têm de ser cumpridas (...)

Os pré-gêneros que compõem a estrutura genérica da entrevista com Severino Cavalcanti estão resumidos no **Quadro 9** – Resumo dos pré-gêneros que compõem a estrutura da entrevista em *Canal Livre* – a seguir:

| Pré-gênero | Lugar predominante no gênero | Exemplo |
|--------------|------------------------------|---|
| Conversação | Turnos de fala | <p>Mediador: Presidente, o senhor se elegeu e um dos pontos de sua campanha é de fazer com que os deputados tenham um aumento nos seus salários. Agora, o que a população está esperando mesmo, Presidente, é que a MP 232 seja barrada no Congresso. O senhor acha que isso vai ser possível?</p> <p>Severino Cavalcanti: Eu primeiro quero cumprimentar todos os ouvintes da TV Bandeirantes, pela maneira que sempre se porta em defesa dos maiores e principais problemas que afligem o país.</p> |
| Descrição | Lide | <p>Mediador: Boa noite! Ele é responsável pela maior derrota política aplicada ao governo Lula até agora (...) Nosso entrevistado de hoje é o novo presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, do PP de Pernambuco (...).</p> |
| Narração | Reportagem de arquivo | <p>Repórter: O espetáculo começa com um apagão de mais de quatro minutos. Depois de sete horas de votação, o time do governo ainda pensava estar na frente, mas, quando os votos começaram a ser abertos, o placar logo mostrou que algo de estranho estava se passando (...) O governista Greenhalgh terminou o primeiro tempo na frente com duzentos e sete votos (...)</p> |
| | Turnos de fala | <p>Fernando Mitre: (...) Como é que o senhor vê isso e como é que o senhor coloca, aí, essa questão do aumento?</p> <p>Severino Cavalcanti: Como eu cumpro com o meu dever para com o meu eleitorado, eu não tenho dúvida alguma de chegar (...) <u>São quarenta anos de mandato, que ... tem a aprovação da população. Fui Prefeito, fui Deputado Estadual, fui e sou Deputado Federal e vejo o seguinte: como eu tenho aprovação minha, eu estou completando na Mesa Diretora... vou completar, quando terminar esse meu mandato de presidente, dez anos. Pela primeira vez na história, um parlamentar conseguiu dez anos seguidos ficar na Mesa Diretora (...).</u></p> |
| Argumentação | Turnos de fala | <p>Eduardo Castro: Mas, Presidente, (...) muitas dessas emendas que são chamadas paroquiais... é só pra conseguir voto do eleitor naquela região?</p> <p>Severino Cavalcanti: <u>Não existe essa história de emenda paroquial. Existe a vontade do deputado de fazer alguma coisa para a população. Essas emendas paroquiais é exatamente para aqueles municípios mais necessitados, e nós não podemos deixar de ter essas emendas, que têm de ser cumpridas (...)</u></p> |

Quadro 9 – Resumo dos pré-gêneros que compõem a estrutura da entrevista em *Canal Livre*

4.3 A representação no gênero entrevista jornalística

Segundo Fairclough (2003), como já vimos, os significados podem ser acionais, identificacionais e representacionais. Estes últimos compõem o interesse principal da presente seção. Fairclough (2003, p. 191) propõe-nos que, na perspectiva dos significados representacionais, “as orações têm três elementos principais: os processos, os participantes e as circunstâncias”, enfatizando esses elementos, quando relacionados ao entrevistado. Para tanto, serão analisados com mais atenção os lides das entrevistas, lugar no gênero onde o entrevistado é representado pelos jornalistas ou editores.

Fairclough (2003, p. 208) estabelece que os agentes sociais podem ser representados levando-se em conta as seguintes variáveis:

- **Inclusão ou exclusão:** a) agente suprimido, quando a ele não se faz nenhuma menção no texto; b) agente relegado ao segundo plano, quando é mencionado em algum lugar do texto e, depois, apenas é inferido em outras partes.
- **Pronome ou substantivo:** os agentes podem ser, de fato, nomeados ou simplesmente serem referidos, de forma vaga e ampla, por meio de pronomes.
- **Função gramatical:** o agente pode ser posicionado como ator ou como circunstância.
- **Ativo ou passivo:** o agente pode ser o ator do processo ou pode ser por este afetado ou beneficiado.
- **Pessoal ou impessoal:** os agentes podem ser representados pessoalmente ou impessoalmente, de forma nominalizada ou não.
- **Nomeado ou classificado:** os agentes podem ser nomeados ou classificados de acordo com a sua categoria.
- **Específico ou genérico:** os agentes poder classificados de forma específica ou genérica.

Além de me basear nessas variáveis para analisar a forma como os entrevistados são representados no corpus – em *Receita de Crescimento*, *Operação Simpatia* e *Canal Livre* –, analiso também a representação pelas imagens deles, por serem elementos centrais na construção ideacional dos sujeitos entrevistados..

4.3.1 A representação do entrevistado em *Carta Capital*

A análise da representação feita nesta seção focaliza o participante Delfim Neto, o entrevistado em *Receita de Crescimento*. Para tanto, além da categoria dos participantes, serão analisados os processos e as circunstâncias utilizados pela matéria para construir a representação do ex-Deputado, com base teórica em Halliday (1994). Em seguida, analiso a imagem de Delfim Neto, com base nas categorias propostas por Kress e van Leeuwen (1996):

4.3.1.1 Participantes, processos e circunstâncias em *Carta Capital*

Os dados utilizados nesta subseção encontram-se no lide de *Receita de Crescimento*, lugar no gênero em que entrevistado é representado de forma mais direta pelos jornalistas ou editores. Vejamos as representações de Delfim Neto em todas as ocorrências do lide, com base nos exemplos (16a) e (16b) a seguir:

(16a)

Parlamentar influente nas últimas décadas, Delfim é hoje um dos interlocutores mais freqüentes de Lula (...)

(16b)

Com a costumeira verve, ironia e lucidez, Delfim recebeu Carta Capital (...)

Em (16a), tem-se uma representação feita por meio de um *processo relacional atributivo* (“é”), em que “Delfim” é o *portador* – representado de forma

pessoal e nomeada –;temos, também, um duplo *atributo*: “parlamentar influente” e “um dos interlocutores mais freqüentes de Lula”. E, finalmente, a presença de duas *circunstâncias*: “nas últimas décadas” e “hoje”. Em (16b), tem-se uma representação feita por meio de um *processo material* (“recebeu”), em que o Delfim é o *ator*, posicionado na condição de agente, a *meta* é “*Carta Capital*”; tem-se, ainda, a presença de uma circunstância: “Com a costumeira verve, ironia e lucidez”. Os atributos dados a Delfim Neto expressam parte da escolha ideológica feita por *Carta Capital*. Um outro veículo de comunicação poderia mostrar, por exemplo, o fato de que Delfim Neto foi o Ministro da Fazenda durante o chamado *Milagre Econômico* brasileiro, uma ilusão de crescimento vivida pelo nosso país nos anos de 1970 do século passado.

Podemos resumir a representação feita de Delfim Neto em *Carta Capital* por meio do **Quadro 10** – A representação de Delfim em termos de participantes, processos e circunstâncias em *Receita de Crescimento* – a seguir:

Quadro 10 – Representação de Delfim em termos de participantes, processos e circunstâncias em *Carta Capital*

| Parlamentar influente nas últimas décadas, Delfim é hoje um dos interlocutores mais freqüentes de Lula | |
|---|---|
| Atributo | Parlamentar influente |
| Circunstância | Nas últimas décadas |
| Portador | Delfim |
| Processo relacional identificativo | É |
| Circunstância | Hoje |
| Atributo | Um dos interlocutores mais freqüentes de Lula |
| Com a costumeira verve, ironia e lucidez, Delfim recebeu <i>Carta Capital</i> | |
| Circunstância | Com a costumeira verve, ironia e lucidez |
| Ator | Delfim |
| Processo material | Recebeu |
| Meta | <i>Carta Capital</i> |

4.3.1.2 A imagem do entrevistado em *Carta Capital*

Um dos elementos que fazem parte da composição final de *Receita de Crescimento* é a imagem de Delfim Neto, que ocupa considerável espaço dentro da distribuição da *mancha gráfica*²⁷ da página, como se pode observar na **Figura 8**, a seguir:

Figura 8 – A imagem de Delfim Neto dentro da mancha gráfica de *Carta Capital*



para construí-las. Aconteceu algo absolutamente espantoso. Quando a carga tributária era de 25%, investiam 5% do PIB. Hoje, com a carga tributária em 38%, mais o déficit de 3%, o Estado não investe nem 1% do PIB. A infraestrutura, nesse meio-tempo, foi consumida.

CC: E quanto à indústria? O senhor tem discutido com frequência sobre o papel do câmbio e dos juros no encolhimento relativo do setor.

DN: Ainda agora, uma revista de grande circulação publicou que não existe uma estreita ligação entre juros e câmbio. A publicação afirmamos isso porque cai a distância entre os juros externos e os juros internos. Mas é justamente essa queda que está acelerando a entrada de capitais, porque o peru está para acabar (risos). Submetemos a indústria brasileira a dois problemas sérios. Há uma taxa de juros exorbitante, ninguém discute. Hoje, fiquei entusiasmado com o (Henrique) Meirelles. Penso até em defender a permanência dele no Banco Central porque ele souso dizer que o que falta ao sistema bancário é competição (risos). Há uma compreensão clara da existência de cartelização. Não estou xingando a mãe do banqueiro. Nada disso. Os banqueiros são tão eficientes que exploram a condição de oligopólio que detêm. E quem deu a eles essa condição? O Banco Central. Que a taxa de juro foi exagerada, o resultado prova. O BC, durante anos, escreveu nos relatórios que o produto potencial do Brasil é de 3%. É uma coisa extravagante. Vamos concordar que você pode crescer 4%, com 4,5% de inflação. Chegamos ao fim de 2006 com dois erros gigantescos. Vamos crescer menos de 3% e ter uma inflação ligeiramente acima de 3%. Obviamente, houve uma mão pesada demais no processo. O problema dos juros é que existe essa ideia inacreditável de que, quando você chega perto da capacidade de expansão, vai ter inflação. Isso é um inibidor do crescimento. Se digo que a economia não pode crescer mais que 3% ou 4%, começo a elevar a taxa. E aí os sábios dizem que o efeito só virá daqui a oito meses. Sim, vai ter efeito daqui a oito meses, mas só para os otários. Para os espertos, tem efeito instantâneo. Quem pretendia investir reduz a potência do motor porque enxerga a falta de demanda lá na frente.

Estou absolutamente convencido de que, em 2004, abortamos o crescimento.

CC: A ideia de que só vai acontecer daqui a alguns meses é herdada de um primeiro monetarismo, enquanto nos dias de hoje o investidor trabalha com expectativas.

DN: Quando vejo que vai subir a taxa de juro, reduzo o meu investimento agora. Talvez até acelere o meu consumo. Tudo funciona por antecipação.

CC: Pois é, eles dão tanta importância à ideia de informação e antecipações e depois reclamam do modelo.

DN: Uma das coisas intrigantes é a afirmativa categórica: "Estávamos em um processo de crescimento inexorável da inflação". Mas cada vez que se pede para demonstrar, ninguém aparece. Como se sabe que a inflação cresce? Porque a inflação flutua, é uma variável aleatória. Como se prova? Quantos meses você precisa ter de crescimento da inflação, acima de certo ponto, para concluir que ela está aumentando de forma descontrolada? Tem de ter um critério qualquer para saber quando, na realidade, ela escapa da média. Esse é o grande drama que nem o Banco Central, nem ninguém, esclarece.

CC: A utilização do núcleo de inflação, como faz o Federal Reserve, não seria mais eficiente?

DN: A decisão do Fed é precedida da publicação do Livro Bege. É o que há no livro? Informações das 13 regiões dos Estados Unidos, porque o Alabama é uma coisa e o Texas é outra. Na hora da reunião do Comitê Federal de Mercado Alberto (Fomc), dos 13 representantes, seis votam e sete assistem. Mas os diretores do Fed discutem tudo o que acontece no país. No Brasil, o Banco Central tem um pensamento único. É um pensamento que se pretende científico. Ele recusa o fato de que a política monetária é, sim, uma combinação de

“Aderi ao Lula após a Carta aos Brasileiros. Acredito que ele cumpriu as promessas”

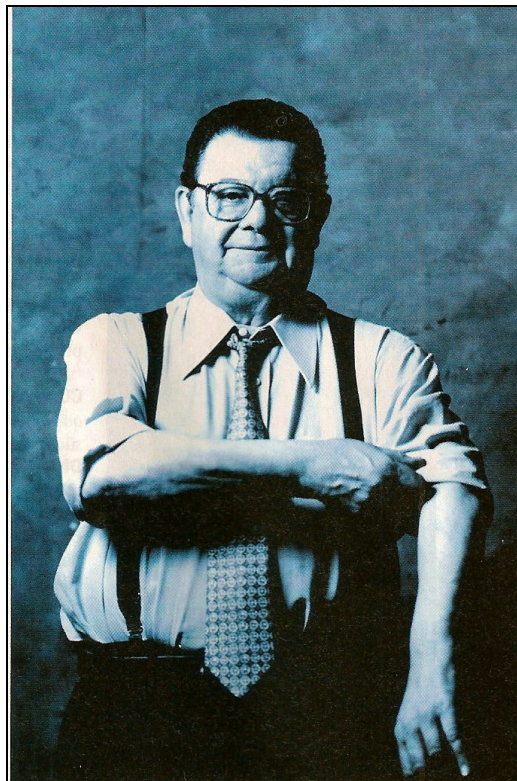
CARTACAPITAL 27 DE DEZEMBRO DE 2006 31

²⁷ De acordo com a **Wikipédia**, “o espaço delimitado de impressão dentro de uma página se chama *mancha gráfica*, onde cai tinta sobre o papel; fora destes limites, nada pode ser impresso e nenhum elemento pode ultrapassar. Nos casos em que a mancha ultrapassa as bordas do papel, diz-se que a impressão é *sangrada*”.

No *layout* da página em que aparece, a imagem de Delfim Neto ocupa uma posição mais acima, ou seja, é localizado na parte superior do eixo vertical. Essa posição, geralmente, é ocupada pelo elemento denominado *ideal*, em contraposição ao que ocupa a parte inferior, chamado de *real*. O eixo vertical, contudo, também pode expressar uma relação de poder, o que se verifica, por exemplo, com a localização espacial das imagens sacras em relação aos fiéis nas igrejas ou como nas escolas tradicionais em que o pedestal distinguia os professores numa posição mais acima. É com essa perspectiva, a de poder, que analiso a imagem de Delfim Neto.

A saliência dada à fotografia do entrevistado faz com que a sua imagem seja o principal componente do *layout*: ela ocupa a quarta parte de toda a página. A seguir, conforme **Figura 9**, destaco somente a imagem do economista, para uma análise dela em particular:

Figura 9 – a imagem de Delfim Neto em *Carta Capital*



Na imagem anterior, o *participante representado* é o economista Delfim Neto, e os *participantes interativos* são os leitores de *Carta Capital*, os *viewers*. Faço uma análise multimodal dessa imagem, destacando-a em termos do *processo reacional* e da *modalidade*:

- O **processo reacional** – ocorre quando o vetor da imagem é formado pela linha dos olhos. No caso em apreço, o olhar do representado dirige-se para o participante interativo, numa construção de transitividade: olhar de Delfim Neto é dirigido para o leitor, numa relação de *demanda*²⁸, mesmo que a saibamos intermediada pelo fotógrafo.
- A **modalidade** – realizada, nas imagens, por meio de elementos como cores, luzes, tons e sombreados. Na imagem de Delfim Neto, a cor exerce um papel muito relevante: ela é projetada criando uma sombra sobre o lado esquerdo do ator representado, ofuscando-lhe, parcialmente, um dos olhos. Essa concepção confere ao representado uma modalidade diferente das observadas em fotografias comuns, de onde se espera total clareza. Efeitos de sombra e de luz constroem sentidos. Neste caso, temos um Delfim Neto representado pelo fotógrafo de forma incomum, numa relação, de certo modo, distanciada dos leitores.
- O **gesto** – a mão direita erguida sobre o braço esquerdo, em um movimento que visa a harmonizar a dobra da camisa, constrói um *ethos* de líder, de um empreendedor, que, na nossa cultura, estabelece ligações com a posição de autoridade.

²⁸ *Demanda* é a relação em que há o estabelecimento direto entre o ator representado e o leitor, num envolvimento que pode demandar questões emocionais.

4.3.2 A representação do entrevistado em *Veja*

A análise da representação feita nesta seção considera a participante Condoleezza Rice, a entrevistada em *Operação Simpatia*. Para esse fim, além da categoria dos *participantes*, serão analisados os *processos* e as *circunstâncias* utilizados pela matéria para construir a representação da atual secretária de Estado norte-americano, com base teórica em Halliday (1994). Em seguida, analiso a imagem de Rice, com base nas categorias propostas por Kress e van Leeuwen (1996).

4.3.2.1 Participantes, processos e circunstâncias em *Veja*

O lide de *Operação Simpatia* é o lugar na entrevista em se dá a principal representação da entrevistada por parte da edição. Observemos todas as representações feitas sobre Rice no gênero em questão, por meio dos exemplos (17a), (17b) e (17c), a seguir:

(17a)

Defensora da guerra, a secretária de Estado agora prega a democracia e a justiça social

(17b)

Pianista, especialista em relações internacionais e fluente em russo, chegou a reitora de Stanford

(17c)

Afável e supremamente confiante, falou a *Veja*

Em (17a), temos uma representação por meio de um *processo comportamental* (“prega”, no sentido de defender), em que o *atuante* (Rice) é classificado pela forma nominal (“a secretária”) e atua como agente. O *alcance* do processo é “a democracia e a justiça social”. A expressão “Defensora da guerra” classifica-se como *tema textual*, que, de acordo com Martin et al (apud Ghio e Fernández, 2005, p. 118), “outorga proeminência temática aos elementos textuais com função relacional”. Em (17a), temos ainda uma circunstância (“agora”).

Em (17b), temos uma representação de Rice feita por meio de um *processo relacional atributivo* (“chegou”, no sentido de tornar-se) em que o *portador* (Rice) está elíptico. O *atributo* é a expressão “reitora de Stanford”. Outra vez, temos a presença de *tema textual*: “Pianista, especialista em relações internacionais e fluente em russo”.

A opção de *Veja*, nos exemplos (17a) e (17b), é por uma construção que ressalte a atitude (“defensora da guerra”) e a carreira bem-sucedida (“chegou a reitora”) de Rice. Outras representações de Rice são possíveis, como as que mostrassem a sua ligação, por exemplo, com Bush, cuja imagem negativa reflete em boa parte do mundo. Porém, “*Veja*” optou por representá-la da maneira como se vê em (17a) e (17b), e as escolhas que são feitas para representar alguém ou alguma coisa atendem a preceitos, também, ideológicos.

No caso de (17c), temos uma representação por meio de um *processo comportamental*²⁹ (“falar”) em que o *atuante* (Rice) está elíptico, mas é facilmente recuperável pelo conteúdo da *circunstância de modo* (“Afável e supremamente confiante”) que precede o processo. Temos, ainda, um *beneficiário*³⁰ (“a *Veja*”). Nos três casos analisados, a participante Rice é

²⁹ As fronteiras entre os processos, às vezes, não se estabelecem de forma absolutamente clara. Este é o caso de “falar” no exemplo (17c). Em princípio, poderíamos classificá-lo como um processo verbal, mas não o é porque se realiza, simplesmente, como uma atividade, e não como a ação de proferir uma mensagem qualquer. Não há, em (17c), uma *locução*, o conteúdo de algo que se diz, declara, pergunta, questiona, etc.

³⁰ Os *processos comportamentais* são, em parte, similares aos *processos materiais*, por isso, analisei o termo “a *Veja*” na condição de *beneficiário*, ou seja, o participante que se beneficia de uma ação.

representada de forma ativa, pessoal e nunca de forma genérica. Podemos resumir a representação de Rice em *Operação Simpatia* por meio do **Quadro 11** – A representação de Rice em termos de participantes, processos e circunstâncias em *Veja* – a seguir:

Quadro 11 – A representação de Rice em termos de participantes, processos e circunstâncias em *Veja*

| Defensora da guerra, a secretária de Estado agora prega a democracia e a justiça social | |
|---|--|
| Tema textual | Defensora da guerra |
| Atuante | a secretária |
| Circunstância | Agora |
| Processo comportamental | Prega |
| Alcance | a democracia e a justiça social |
| Pianista, especialista em relações internacionais e fluente em russo, chegou a reitora de Stanford | |
| Tema textual | Pianista, especialista em relações internacionais e fluente em russo |
| Portador | Rice |
| Processo relacional atributivo | Chegou |
| Atributo | a reitora de Stanford |
| Afável e supremamente confiante, falou a <i>Veja</i> | |
| Circunstância | Afável e supremamente confiante |
| Atuante | Rice |
| Processo comportamental | Falou |
| Beneficiário | a <i>Veja</i> |

4.3.2.2 A imagem do entrevistado em *Veja*

Como observamos em Carta Capital, um dos elementos que fazem parte da composição final de *Operação Simpatia* é a imagem de Condoleezza Rice, que ocupa considerável espaço dentro da mancha gráfica da página, como se pode observar na **Figura 10**, a seguir:

Figura 10 – A imagem de Rice dentro da mancha gráfica de *Veja*

Entrevista: Condoleezza Rice

Operação Simpatia

Defensora da guerra, a secretária de Estado agora prega a democracia e a justiça social — e diz que Bush é um homem muito solidário

Vilma Gryzinski

No primeiro governo do presidente George W. Bush, Condoleezza Rice encarnou o papel da senhora da guerra. Como assessora de Segurança Nacional, ocupou a linha de frente da política de intervenção preventiva, consubstanciada na invasão do Iraque. Agora, no segundo mandato, promovida a secretária de Estado, Condi, como é providencialmente chamada, mudou o foco: com o pior da situação iraquiana para trás, ela vem cruzando o planeta como a face mais humana do governo Bush e grande propagadora das vantagens da democracia. É muito mais fácil, em lugar de defender a guerra, pregar que é preciso fortalecer as instituições democráticas, combater a corrupção e ajudar os pobres a sair da miséria. Quem pode ser contra isso? Mesmo quando a missão inclui assuntos mais comezinhos, como as encenanças de Hugo Chávez na Venezuela e as hesitações brasileiras na Alca, Condi tem se saído extraordinariamente bem na Operação Simpatia. Sua espetacular história de sucesso a precede: nascida no coração racista da América, entrou na faculdade aos 15 anos, formou-se aos 19, doutorou-se com 26. Pianista, especialista em relações internacionais e fluente em russo, chegou a reitora de Stanford e, embora negue quase que diariamente, o caminho da Casa Branca é uma possibilidade no horizonte. Afável e supremamente confiante, fidou a VEJA durante sua passagem por Brasília.

Veja — O presidente Hugo Chávez disse que há americanos preparando uma invasão da Venezuela. Verdade ou mentira?

Rice — Isso é simplesmente um escândalo. É claro que os Estados Unidos não vão invadir a Venezuela ou fazer qualquer coisa do gênero. Os EUA querem ter boas relações com a Venezuela. Existem preocupações relativas à democracia na Venezuela e à maneira como ela se relaciona com os vizinhos. Mas nós não vamos invadir a Venezuela.

Veja — Qual a melhor atitude a tomar quando se lida com um personagem como Chávez, que está sentado sobre um mar de petróleo, tem o apoio de 60% da população e pode usar as pressões americanas em seu favor?

Rice — A única coisa que faz sentido é ter uma pauta positiva. É sobre isso que vim conversar aqui. Falamos sobre a Venezuela, é certo, mas foi uma parte relativamente pequena das discussões. Falamos também sobre como este hemisfério, que fez progressos notáveis em termos de desenvolvimento democrático na úl-

“Quando os pais da pátria diziam ‘Nós, o povo’, não incluíam pessoas como eu. Muitos dos meus antepassados foram escravos”



PHOTO: JEFFREY M. HARRIS

veja 4 de maio, 2005 11

No *layout* da revista, a imagem de Condoleezza Rice ocupa mais que a quarta parte da mancha gráfica, o que nos revela a importância que esse elemento possui dentro da composição de sentido da entrevista *Operação Simpatia*. A fotografia de Rice é a única em toda a extensão da entrevista, diferentemente do que pudemos observar em *Carta Capital*. Além disso, o *framing* da foto de Rice possui, também, uma frase dita pela entrevistada durante o diálogo com os jornalistas. A posição da imagem de Rice difere da posição que ocupa a imagem de Delfim na outra revista: a fotografia da secretária de Estado norte-americano está mais à direita da página, lugar geralmente reservado para o elemento *novo*. O elemento *dado* é o conjunto formado pelo título *Operação Simpatia* e pelo tema do lide – “Defensora da guerra”. Considerar o conjunto formado pelo título da entrevista e pelo seu tema o componente *dado* é um recurso composicional que, mais uma vez, parte de uma série de conhecimentos pressupostos:

- Existe uma iniciativa política, uma espécie de excursão realizada por Rice para convencer povos e nações de que a Guerra dos Estados Unidos contra o Iraque é justa e necessária.
- O nome dessa iniciativa política é Operação Simpatia, em contraposição à imagem negativa que o presidente Bush possui em diversos países.
- O personagem central da Operação Simpatia é a secretária de Estado, dado o seu reconhecido papel de interlocutora, mediadora, etc.
- Rice, no passado, defendia abertamente a guerra, era sua defensora ao lado de Bush. Mas, agora, justifica a necessidade da guerra, tenta convencer povos e nações de que o combate não é contra a população civil iraquiana, mas, sim, contra o terrorismo.

A conjunção de todas essas informações é o grande pressuposto que faz delas o componente *dado* – resumido pelo título e pelo tema da entrevista. Contudo, como já dissemos, todas esses conhecimentos prévios fazem parte do repertório de um grupo muito restrito de leitores. A imagem de Rice é o

elemento *novo*, principalmente por trazer a secretária com a bandeira brasileira na sua mão esquerda, ou seja, é a vez de o Brasil conhecer a Operação Simpatia. Toda a informação nova pode ser resumida da seguinte maneira: a secretária de Estado norte-americano, outrora defensora da guerra, está atualmente no Brasil, para convencer o Brasil e os brasileiros de que a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque é justa e necessária, numa estratégia política que tem sido denominada de *Operação Simpatia*.

A seguir destaco apenas a fotografia de Rice para uma análise mais particularizada da sua imagem, conforme **Figura 11**:

Figura 11 – A imagem de Rice em *Veja*



Esse conjunto multimodal em que se encontra a imagem de Rice, diferentemente da fotografia de Delfim Neto, não possui um tratamento diferenciado quanto à luz, por exemplo, o que provocava, nesse particular, um distanciamento de Delfim em relação aos leitores. Desse modo, Rice nos é

representada como uma pessoa comum (de origem humilde, que sorri e é capaz de segurar a “bola”, esse objeto tão significativo para a maioria do povo brasileiro). Tudo isso é bem condizente, sob o ponto de vista ideológico, com alguém que personifica a “Operação Simpatia”. Destaco, para a imagem de Rice, as categorias do *processo reacional* e da *demanda*:

- O **processo reacional** – na imagem de Rice, o papel exercido pelo olhar do participante representado é bem mais intenso do que no caso de Delfim, por exemplo. Ao não se encobrir nenhum dos olhos de Rice, a sua imagem permitiu que a transitividade em relação aos *viewers* ficasse mais direta.
- A **demanda** – o olhar de Rice, associado ao seu sorriso, intensificou a relação emocional que se busca construir nesse conjunto multissemiótico.

Como toda construção de sentidos, a representação da imagem de Rice tem um viés ideológico. Podemos citar como modo de operação da ideologia, segundo Thompson (1995) a ocorrência de *dissimulação* por meio de *eufemização*: eventos como a guerra e o combate ao terrorismo, por exemplo, são diminuídos ou passam a receber uma valoração positiva por parte dos editores de *Operação Simpatia*. Eventos como a Guerra e o combate ao terrorismo, em que civis e militares matam e morrem às vezes sem saber o porquê, são minimizados pela imagem da “bola”, pelo sorriso, pelo resgate à origem humilde, entre outros.

4.3.3 A representação do entrevistado em *Canal Livre*

A análise da representação feita nesta seção focaliza o participante Severino Cavalcanti, o entrevistado no programa *Canal Livre*. Como fizemos em *Carta Capital* e em *Veja*, além da categoria dos participantes, serão analisados os processos e as circunstâncias utilizados pela matéria para construir a representação do então presidente da Câmara dos Deputados, com base teórica em Halliday (1994). Em seguida, analiso a imagem de Cavalcanti, com base nas categorias propostas por Kress e van Leeuwen (1996):

4.3.3.1 Participantes, processos e circunstâncias em *Canal Livre*

Nesta seção, analiso a representação feita sobre Severino Cavalcanti na reportagem inicial, uma espécie de lide televisivo, que introduz a matéria no programa. Vejamos a representação de Severino Cavalcanti nos exemplos (18a) e (18b) a seguir:

(18a)

Ele é o responsável pela maior derrota política aplicada ao governo Lula (...)

(18b)

Nosso entrevistado de hoje é o novo Presidente da Câmara, Severino Cavalcanti.

Em (18a), temos uma representação por meio de um *processo relacional identificativo*, em que o *identificado* é o pronome “ele”, cujo referente é Severino Cavalcanti. O elemento *identificador* é “o responsável pela maior derrota política aplicada ao governo Lula”. A representação de Severino em (18a), embora faça uso do pronome, não chega a ser uma construção difusa,

porque ocorre por meio de catáfora. Além disso, “ele”, o Severino, é o tema da oração, posição tradicionalmente privilegiada.

No caso de (18b), temos uma representação em que se faz uso do *processo relacional identificativo* (“é”) em que o *identificado* é (“nosso entrevistado”) e o *identificador* é (“o novo Presidente da Câmara, Severino Cavalcanti”). Além disso, temos uma circunstância (“de hoje”). Nos casos em (18a) e (18b), o representado é sempre um participante do processo, e nunca ocupa o lugar dentro de uma circunstância. Como em todas as representações feitas de alguém ou de alguma coisa, a que se faz sobre Severino Cavalcanti atende a fatores de ordem ideológica, pois busca enfatizar algumas questões que possuem uma carga positiva: “é o responsável”, “o novo Presidente da Câmara”, por exemplo. Em nenhum momento o lide que introduz o programa menciona que o então candidato Severino foi eleito prometendo vultosos aumentos salariais para os deputados. Omitir essa informação é um exemplo de opção ideológica.

A representação feita sobre Severino Cavalcanti em Canal Livre é resumida do **Quadro 12** – A representação de Severino em termos de participantes, processos e circunstâncias em *Canal Livre* – a seguir

Quadro 12 – A representação de Severino em termos de participantes, processos e circunstâncias em *Canal Livre*

| Ele é o responsável pela maior derrota política aplicada ao governo Lula | |
|---|--|
| Identificado | Ele |
| Processo relacional identificativo | é |
| Identificador | o responsável pela maior derrota política aplicada ao governo Lula |
| Nosso entrevistado de hoje é o novo Presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. | |
| Identificado | Nosso entrevistado |
| Circunstância | de hoje |
| Processo relacional identificativo | é |
| Identificador | O novo Presidente da Câmara, Severino Cavalcanti |

4.3.3.2 A imagem do entrevistado em *Canal Livre*

Faço uma análise da imagem de Severino Cavalcanti por meio da categoria do *ethos*, tendo em vista que a TV permite-nos a leitura dos gestos e reações desse entrevistado, o que o suporte das revistas não nos permitia. Para tanto, consideremos as seguintes imagens de Severino Cavalcanti nos exemplos a seguir:



Uma postura muito marcante do então Presidente da Câmara dos Deputados, observada nas imagens veiculadas, é a profusão de gestões que ele faz com as mãos, especialmente quando busca firmar, frente ao entrevistado e aos *viewers*, uma imagem ligada ao exercício do poder. Os gestos de Severino, que já são bem constantes, intensificam-se, e isso é acompanhado por uma mudança na entonação de sua voz, a cada vez que ele

busca distinguir a sua posição de “Deputado”, “Presidente da Câmara” ou de “secretário da Mesa Diretora por dez anos consecutivos”, etc. Os punhos cerrados e o dedo em riste são os principais elementos que o compõem o *ethos* de poder do ex-Presidente da Câmara dos Deputados. A seguir, conforme as **Figura 12** e **13**, reproduzo parte da fala que acompanha as imagens destacadas nos exemplos (19a) e (19b) e nos exemplos (20a) e (20b):

Figura 12 – Ilustração do *ethos* de poder de Severino Cavalcanti em *Canal Livre*

Fernando Mitre: (...) O Presidente Fernando Henrique sempre defendeu a reforma política, mas quando assumiu o primeiro mandato já deixou para o Congresso. O Presidente Lula é a favor da Reforma Política, mas a coisa não anda. Com os deputados, a mesma coisa. Por que a Reforma Política não anda, embora haja tantos discursos bonitos a favor dela?

Severino Cavalcanti: Mas agora vai andar. A Câmara dos Deputados tem o Severino na presidência. Então, com esse Severino vai modificar a maneira de proceder na Câmara dos Deputados (...).



Figura 13 – Ilustração do *ethos* de poder de Severino Cavalcanti em *Canal Livre*

Fernando Mitre: (...) Como é, aliás, que o senhor vê esta relação entre o público ... a opinião pública ... e essa posição crítica que a opinião pública tem em relação ao Legislativo e aos deputados? Como é que o senhor vê isso e como é que o senhor coloca, aí, essa questão do aumento?

Severino Cavalcanti: Como eu cumpro com o meu dever para com o meu eleitorado, eu não tenho dúvida alguma de chegar (...) São quarenta anos de mandato, que ... tem a aprovação da população. Fui Prefeito, fui Deputado Estadual, fui e sou Deputado Federal e vejo o seguinte: como eu tenho aprovação minha, eu estou completando na mesa diretora... vou completar, quando terminar esse meu mandato de presidente, dez anos. Pela primeira vez na história, um parlamentar conseguiu dez anos seguidos ficar na mesa diretora (...).



4.4 As identidades de poder nas entrevistas jornalísticas: além do esquema pergunta-resposta

Na condição de gênero do discurso, a entrevista sustenta-se em um formato previsível: alguém pergunta, outro alguém responde. Muito embora possa haver algumas mudanças, como nos casos em que há mais de um entrevistado ou de entrevistador, esse é o modelo canônico do gênero que analisamos. Dentro desse formato padrão, quem estabelece um tópico é sempre o entrevistador, entretanto, a “estrela” de uma entrevista é sempre o entrevistado (cf. Lage, 2005, p. 80). Essa condição de “estrela” talvez possibilite ao entrevistado a oportunidade de revelar-se em “vários”, o que se pode observar pelas diversas “vozes” reconhecidas no lado responsivo de um controle interacional. Mais que isso, uma entrevista, ou parte dela, pode se estabelecer mediante outro modelo que não seja aquele “pergunta-resposta”. A constituição identitária com vistas à prática do poder é capaz de reverter os papéis dos interlocutores de uma entrevista, bem como possibilitar, especialmente ao entrevistado, posicionamentos no discurso favoráveis ao exercício da autoridade.

Porém, essa possibilidade a que me refiro não se dá de forma aleatória na entrevista jornalística: ela ocorre em “momentos” específicos desse gênero situado. Nesse sentido, analiso a construção identitária para o exercício do poder por meio das seguintes categorias:

- o controle interacional, com base em Fairclough (2001);
- os pré-gêneros e a modalidade, com base em Fairclough (2003);
- os modos de operação da ideologia, com base em Thompson (1995).

Nas três subseções seguintes, realizo a análise dos estilos – a face discursiva das identidades – dos entrevistados em *Carta Capital*, *Veja* e *Canal Livre*:

4.4.1 As identidades de poder do entrevistado em *Canal Livre*

Iniciamos a nossa análise, observando o exemplo (21a) a seguir:

(21a)

CC – Pois é, eles dão tanta importância à idéia de informação e antecipações e depois reclamam do modelo.

DN – Uma das intrigas é a afirmativa categórica: “Estávamos em processo de crescimento inexorável da inflação”. Mas cada vez que se pede para demonstrar, ninguém aparece. Como se sabe que a inflação cresce? Porque a inflação flutua, é uma variável aleatória. Como se prova? Quantos meses você precisa ter de crescimento da inflação, acima de certo ponto, para concluir que ela está aumentando de forma descontrolada? Tem de ter um critério qualquer para saber, na realidade, ela escapa da média. Esse é o grande drama que nem o Banco Central, nem ninguém, esclarece.

O que ocorre no exemplo (21a), no turno de fala de Delfim Neto, nos intervalos em destaque, é uma inversão do modelo canônico das entrevistas. O que se espera de um entrevistado é que ele responda, e nunca elabore perguntas (papel previsto para o entrevistado). Temos, neste caso, um controle interacional³¹ atípico para esse gênero: o entrevistador [pergunta] e o entrevistado [**pergunta a si mesmo e responde**]. Não se trata de um controle interacional compartilhado, numa espécie de conversa informal em que perguntas e respostas se misturam quase que indistintamente. O que o entrevistado Delfim Neto faz é a ocupação de dois lugares: o previsto para ele (de entrevistado) e o de entrevistador, não compartilhando o turno de fala, em uma organização interacional bastante assimétrica. Considero que essa estratégia discursiva – a de se ocupar temporariamente o lugar de interlocutor

³¹ Fairclough (2001, p. 178) propõe que as “características de controle interacional” relacionam-se à “garantia de que a interação funcione regularmente num nível organizacional: que os turnos na conversação sejam distribuídos regularmente, que os tópicos sejam escolhidos e mudados, perguntas sejam respondidas, e assim por diante”.

nos dois turnos de fala – corrobora para a construção identitária em relação ao poder. E proponho denominá-la de *identidade de auto-interlocução*.

Poderíamos pensar que os intervalos destacados em (21a) ilustram as chamadas *perguntas retóricas*, que, conforme Ramos (1995, p. 1-2), são “definidas como enunciados interrogativos em o locutor não interroga senão ficticiamente, sem esperar uma informação sobre algo que desconhece, desprovidas assim da exigência de ‘resposta’ por parte do alocutário”. No entanto, as perguntas feitas por Delfim Neto não são retóricas, porque exigem repostas. A diferença é que ele mesmo as responde. Ele é locutor e alocutário, na construção discursiva da *identidade de auto-interlocução*.

Outra questão relevante nesse caso refere-se ao *controle de tópicos*, tradicionalmente previsto para ser realizado pelo entrevistado. No caso de (21a), o tópico “inflação” é introduzido pelo entrevistado Delfim Neto, quando, na verdade, o tópico proposto por *Carta Capital* era relacionado à “taxa de juros”. O estabelecimento do tópico constitui-se em um desdobramento do controle total dos turnos feito pelo entrevistado: ao atuar, simultaneamente, como locutor e alocutário, Delfim Neto pode livremente introduzir o assunto que lhe parecer mais relevante.

Sob o ponto de vista da interação, a *identidade de auto-interlocução* é construída:

- quando o entrevistado impede as naturais trocas de turnos e
- quando o entrevistado estabelece o controle de tópicos.

Sob o ponto de vista da estrutura genérica, a identidade de auto-interlocução é construída, particularmente, nas seqüências do pré-gênero *argumentação*, como se pode observar no exemplo (21a):

(21a)

CC – Pois é, eles dão tanta importância à idéia de informação e antecipações e depois reclamam do modelo.

DN – Uma das intrigas é a afirmativa categórica: “Estávamos em processo de crescimento inexorável da inflação”. Mas cada vez que se pede para demonstrar, ninguém aparece. Como se sabe que a inflação cresce? Porque a inflação flutua, é uma variável aleatória. Como se prova? Quantos meses você precisa ter de crescimento da inflação, acima de certo ponto, para concluir que ela está aumentando de forma descontrolada? Tem de ter um critério qualquer para saber, na realidade, ela escapa da média. Esse é o grande drama que nem o Banco Central, nem ninguém, esclarece.

O pré-gênero *conversação*, inserido numa seqüência de *argumentação*, ao servir de base discursiva para que a identidade de auto-interlocução seja construída, possibilita, também, que essa construção ocorra por meio do modo de operação ideológico da *legitimação*, especialmente pela estratégia de *racionalização*: o conteúdo das perguntas e das respostas da auto-interlocução de Delfim Neto tem como fulcro uma construção de raciocínio lógico, cuja meta é persuadir o entrevistado e os leitores.

Outro fator que vincula a *identidade de auto-interlocução* ao exercício do poder é a *modalidade*, como se pode observar nos elementos destacados no exemplo (22a), em que a auto-interlocução é construída:

(22a)

Como se sabe que a inflação cresce? Porque a inflação flutua, é uma variável aleatória. Como se prova? Quantos meses você precisa ter de crescimento da inflação, acima de certo ponto, para concluir que ela está aumentando de forma descontrolada? Tem de ter um critério qualquer para saber, na realidade, ela escapa da média. Esse é o grande drama que nem o Banco Central, nem ninguém, esclarece.

A análise da modalidade no excerto em (22a) é feita com base em duas categorias: as *perguntas* e os *processos*. Todos os questionamentos presentes em (22a) são *perguntas positivas não-modalizadas* e representam uma troca de conhecimentos. Portanto, estamos diante de um caso de *modalidade epistêmica*. Nas perguntas feitas durante a auto-interlocução nenhum marcador de modalidade menos categórica é utilizado – a primeira pergunta poderia ser, por exemplo: “Como se poderia saber que a inflação cresce?”. No entanto, temos, em todas as perguntas, verbos flexionados no presente do indicativo, o mais categórico e o mais permanente dos modos verbais³²: “como se sabe”, “a inflação cresce”, “como se prova”, “você precisa”, e “ela está aumentando”. Nas respostas que perfazem a auto-interlocução, temos, também, o uso de verbos flexionados no indicativo: “a inflação flutua”, “é uma variável”, “tem de ter um critério”. A modalidade categórica utilizada na auto-interlocução é um fator importante na estruturação da identidade de poder construída por Delfim Neto: em nenhum momento ele vacila ou tem dúvida. Todo o tempo ele afirma com certeza aquilo que é o conteúdo das suas proposições, e isso corrobora para a sua auto-identificação em termos do exercício do poder.

A identidade de auto-interlocução é resumida no **Quadro 13** – As categorias discursivas que constroem a identidade de auto-interlocução – a seguir:

³² Segundo Coroa (2005, p. 89), o modo indicativo é o próprio das asserções, pois é a “categoria temporal que aparece mais nítida e livre de influências modais”.

Quadro 13 – As categorias discursivas que constroem a *identidade de auto-interlocução* em *Carta Capital*

| IDENTIDADE DE AUTO-INTERLOCUÇÃO | |
|--|--|
| Caracterização | O sujeito do discurso ocupa, simultaneamente, o lugar de locutor e alocutário da interação. |
| Exemplo | <p>CC – Pois é, eles dão tanta importância à idéia de informação e antecipações e depois reclamam do modelo.</p> <p>DN – Uma das intrigas é a afirmativa categórica: “Estávamos em processo de crescimento inexorável da inflação”. Mas cada vez que se pede para demonstrar, ninguém aparece. <u>Como se sabe que a inflação cresce?</u> Porque a inflação flutua, é uma variável aleatória. <u>Como se prova? Quantos meses você precisa ter de crescimento da inflação, acima de certo ponto, para concluir que ela está aumentando de forma descontrolada?</u> Tem de ter um critério qualquer para saber, na realidade, ela escapa da média. Esse é o grande drama que nem o Banco Central, nem ninguém, esclarece.</p> |
| Controle interacional | O controle interacional é atípico para o gênero entrevista, pois há, temporariamente, uma interrupção na prevista e fluente troca de turnos. Neste caso, entrevistador [pergunta] e entrevistado [pergunta a si mesmo e responde]. |
| Controle de tópicos | O controle de tópicos é atípico, pois não parte do entrevistador. |
| Modalidade | A modalidade é <i>epistêmica</i> , pois se baseia na troca de conhecimentos; e é categórica quanto ao uso do modo verbal no indicativo. |
| Modo ideológico | O modo de operação da ideologia é a <i>legitimação</i> , por meio da estratégia de <i>racionalização</i> . |
| Pré-gênero | O pré-gênero que serve de base discursiva é a <i>conversação</i> , associada à <i>argumentação</i> . |

4.4.2 As identidades de poder da entrevistada em *Veja*

Iniciamos a análise da construção identitária para o exercício do poder da entrevistada em *Veja*, observando os intervalos destacados nos exemplos (23a) e (23b) a seguir:

(23a)

Veja – *Em todo o Oriente Médio, no entanto, há um grande número de pessoas convencidas de que a pregação em prol da democracia é apenas mais um truque para impor o domínio americano. Elas vêem conspirações em toda parte e acham que o 11 de Setembro foi obra da CIA em conjunto com Mossad. Como reagir a isso?*

Rice – Temos de simplesmente continuar tentando mostrar a verdade, da mesma forma como fizemos durante a Guerra Fria. Mas creio que as imagens que chegam do Oriente Médio começam a contar uma história diferente. Hoje de manhã, estava vendo as dificuldades dos iraquianos para a formação do seu futuro governo. Ressalte-se porém que teria sido impossível pronunciar estas simples palavras: iraquianos discutindo o seu futuro governo. Acredito que haverá uma mudança de percepção à medida que ficar claro que a única motivação dos Estados Unidos é apoiar aqueles que querem ser livres – não, insisto, uma democracia ao estilo americano, pois os sistemas democráticos podem ser diferentes, como são, no Brasil, no Chile ou no Canadá. Os Estados Unidos querem um mundo em que as pessoas sejam livres para dizer o que pensam, para seguir a religião que quiserem, para educarem os filhos da forma como acharem melhor e para se beneficiar dos frutos do seu trabalho. E, acima de tudo, que estejam livres da batida na porta, à noite, da polícia secreta. É isso que defendemos. E não o fazemos numa posição de arrogância. Nós, mais do que qualquer outro país, temos de partir de uma posição de humildade, porque sabemos como o caminho democrático foi difícil nos Estados Unidos.

(23b)

Veja – *O presidente Hugo Chávez disse que há americanos preparando uma invasão da Venezuela. Verdade ou mentira?*

Rice – Isso é simplesmente um escândalo. É claro que os Estados Unidos não vão invadir a Venezuela ou fazer qualquer coisa do gênero. Os EUA querem ter boas relações com a Venezuela. Existem preocupações relativas à democracia na Venezuela e à maneira como ela se relaciona com os vizinhos. Mas nós não vamos invadir a Venezuela.

Diferentemente do que vimos no caso de Delfim Neto, a secretária de Estado Condoleezza Rice não quebra a previsão quanto ao controle interacional, pois ela sempre ocupa a posição de alocutário, e não chega a inverter a ordem do controle de tópicos, que cabe o tempo todo à revista *Veja*. Entretanto, em uma ocorrência em (23a), e, em duas ocorrências em (23b), Condoleezza Rice fala em nome dos Estados Unidos. Em outras palavras, Rice respeita o controle interacional, não propõe novos tópicos, mas responde como se fosse a nação norte-americana. Em muitos trechos de *Operação Simpatia*, parece-nos que o diálogo se estabelece entre *Veja* e os Estados Unidos.

O que ocorre nos exemplos (23a) e (23b) é uma construção polifônica³³, em que Rice responde na 1ª pessoa do singular – “Acredito que haverá uma mudança de percepção” –, outras vezes, responde na 2ª pessoa do plural – “Temos de simplesmente continuar tentando mostrar a verdade” –, e, também, responde na 3ª pessoa do singular, emprestando a sua voz à nação ou reivindicando a voz da nação como se fosse a dela – “Os Estados Unidos querem um mundo em que as pessoas sejam livres”. Nos dois últimos casos,

³³ Conforme a obra **Termos-Chave da Análise do Discurso**, a problemática da *polifonia*, introduzida por Bakhtin nos trabalhos sobre literatura, põe “em causa” a unicidade do sujeito falante e inscreve-se, então, na problemática mais ampla da *heterogeneidade discursiva*. Mas, na tradição lingüística, Ducrot explora a polifonia para levar em “conta os múltiplos casos onde aquele que produz materialmente o enunciado não se encarrega dele, não se apresenta como seu responsável”.

temos a identificação do agente social como um país, e a isso eu denomino de *Identidade Sujeito-Nação*.

A *Identidade Sujeito-Nação* não se constrói no discurso casualmente, mas conforme os casos a seguir:

- é precedida por movimento em que o agente social faz uso, primeiramente, da voz que lhe é prevista, ou seja, a voz da 1ª pessoa do singular, caso de (23a), no intervalo “Acredito que haverá uma mudança”.
- é construída por meio do uso que o agente social faz da 1ª pessoa do plural, em nome de toda a nação, no caso os Estados Unidos, no exemplo de (23a), no trecho “Temos de simplesmente continuar tentando mostrar a verdade”.
- é construída por meio do uso direto e explícito da 3ª pessoa do singular (no caso, Estados Unidos) como se fosse a voz do agente social, ou como se este ascendesse à condição de um país, exemplo (23a), em “Os Estados Unidos querem um mundo em que as pessoas sejam livres”.

Os três casos acima estão relacionados com o exercício do poder do sujeito entrevistado. Quando fala em 1ª pessoa, Rice faz uso da modalidade categórica, por meio dos verbos flexionados, também, no modo indicativo: “Acredito que haverá uma mudança” e “insisto”. Como demonstramos no caso de Delfim Neto, o uso da flexão em primeira pessoa no modo indicativo confere à construção discursiva uma modalidade taxativa e ao sujeito do discurso confere uma identificação com o poder, o que ocorre, também, em relação à Rice.

Quando fala na 1ª pessoa do plural, Rice não faz uso do chamado *plural majestático* ou *plural de modéstia*. E nem poderia, pois o *plural majestático* ou *de modéstia* é aquele em que alguém usa o *nós* no lugar do *eu*, e o que acontece nas construções aqui analisadas é o *nós* usado no lugar do *ele*

(Estados Unidos). Numa espécie de tríade polifônica, Rice responde, finalmente, como se fosse o próprio país, e essa é uma construção de interesse para a esta análise, porque se constitui no ápice discursivo da *Identidade Sujeito-Nação* e, por conseqüência, no ápice da prática do poder, via discurso, da secretária de Estado norte-americano.

Sob o ponto de vista da modalidade, a *Identidade Sujeito-Nação* é *epistêmica*, por meio de *afirmações*. Além disso, é, sem exceção, categórica, no caso que analisamos. Todas as vezes em que fala na 1ª pessoa do plural ou na 3ª pessoa do singular (emprestando a sua voz à Estados Unidos), Condoleezza Rice utiliza os verbos no modo indicativo: “Os Estados Unidos não vão invadir”, “Os EUA querem ter boas relações com a Venezuela”, “Temos de”, “Os Estados Unidos querem”, “É isso que defendemos”, “E não o fazemos numa posição de arrogância” e “Nós, mais do que qualquer outro país, temos de partir de uma posição de humildade, porque sabemos”. Além de se construir numa relação de equivalência *eu=nação*, Rice, como Delfim Neto, sempre mostra certeza e nunca se posiciona com imprecisões. Isso é registrado pelo entrevistador, quando questiona, conforme exemplo (24a) a seguir:

(24a)

Veja – *A senhora nunca tem dúvidas? Nunca diz “não sei o que fazer” quando defrontada com situações, digamos, como a do Haiti, que parecem tão sem saída, sem opções?*

Rice – É verdade que existem lugares e situações que parecem que nunca vão ter solução. Mas o meu trabalho, a minha responsabilidade, não é ficar conjecturando, e sim procurar saídas (...).

O questionamento da “certeza de Rice” não chega a neutralizar a sua posição de autoridade: ainda assim, ela reitera, categoricamente, que a sua função é “procurar saídas”. Ou seja, ela reitera a identidade de pessoa com atitude, com capacidade para agir.

O pré-gênero argumentação serve de base para a construção discursiva da *Identidade Sujeito-Nação*, que, por seu turno, sustenta-se no modo ideológico da *dissimulação*, por meio das estratégias de *deslocamento*, quando um termo próprio de um objeto ou pessoa é usado para referir outro; e de *tropo*, quando se baseia na construção metonímica: o todo (os Estados Unidos) pelas partes (uma cidadã estadunidense, no caso, Condoleezza Rice).

A Identidade Sujeito-Nação é resumida no **Quadro 14** – As categorias discursivas que constroem Identidade Sujeito-Nação – a seguir:

Quadro 14 – As categorias discursivas que constroem a *identidade sujeito-nação* em *Veja*

| IDENTIDADE SUJEITO-NAÇÃO | |
|------------------------------|---|
| Caracterização | O sujeito do discurso empresta a sua voz à nação, em construções em que fala na 1ª pessoa do plural ou na 3ª pessoa do singular. |
| Exemplo | <p>Veja – <i>Em todo o Oriente Médio, no entanto, há um grande número de pessoas convencidas de que a pregação em prol da democracia é apenas mais um truque para impor o domínio americano. Elas vêem conspirações em toda parte e acham que o 11 de Setembro foi obra da CIA em conjunto com Mossad. Como reagir a isso?</i></p> <p>Rice – <i>Temos de simplesmente continuar tentando mostrar a verdade, da mesma forma como fizemos durante a Guerra Fria. Mas creio que as imagens que chegam do Oriente Médio começam a contar uma história diferente. Hoje de manhã, estava vendo as dificuldades dos iraquianos para a formação do seu futuro governo. Ressalte-se porém que teria sido impossível pronunciar estas simples palavras: iraquianos discutindo o seu futuro governo. Acredito que haverá uma mudança de percepção à mediada que ficar claro que a única motivação dos Estados Unidos é apoiar aqueles que querem ser livres – não, insisto, uma democracia ao estilo americano, pois os sistemas democráticos podem ser diferentes, como são, no Brasil, no Chile ou no Canadá. Os Estados Unidos querem um mundo em que as pessoas sejam livres para dizer o que pensam, para seguir a religião que quiserem, para educarem os filhos da forma como acharem melhor e para se beneficiar dos frutos do seu trabalho.</i></p> |
| Controle interacional | Típico das interações no gênero entrevista: entrevistador (pergunta), entrevistado (responde) |
| Controle de tópicos | Típico das interações no gênero entrevista: estabelecido pelo entrevistado. |
| Modalidade | A modalidade é <i>epistêmica</i> , pois se baseia na troca de conhecimentos; e é categórica quanto ao uso do modo verbal no indicativo. |
| Modo ideológico | O modo de operação da ideologia é a <i>dissimulação</i> , por meio das estratégias de <i>deslocamento</i> e de <i>tropo</i> . |
| Pré-gênero | O pré-gênero que serve base discursiva é a <i>argumentação</i> . |

4.4.3 As identidades de poder do entrevistado em *Canal Livre*

Partimos para análise da construção identitária em relação ao exercício do poder do entrevistado em programa *Canal Livre*, observando, especialmente, os intervalos destacados nos exemplos (25a) e (25b) a seguir:

(25a)

Fernando Mitre – Presidente, uma questão que o senhor certamente tem totais condições de responder. O governo nesse momento tá com sua base parlamentar dispersa, não foi outra coisa que nós vimos naquela madrugada. É ... agora como é que o senhor acha que o governo precisa agir para rearticular essa base parlamentar, que vem aí muita matéria importante que precisa ser votada. Nesse momento tá tudo virado. Como é que o senhor acha que o governo tem que fazer? O senhor acredita na consistência dessa base? O senhor vai colaborar com ela? É ... como é que o senhor vê isso aí?

Severino Cavalcanti – Sem dúvida. Ele não tinha o **Deputado Severino Cavalcanti** para ajudá-lo. Agora ele vai ter. Eu, como Presidente da Câmara, ele me dê as condições, faça com que o seu governo respeite os Parlamentares, que eu aprovarei todos os projetos de interesse nacional, porque o que falta nos Parlamentares é o carinho, a afetividade do governo, desses Ministros que desprezam, que não sabem o que é uma eleição, não sabem o que é um voto, dificuldade que nós temos. Então, esses Ministros terão que mudar a sua ação de atendimento para que nós possamos fazer aprovar todos os projetos que o governo precisa (...).

(25b)

Eduardo Castro – Mas, não vai usar da posição de Presidente pra simplesmente esconder o projeto?

Severino Cavalcanti – Jamais farei isso. Em coisa alguma eu irei preterir, irei fazer com que a Câmara não tenha a sua autenticidade, que o que nós precisamos é de autenticidade, **e essa autenticidade** ...

Fernando Mitre – Presidente...

Severino Cavalcanti – ... **Severino Cavalcanti vai dar.**

O Deputado Severino Cavalcanti é um entrevistado que respeita o controle interacional e o controle de tópicos estabelecido pelos entrevistadores do programa *Canal Livre*. Não há, conforme analisamos no caso de Delfim Neto, nenhum um momento em que Cavalcanti ocupe outra posição nas trocas de turno que não seja a que lhe é prevista, a de alocutário. Entretanto, como podemos observar em (25a) e (25b), por muitas vezes, Severino Cavalcanti responde fazendo referência ao próprio nome, como uma terceira pessoa do discurso, que, de agora em diante, eu designarei de SEVERINO CAVALCANTI, em caixa alta, para fins de distinção. Esse SEVERINO CAVALCANTI só possui existência na dimensão discursiva: ele é um construto discursivo, uma estratégia discursiva a serviço do poder que Severino Cavalcanti deseja exercer e impor ao seu interlocutor.

Quando Severino Cavalcanti se auto-refere como SEVERINO CAVALCANTI, estamos diante de um intrigante caso de subversão dos papéis previstos para os pronomes pessoais. Essa análise nos exige uma breve revisão teórica do que nos propõe Benveniste (1988, p. 277-83) acerca da “natureza dos pronomes”. O autor francês postula que o *eu* e o *tu* só podem se referir a uma “realidade de discurso”. Em outras palavras, Benveniste nos propõe que *eu* e *tu* não constituem uma “classe de referência”, pois não existem objetos definíveis para estes pronomes: cada *eu* e cada *tu* têm uma referência única toda vez que se atualizam. Assim sendo, em termos de locução, *eu* significa a “pessoa que enuncia a presente instância que contém eu” e *tu* é o “indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância lingüística de tu”. Em resumo, *eu* e *tu* são o locutor e o alocutário, respectivamente. São a primeira e a segunda pessoas do discurso. Para Benveniste, a terceira pessoa possui uma condição diferente das outras duas: ela possui uma realidade objetiva. Além disso, a terceira pessoa é a *não-pessoa* no sentido de que nunca pode remeter-se às pessoas *eu* e *tu*. Esse último aspecto é um dos traços que distingue a terceira pessoa das outras duas: ela não pode ser jamais “reflexiva da instância de discurso”, ou seja, ela nunca

pode ter como referente as pessoas que preenchem empiricamente a posição de *eu* ou de *tu*.

Esse aspecto – o de que a terceira pessoa jamais pode ter como referente alguém que já ocupa a posição de *eu* ou de *tu* – é subvertido pela construção em que SEVERINO CAVALCANTI é o próprio Severino Cavalcanti, pois o *eu* e a *terceira pessoa* possuem, sim, o mesmo referente no mundo. A estratégia discursiva em que o *eu* e a *terceira pessoa* são instâncias reflexivas corrobora para o estabelecimento do poder via discurso. E isso eu proponho denominar de *Identidade de Dupla Posição*.

A *identidade de dupla posição* cria um construto que só tem referência dentro dos limites da dimensão discursiva: o SEVERINO CAVALCANTI é uma criação, uma espécie de projeção feita a partir do Severino Cavalcanti empírico, que fala, concede entrevistas, etc. Ao contrariar a tradição do estatuto previsto para as pessoas do discurso, Severino Cavalcanti o faz a serviço do poder que pretende construir frente aos entrevistadores e aos telespectadores, neste caso, eleitores também – potenciais legitimadores desse poder. No exemplo (25a), o SEVERINO CAVALCANTI é a pessoa que será capaz de rearticular a base política do governo Lula, dispersa há muito tempo, segundo o jornalista Fernando Mitre. Em (25b), o SEVERINO CAVALCANTI é aquele que conseguirá dar de volta à Câmara dos Deputados a autenticidade de que tanto precisa. Ou seja, o SEVERINO CAVALCANTI não surge por acaso: ele é construído toda vez que o poder precisa se erigir ainda mais pelo discurso, nos casos vistos, no momento em que alguém precisa reorganizar a base política do governo ou devolver à Câmara a sua autenticidade.

Do ponto de vista da modalidade, a *Identidade de Dupla Posição* é *deôntica*, pois se baseia no envolvimento do autor com a ação (*oferta*), feita por meio da *garantia*: “e essa autenticidade ... SEVERINO CAVALCANTI vai dar”. Em todas as ocorrências de SEVERINO CAVALCANTI, temos uma modalidade categórica, mais uma vez exercida pelos verbos flexionados no modo

indicativo: “Ele não tinha o DEPUTADO SEVERINO CAVALCANTI para ajudá-lo” e “essa autenticidade ... SEVERINO CAVALCANTI vai dar”.

Quanto aos pré-gêneros, a *narração*, seqüência inserida na *argumentação*, é que serve como principal base discursiva para a *Identidade de Dupla Posição*, o que permite que a ideologia seja efetivada pelo modo da *legitimação*, cuja estratégia, no presente caso, é a *narrativização*, como podemos observar nos excertos destacados nos exemplos (25a) e (25b).

A *identidade de dupla posição* é resumida no **Quadro 15** – As categorias discursivas que constroem a *identidade de dupla posição* – a seguir:

Quadro 15 – As categorias discursivas que constroem a *identidade de dupla posição* em Canal Livre

| IDENTIDADE DE DUPLA POSIÇÃO | |
|------------------------------|---|
| Caracterização | O sujeito do discurso cria um construto discursivo cujo referente é o próprio sujeito. Em outras palavras, a 1ª pessoa e a 3ª pessoa possuem o mesmo referente. |
| Exemplo | Fernando Mitre – Presidente, uma questão que o senhor certamente tem totais condições de responder. O governo nesse momento tá com sua base parlamentar dispersa, não foi outra coisa que nós vimos naquela madrugada. É ... agora como é que o senhor acha que o governo precisa agir para rearticular essa base parlamentar, que vem aí muita matéria importante que precisa ser votada. Nesse momento tá tudo virado. Como é que o senhor acha que o governo tem que fazer? O senhor acredita na consistência dessa base? O senhor vai colaborar com ela? É ... como é que o senhor vê isso aí? Severino Cavalcanti – Sem dúvida. Ele não tinha o DEPUTADO SEVERINO CAVALCANTI para ajudá-lo. Agora ele vai ter. |
| Controle interacional | Típico das interações no gênero entrevista: entrevistador (pergunta), entrevistado (responde) |
| Controle de tópicos | Típico das interações no gênero entrevista: estabelecido pelo entrevistado. |
| Modalidade | A modalidade é <i>deôntica</i> , pois se baseia no envolvimento do autor com a ação (<i>oferta</i>), feita por meio da <i>garantia</i> . |
| Modo ideológico | O modo da ideologia é <i>legitimação</i> , por meio da estratégia de <i>narrativização</i> . |
| Pré-gênero | O pré-gênero que serve base discursiva é <i>narração</i> , associada à <i>argumentação</i> . |

Ainda em *Canal Livre*, temos uma outra construção bastante peculiar. Ela se refere ao exemplo (25a), repetido a seguir:

(25a)

Fernando Mitre – Presidente, uma questão que o senhor certamente tem totais condições de responder. O governo nesse momento tá com sua base parlamentar dispersa, não foi outra coisa que nós vimos naquela madrugada. É ... agora como é que o senhor acha que o governo precisa agir para rearticular essa base parlamentar, que vem aí muita matéria importante que precisa ser votada. Nesse momento tá tudo virado. Como é que o senhor acha que o governo tem que fazer? O senhor acredita na consistência dessa base? O senhor vai colaborar com ela? É ... como é que o senhor vê isso aí?

Severino Cavalcanti – Sem dúvida. Ele não tinha o **DEPUTADO SEVERINO CAVALCANTI** para ajudá-lo. Agora ele vai ter. Eu, como Presidente da Câmara, ele me dê as condições, faça com que o seu governo respeite os Parlamentares, que eu aprovarei todos os projetos de interesse nacional, porque o que falta nos Parlamentares é o carinho, a afetividade do governo, desses Ministros que desprezam, que não sabem o que é uma eleição, não sabem o que é um voto, dificuldade que nós temos. Então, esses Ministros terão que mudar a sua ação de atendimento para que nós possamos fazer aprovar todos os projetos que o governo precisa (...).

Em (25a), temos uma ocorrência na qual Severino Cavalcanti sentencia que “eu aprovarei todos os projetos de interesse nacional”. Sabemos que nenhum parlamentar sozinho, nem mesmo na condição de Presidente da Câmara dos Deputados, pode aprovar qualquer projeto. Os projetos, a depender da sua natureza legislativa, são aprovados na Câmara e, em seguida, submetidos ao Senado, num trâmite que envolve um tempo específico para análise e votação. Portanto, o “eu aprovarei todos os projetos de interesse nacional” configura-se como outra estratégia discursiva a serviço do poder. O sujeito do discurso, neste caso, fala em nome de toda uma instituição. Falar em nome de uma instituição não é algo inusitado, o que se pressupõe em qualquer entidade representativa, por exemplo. A diferença, neste caso, é que Severino

Cavalcanti pode até antecipar o resultado de pleitos que não cabem somente a ele. A ele, pode caber a defesa desses projetos, o convencimento dentro das bancadas, ou da ala de deputados que ele outrora representou: o “baixo clero”. Mas afirmar algo que só cabe à Câmara ou ao Senado decidir ou fazer é uma estratégia discursiva para investir-se de poder. E isso eu proponho denominar de *Identidade Sujeito-Instituição*.

A *Identidade Sujeito-Instituição* sustenta-se em um movimento parecido com que Condoleezza Rice faz quando fala em nome dos Estados Unidos. A diferença é de abrangência. Severino Cavalcanti é o Presidente da Câmara e se outorga o poder de falar por ela: ele age discursivamente como se tivesse uma procuração assinada pelos outros 512 deputados. Rice, não sendo presidente dos Estados Unidos, fala em nome da autoridade que ela tem em função do posto que ocupa, de secretária de Estado e de protagonista da *Operação Simpatia*. Enquanto Severino parece ter uma procuração dos outros 512 deputados, Rice parece ter uma procuração dos 300 milhões de cidadãos estadunidenses.

A modalidade característica da *identidade sujeito-instituição* é *deôntica*, porque mais uma vez envolve o autor com a ação, cuja oferta ocorre por meio da garantia: “que eu aprovarei todos os projetos de interesse nacional”. Outra vez, o verbo flexionado no modo indicativo confere à construção uma modalidade categórica, desta vez ressaltada pelo pronome indefinido plural “todos os”, no sentido de “sejam quais forem os projetos”.

A *narração* e a *argumentação* associadas são os pré-gêneros que dão a base discursiva para a *Identidade Sujeito-Instituição*, cuja ideologia se constrói simbolicamente por meio da *dissimulação* e pela estratégia de *deslocamento*, uma vez que Severino transfere a referência do Parlamento para a sua própria pessoa.

A *identidade sujeito-instituição* é resumida no **Quadro 16** – As categorias discursivas que constroem a *identidade sujeito-instituição* – a seguir:

Quadro 16 – As categorias discursivas que constroem a *identidade sujeito-instituição* em *Canal Livre*

| IDENTIDADE SUJEITO-INSTITUIÇÃO | |
|--------------------------------|---|
| Caracterização | O sujeito do discurso fala em nome de uma instituição social: o eu do discurso não é uma pessoa. É uma entidade, uma instituição. |
| Exemplo | <p>Fernando Mitre – Presidente, uma questão que o senhor certamente tem totais condições de responder. O governo nesse momento tá com sua base parlamentar dispersa, não foi outra coisa que nós vimos naquela madrugada. É ... agora como é que o senhor acha que o governo precisa agir para rearticular essa base parlamentar, que vem aí muita matéria importante que precisa ser votada. Nesse momento tá tudo virado. Como é que o senhor acha que o governo tem que fazer? O senhor acredita na consistência dessa base? O senhor vai colaborar com ela? É ... como é que o senhor vê isso aí?</p> <p>Severino Cavalcanti – Sem dúvida. Ele não tinha o DEPUTADO SEVERINO CAVALCANTI para ajudá-lo. Agora ele vai ter. Eu, como Presidente da Câmara, ele me dê as condições, faça com que o seu governo respeite os Parlamentares, <u>que eu aprovarei</u> todos os projetos de interesse nacional, porque o que falta nos Parlamentares é o carinho, a afetividade do governo, desses Ministros que desprezam, que não sabem o que é uma eleição, não sabem o que é um voto, dificuldade que nós temos. Então, esses Ministros terão que mudar a sua ação de atendimento para que nós possamos fazer aprovar todos os projetos que o governo precisa (...).</p> |
| Controle interacional | Típico das interações no gênero entrevista: entrevistador (pergunta), entrevistado (responde) |
| Controle de tópicos | Típico das interações no gênero entrevista: estabelecido pelo entrevistado. |
| Modalidade | A modalidade é <i>deôntica</i> , pois se baseia no envolvimento do autor com a ação (<i>oferta</i>), feita por meio da <i>garantia</i> . |
| Modo ideológico | O modo da ideologia é <i>legitimação</i> , por meio da estratégia de <i>deslocamento</i> . |
| Pré-gênero | O pré-gênero que serve base discursiva é <i>narração</i> , associada à <i>argumentação</i> . |

4.5 Resumo

O presente capítulo constitui-se em uma análise do gênero *entrevista jornalística com políticos* sob os aspectos da estrutura genérica, da representação e da identificação. A entrevista, nos contextos da prática social do jornalismo, é um procedimento central e secular na obtenção de notícias ou de conferência delas. Para análise do discurso, a entrevista jornalística é aqui considerada um *gênero situado* que se produz e se distribui no âmbito dessa prática social.

Seguindo um modelo canônico, em que entrevistador pergunta e entrevistado responde, a edição de uma entrevista jornalística, tanto impressa quanto televisionada, é um conjunto multimodal que, em muitos aspectos, exige dos seus leitores um letramento específico, além de um grau considerado de conhecimentos prévios.

Do ponto de vista do entrevistado, a entrevista é capaz de servir como palco para a construção identitária com vistas ao exercício do poder. Desse modo, analisamos estratégias que fazem com que o poder vá se imiscuindo no discurso, numa mistura cujos limites não são claros. Tais estratégias foram estudadas por meio das seguintes categorias: o controle interacional e de tópicos, a modalidade, os pré-gêneros e os modos de operação da ideologia. Assim, constatamos os momentos em o poder mais se amalgama com o discurso, na construção de estilos que buscam firmar uma posição de autoridade, o que nos levou a propor as seguintes identidades para o exercício do poder:

- **Identidade de Auto-Interlocução** – O sujeito do discurso ocupa, simultânea e temporariamente, o lugar de locutor e alocutário da interação.
- **Identidade Sujeito-Nação** – O sujeito do discurso empresta a sua voz à nação, em construções em que se enuncia na 1ª pessoa do plural ou na 3ª pessoa do singular.
- **Identidade de Dupla Posição** – O sujeito do discurso cria um construto discursivo cujo referente é o próprio sujeito: a 1ª pessoa e a 3ª pessoa remetem ao mesmo referente.
- **Identidade Sujeito-Instituição** – O sujeito do discurso fala em nome de uma instituição social: o *eu* do discurso não é uma pessoa é uma entidade, uma instituição.

CONCLUSÃO

Onde começam e terminam as águas?

A meu lado, de pé na proa do barco, vento no peito, o menino olha silencioso a imensidão do rio. Acabamos de deixar a boca, cheia de garças, da floresta Paraná do Limão, que se abre no Amazonas, pertinho de Parintins. Pela margem direita, diviso distante o perfil da cidade na terra firme da ilha de Tupinambarana. Noto que o menino se volta para o lado oposto, olhar fixo no rio, cuja pele fulgura, coberta de escamas de prata. Por tanta que seja a luz, a vista não dá com outra margem. Num tom de quem duvida, o menino me pergunta:

- Tudo isso é água?
- Tudo, lhe respondo. Tudo é água.
- E embaixo dela?
- Água, mais água.
- Ela está indo para onde? Onde ela acaba?
- Água de rio termina no mar.
- E onde acaba o mar, que é também água?
- É água, só que salgada. O rio deixa de ser doce e vira mar. Mas ninguém sabe onde termina o mar.

O menino permanece calado um bom tempo, o pensamento derramado no rastro de espumas que o barco grava e o vento vai apagando. Logo vem pergunta nova:

- E onde a água começa? De onde é que o rio vem. (...)

(Thiago de Melo)³⁴

Verbos como *concluir* e o seu pseudo-opositor *iniciar* têm uma condição semântica conflituosa: nos localizam em termos da noção de tempo, mas possuem um aspecto difuso. Não sabemos ao certo quando o início já é a conclusão, e quando a conclusão ainda é o início. Verbos como *iniciar* e *concluir* são como as águas do rio e do mar: indeterminados, fugidios, simbióticos. Ninguém sabe onde o *iniciar* começa, nem onde o *concluir* termina, porque tudo é o tempo. Porque “Tudo é água”.

³⁴ O texto foi extraído da obra **Amazonas: águas, pássaros, seres e milagres**, p. 8-10.

Mesmo em pesquisa acadêmica, portanto no âmbito das práticas científicas, vivemos um tempo em que as incertezas já não são deméritos. Mas isso não nos exime de uma postura científica séria e que busque a descrição, o entendimento e a análise dos fatos a que nos dispomos examinar. Contudo, quando atuamos nos limites da *semiosfera*³⁵, e nos deparamos com um objeto naturalmente multifacetado como a linguagem, parece que o véu das incertezas é ainda bem menos translúcido. Quando associamos a linguagem com o poder, construto não menos entrópico, parece-nos, então, que qualquer tentativa de se encerrar o debate fica para os veios da estratosfera.

Este trabalho tem algumas palavras-chave que são clandestinas, mas que concorrem com as oficiais. São elas: *dúvida*, *inquietação* e *amálgama*. A *dúvida* me acompanhou durante muito tempo, quando imaginei ser a linguagem o próprio poder. A *inquietação* veio da *dúvida* e foi também o mote, o impulso que me levou a realizar o trabalho que ora apresento. O substantivo de dois gêneros *amálgama* é que define uma das conclusões a que cheguei, mas aqui a declaro ainda clandestinamente: o poder e o discurso são construtos distintos, mas, quando co-ocorrem, o fazem de tal modo que parecem formar um terceiro elemento, ainda sem nome, um resultado cuja principal característica é a do (a) amálgama. Uma prática final, em que as fronteiras entre o que é poder e o que é discurso são quase imperceptíveis. Por isso, perto de terminar o texto desta pesquisa, vi que o que me acompanhou durante muito tempo não foi bem uma dúvida, mas uma *quase-dúvida*, porque parece — e isso ainda não é uma conclusão científica — que o poder é o *quase-discurso* e o discurso é o *quase-poder*.

Assim, inicio minha conclusão oficial, reiterando que o principal objetivo de *O poder no discurso: choque de identidades em entrevistas jornalísticas* é

³⁵ Na tradição de Lotman (1985 e 1992), a *semiosfera* é o lugar onde se dão e se constroem os processos comunicativos e as novas informações. Tal como ocorre no mundo geográfico, onde temos a atmosfera, a litosfera, entre outras, a *semiosfera* tem seus limites. De qualquer modo, a *semiosfera* é o espaço dos “diferentes textos e linguagens”. Uma das condições para que a *semiosfera* exista é a heterogeneidade: “A heterogeneidade estrutural do espaço semiótico cria reservas de processos dinâmicos e é um dos mecanismos de elaboração de nova informação dentro da esfera” (cf. Lotman, 1992, p. 16). (cf., também, o site da PUC-SP <http://www.pucsp.br/pos/cos/cultura/conceito.htm#Semiosfera>).

analisar a relação entre poder e discurso sob a ótica das construções identitárias. Poder e discurso, dois momentos distintos das práticas sociais, conforme Harvey (1996), realizam-se, de forma dialética, nos contextos das interações sociocomunicativas. De todo modo, essa relação dialética tem uma materialidade, e esta ocorre também no discurso. Mostrar e analisar essa face da construção do poder, na materialidade do discurso, é outro objetivo desta pesquisa, ao lado do já mencionado.

Tendo em vista que o gênero que nos serve como *corpus* é a entrevista jornalística, utilizo o seu formato canônico, *pergunta-e-resposta*, na estrutura desta conclusão. As perguntas são formuladas como a “voz” da **Introdução**; e as respostas vêm na “voz” das **Conclusões Possíveis**.

Introdução – *Que estratégias discursivas possibilitam a construção das identidades em relação ao poder?*

Conclusões Possíveis – As estratégias discursivas que possibilitam a construção de identidades em relação ao poder, no âmbito do que se analisou nesta pesquisa, podem ser resumidas na seguinte proposição: para construir identidades de poder, o sujeito assume, principalmente, mais de uma voz. Essa é uma estratégia maior, que comporta outras de mesma intenção. Por isso mantenho o termo *estratégias* no plural.

Em resumo, podemos dizer que as estratégias que possibilitam ao sujeito a construção identitária para o exercício do poder via discurso são seguintes:

- **Uso de diversas vozes** – o sujeito imbuído de poder pode assumir a voz de um país, de uma instituição ou mesmo a do seu interlocutor, num processo discursivo que varia conforme o papel social desse sujeito.
- **Uso da modalidade categórica** – o sujeito investido de poder mostra-se sempre incisivo. Nesse sentido, fazer sempre uso da *modalidade categórica* é uma estratégia que se associa àquela maior, a de diversas

vozes. Para esse particular, o uso dos *verbos no presente do indicativo* reforça a posição de certeza ocupada pelo agente.

- **Interrupção do controle interacional** – o sujeito corta o fluxo previsto para o *controle interacional*: às vezes, o esquema padrão de uma entrevista – o modelo [alguém pergunta, outro alguém responde] – não se realiza. O sujeito, no exercício do poder, pode atuar, simultaneamente, no papel de locutor e alocutário da interação. O modelo da entrevista passa a ser: *eu pergunto, eu respondo*.
- **Inversão do controle de tópicos** – o sujeito passa a controlar os tópicos do diálogo, papel inicialmente previsto para o entrevistado. Esta estratégia é um desdobramento da anterior.
- **Uso dos modos de operação da ideologia legitimação e dissimulação** – o sujeito atua por meio das estratégias de *racionalização, deslocamento, de tropo e narrativização*.
- **Uso preferencial pelas seqüências do pré-gênero argumentação** – o sujeito, primordialmente, constrói seqüências textuais, com o pré-gênero argumentação, associado, ou não, a outros pré-gêneros, como a *conversação* e a *narração*.

Essas estratégias caracterizam discursivamente cada uma das *identidades de poder* analisadas no **Capítulo 4**, ou perpassam mais de uma delas.

...

Introdução – *Que elementos não discursivos entram na construção das identidades em relação ao poder?*

Conclusões Possíveis – Para efeitos desta análise, considero como elementos não discursivos aqueles que extrapolam a tradição apoiada no sistema de escrita. Nesse sentido, assumem importantes papéis as seguintes categorias:

- **O *ethos* nas imagens em movimento** – o sujeito imbuído de poder faz uso constante de gestos como o punho cerrado e o dedo em riste, que, na nossa cultura, estão associados à liderança, à autoridade, etc.
- **O *ethos* nas imagens paradas** – o sujeito serve de modelo para as fotografias de modo a mostrar-se no exercício do poder. Neste caso, cito o caso do entrevistado Delfim Neto, em cuja foto se encontra de pé, harmonizando a dobra da camisa, num gesto que em nossa cultura pode ser lido como ligado, também, à liderança e à execução ou à realização de algo.

Distingui, aqui, o *ethos* das imagens paradas e *ethos* das imagens em movimento, porque eles se constituem de forma diversa, mediante o papel exercido por cores, luzes, olhares, sombras, projeção e enquadramentos, por exemplo, que podem ser distintos na composição das imagens bi e tridimensionais, embora estas possam ser analisadas conforme a contribuição de Kress e van Leeuwen (1996).

...

Introdução – *Que lugares, no discurso, são ocupados pelos sujeitos da interação para que de sejam marcadas suas identidades em relação ao poder?*

Conclusões Possíveis – O “lugar” que o sujeito ocupa no discurso é o elemento mais intrigante nas identidades que analisei. Já argumentei que o sujeito imbuído de poder sempre assume a “voz” de alguém, de algum país ou de alguma instituição. Nesse sentido, no *corpus* desta pesquisa, o discurso dos sujeitos é exuberantemente polifônico, nunca se prendendo a uma única posição. A depender do “lugar” que o sujeito ocupa no discurso, propus a caracterização das seguintes *identidades*:

- **Identidade de Auto-Interlocução** — O sujeito do discurso ocupa, simultaneamente, o lugar de locutor e alocutário da interação.
- **Identidade Sujeito-Nação** — O sujeito do discurso empresta a sua voz à nação, em construções em que fala na 1ª pessoa do plural ou na 3ª pessoa do singular.
- **Identidade de Dupla Posição** — O sujeito do discurso cria um construto discursivo cujo referente é o próprio sujeito. Em outras palavras, a 1ª pessoa e a 3ª pessoa remetem ao mesmo referente, contrariando a tradição dos estudos das três pessoas do discurso.
- **Identidade Sujeito-Instituição** — O sujeito do discurso fala em nome de uma instituição social: o *eu* do discurso não é uma pessoa é uma corporação, uma instituição. A diferença entre esta e a *identidade sujeito-nação* é de abrangência.

É importante ressaltar que intenção em separar tão nitidamente essas *identidades* ocorre em função de propósitos meramente didáticos. No processo de interação social, em que comunicação e construção ideológica correm lado a lado, todas as estratégias analisadas neste trabalho podem não ser exclusivas a cada uma daquelas identidades propostas. Não quis, com isso, recomendar uma relação fixa e intransigente, na qual a cada identidade corresponde, de forma biunívoca, um conjunto determinado de estratégias discursivas.

Também não considero que a análise que realizei seja em nenhum aspecto exaustiva, até porque focalizei mais, e intencionalmente, a figura do entrevistado. Numa entrevista, o entrevistador, mesmo não sendo uma “estrela”, exerce um papel muito importante, tanto no que diz respeito a aceitar o jogo de poder imposto pelo entrevistado, quanto a não validar todas as estratégias que já discorremos. O entrevistador, também pode, como nós leitores podemos, desestabilizar, de certo modo, a construção identitária de

poder feita pelo entrevistado. Esse o caso da pergunta feita por “*Veja*”, no excerto reproduzido a seguir:

Veja – *A senhora nunca tem dúvidas? Nunca diz “não sei o que fazer” quando defrontada com situações, digamos, como a do Haiti, que parecem tão sem saída, sem opções?*

Quando questiona a “certeza constante” de Rice, o jornalista participa do seu jogo de poder, mas com o objetivo de neutralizá-lo. A nós leitores cabe a chamada *interpretação resistente*³⁶, que visa à não aceitação das ideologias naturalizadas. Mas tudo isso é assunto para um outro diálogo.

A tentativa de se analisar discursivamente o que eu denominei de *identidades de poder* é um ensaio na busca de contribuir para o entendimento da intrigante e produtiva relação entre poder e discurso. Essa relação que perpassa as interações sociais, que distingue pessoas, e que procura identificá-las numa escala social assimétrica.

³⁶ Leituras ou interpretações resistentes são, conforme Fairclough (2001a, p. 173), “um modo de luta hegemônica”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado: notas para uma investigação*. In: ZIZEK, Slavoj (org). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.

BARTON, D. & Hamilton, M. *Local literacies: reading and writing in on Community*. Londres e Nova York: Routledge, 1998.

BAUER, M. & GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BELO, E. *Livro-reportagem*. São Paulo: Contexto, 2006.

BENVENISTE, E. *A natureza dos pronomes*. In BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo: Companhia Nacional Editorial e Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

BOBBIO, N. *Poder*. In Bobbio et all. *Dicionário de Política*. V. 1. Brasília: Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

CANCLINI, N. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CANCLINI, N. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CAPUTO, S. *Sobre entrevistas*. Petrópolis: Vozes, 2006.

CASTELLS, M. *O poder da identidade* (volume II). São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CHAGAS, H. *Decifra-me ou te devoro: a entrevista com políticos*. In SEABRA, R. & SOUSA, V. *Jornalismo Político: Teoria, História e Técnicas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity; Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinbourg: Edinbourg Univerty Press, 1999.

COROA, M.L.S. *O ensino de Língua Portuguesa e a construção de identidades*. In RAJAGOPALAN, K. & FERREIRA, D. *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

COROA, M.L.S. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. São Paulo; Parábola, 2005.

D'ONOFRIO, S. *Literatura ocidental: autores e obras fundamentais*. São Paulo: Ática, 1997.

DENZIN, N. & LINCOLN, Y. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIONÍSIO, A. et all (org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

DUBOIS, J. et all. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultriz, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, D. *Identidade feminina no espaço político: percurso simbólico na ecologia da linguagem*. In Rajagopalan, K. & Ferreira, D. *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo; Bookman, 2004.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FOWLER, R. *Sobre a lingüística crítica*. In *Revista Linguagem em (Dis) curso*. V.4. Santa Catarina: Editora UNISUL, 2004.

GHIO, E. & FERNANDEZ, M.D. *Manual de Lingüística Sistêmico Funcional: el enfoque de M.A.K Halliday e R. Hassan/Aplicaciones a la lengua española*. Santa Fé: Universidad Nacional Del Litoral, 2005.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GOUVEIA, C. & BÁRBARA L. *Marcado ou não marcado não é a questão, a questão é: onde está o Tema*. In ROTH-MOTTA, D. et al (org.). *Linguagem, Cultura e Sociedade*. Porto Alegre: Editora e Gráfica Eficiência, 2006.

GOUVEIA, C. *Análise de Discurso Crítica: enquadramento histórico*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Artigo capturado na página pessoal de Gouveia, no site da Universidade de Lisboa.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, S. *Identidade e diferença: uma introdução*. In Silva, T. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALLIDAY, M. *An introduction to functional grammar 2nd*. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HARVEY, D. *Justice, Nature and the Geografy of a Diference*. London: Blacwell, 1996.

HOUAISS, A. *Abreviatura*. In *Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa*.

ILARI, R. & GERALDI, J. W. *Semântica*. São Paulo; Ática, 1999.

Kress, G. & van Leeuwen, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 1996.

LAGE, N. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LAROSSA, J. *Pedagogia Profana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LEBRUN, G. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LOTMAN JU. *La semiosfera*. Venezia: Marsilio, 1985.

MAGALHÃES, I. et all (org.). *Práticas identitárias: língua e discurso*. São Carlos; Claraluz, 2006.

MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MARCUSCHI, L. A. *A questão do suporte dos gêneros textuais. Língua, lingüística e literatura*. João Pessoa, v. 1, n.1, p. 9-40, 2003.

MARCUSCHI, L.A. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In DIONÍSIO, A. et all (org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARTINS, E. *Manual de redação e Estilo de O Estado de São Paulo*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.

MEDINA, C. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 2004.

MELLO, Thiago de. *Amazonas: águas, pássaros, seres e milagres*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1998.

MELO, J. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORIN, E. *A entrevista nas Ciências Sociais*. In Morin et all. *Linguagem da cultura de massas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

PEDRO, E.R. *Análise Crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997.

PESSOA, F. In LOPES, T. *Os melhores poemas de Fernando Pessoa*. São Paulo: Global, 1994.

RABAÇA, C.A. & BARBOSA, G.G. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

RAMOS, R. *Estratégias argumentativas: as perguntas retóricas*. In 2º Encontro de estudos Portugueses. Universidade Aveiro: 1995.

ROMANO, J.O. & ANTUNES, M. *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAidBrasil, 2002.

SEABRA, R. & Sousa, V. (org.) *Jornalismo Político: Teoria, História e Técnicas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Denize Elena Garcia da. (org.) *Língua, gramática e discurso*. Goiânia: Cãnone Editorial/Grupo de Estudos da Linguagem do Centro Oeste, 2006.

SILVA, T. *Identidade e diferença: uma introdução*. In SILVA, T. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TAYLOR, S. & BAGDAN, R. *Introduction to Qualitative Research Methods*. New York, 1998.

THOMPSON, J. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VAN LEEUWEN, T. *A representação dos atores sociais*. In Pedro, E.R. *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997.

VIEIRA, J. *A identidade da mulher na modernidade*. In Magalhães, I. & Rajagopalan, K. (org.). *Revista Delta*. São Paulo: EDUC, 2005.

VIEIRA, J. *Práticas discursivas no letramento escolar e familiar*. In Magalhães, I. & D'Leal, M. *Discurso, gênero e educação*. Brasília: Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB, 2003.

WIKIPÉDIA. *Mancha gráfica*.

WODAK, R. & MEYER, M. *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2001.

WODAK, R. *Do que trata a ACD – Um resumo de sua história, conceitos, importantes e seus desenvolvimentos*. In *Revista Linguagem em (Dis) curso*. V.4. Santa Catarina: Editora UNISUL, 2004.

WOODWARD, K. *Identidade e diferença: uma introdução*. In Silva, T. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ANEXOS

ANEXO I

Entrevista

Receita de Crescimento

Especial

RECEITA DE CRESCIMENTO

ECONOMIA Reflexões de Delfim Netto sobre câmbio, juros e uma expansão de 5% ao ano

A LUIZ GONZAGA BELLUZZO
E SERGIO LIRIO

Chega ao fim o quinto mandato consecutivo de deputado federal de Delfim Netto. Parlamentar influente nas últimas décadas, Delfim é hoje um dos interlocutores mais freqüentes de Lula, presente em todas as listas de ministeriáveis. A permanência em Brasília parece depender, porém, da capacidade de persuasão do presidente. Enquanto não decide o próximo futuro, Delfim recebeu *CartaCapital* para uma conversa esclarecedora em seu escritório em São Paulo. Com a costumeira verve, ironia e lucidez, analisou o significado da vitória eleitoral de Lula, o papel do Banco Central e as chances reais de o Brasil crescer a taxas menos anêmicas.

CartaCapital: Qual o significado das duas eleições do Lula?

Delfim Netto: Aderi ao Lula em 2002, quando ele preparou a Carta aos Brasileiros. O documento junta dois aspectos fundamentais. Primeiro, um compromisso de manutenção do regime de equilíbrio fiscal, uma tentativa de proteger aquilo que havia sido conquistado na política de combate à inflação do Plano Real. Ao mesmo tempo, a promessa de cuidar, dentro dos limites possíveis, de reduzir a pobreza. Fiquei ainda mais convencido disso quando, depois da primeira versão da Carta aos Brasileiros, Lula fez interferências no texto. Ele leu o documento e, intuitivamente, viu que precisava inverter a ordem. Os tecnocratas tinham posto o

equilíbrio na frente e o combate à fome no final. Lula mandou colocar o combate à fome na frente e, depois, o equilíbrio fiscal. Acho que ele honrou o compromisso que assumiu.

CC: A história recente mostra que a esfera econômica sempre subjuga a esfera política. Mudou alguma coisa com Lula?

DN: O Lula entendeu a necessidade de unir esses dois universos. Principalmente no nosso caso, após as privatizações. Elas foram boas privatizações,



MARCELLO CASLI/IN/ABR

“O Meirelles atacou o oligopólio dos bancos. Penso até em defender sua permanência no Banco Central”

produziram resultados extraordinários. Podem ter sido feitas por métodos heterodoxos, mas elevaram a produtividade média da economia. Tiveram o seu papel. Mas é um equívoco imaginar que tudo o que existia no Estado era ruim. Não era. Até porque os bons administradores das empresas públicas vêm do setor privado, não há diferença. E mais ainda. Vejamos o caso da Telebrás. Antes da privatização, a Telebrás ganhava prêmios internacionais. Olha a Eletrobrás, uma excelente empresa que foi destruída. Antes, o governo pensava o problema de energia com 15 anos de antecipação.

CC: Com a privatização, o País perdeu um instrumento de coordenação do investimento privado. Havia horizonte, não?

DN: É uma discussão importante. O presidente expressou a intenção de fazer o País crescer 5% ao ano. Crescimento é um estado de espírito, com condições objetivas. Hoje, falta uma condição objetiva, oferta de energia. Não adianta imaginar que os empresá-

rios vão investir se não houver segurança de oferta de energia para os próximos dez anos. Fico muito preocupado quando vejo o atraso de grandes projetos como as hidrelétricas do rio Madeira e de Belo Monte. Agora mesmo estão fazendo experiências com as termoeletricas, mas não há gás. É a amostra de que deixamos de pensar o Brasil 15 anos à frente. O governo está diante de um problema fundamental. Não adianta apresentar um programa coerente, transparente, fiscalmente equilibrado, se não conseguir

garantir para o setor privado oferta abundante de energia. Sem isso, não será possível garantir uma taxa de crescimento maior.

CC: Há o mesmo problema em outras áreas da infra-estrutura?

DN: Em outras áreas, o governo poderia acelerar as concessões. É possível fazer concessões de um grande número de estradas. Muitos se queixam do preço dos pedágios. Mas o problema não é esse. A questão é que o governo não faz mais estradas, mas continua a cobrar os impostos

para construí-las. Aconteceu algo absolutamente espantoso. Quando a carga tributária era de 25%, investiam 5% do PIB. Hoje, com a carga tributária em 38%, mais o déficit de 3%, o Estado não investe nem 1% do PIB. A infraestrutura, nesse meio-tempo, foi consumida.

CC: E quanto à indústria? O senhor tem discutido com frequência sobre o papel do câmbio e dos juros no encolhimento relativo do setor.

DN: Ainda agora, uma revista de grande circulação publicou que não existe uma estreita ligação entre juros e câmbio. A publicação afirmou isso porque cai a distância entre os juros externos e os juros internos. Mas é justamente essa queda que está acelerando a entrada de capitais, porque o peru está para acabar (risos). Submetemos a indústria brasileira a dois problemas sérios. Há uma taxa de juros exorbitante, ninguém discute. Hoje, fiquei entusiasmado com o (Henrique) Meirelles. Penso até em defender a permanência dele no Banco Central porque ele ousou dizer que o que falta ao sistema bancário é competição (risos). Há uma compreensão clara da existência de cartelização. Não estou xingando a mãe do banqueiro. Nada disso. Os banqueiros são tão eficientes que exploram a condição de oligopólio que detêm. E quem deu a eles essa condição? O Banco Central. Que a taxa de juro foi exagerada, o resultado prova. O BC, durante anos, escreveu nos relatórios que o produto potencial do Brasil é de 3%. É uma coisa extravagante. Vamos concordar que você pode crescer 4%, com 4,5% de inflação. Chegamos ao fim de 2006 com dois erros gigantes. Vamos crescer menos de 3% e ter uma inflação ligeiramente acima de 3%. Obviamente, houve uma mão pesada demais no processo. O problema dos juros é que existe essa idéia inacreditável de que, quando você chega perto da capacidade de expansão, vai ter inflação. Is-



ARQUIVO CARTACAPITAL

Estou absolutamente convencido de que, em 2004, abortamos o crescimento.

CC: A idéia de que só vai acontecer daqui a alguns meses é herdada de um primeiro monetarismo, enquanto nos dias de hoje o investidor trabalha com expectativas.

DN: Quando vejo que vai subir a taxa de juro, reduzo o meu investimento agora. Talvez até acelere o meu consumo. Tudo funciona por antecipação.

CC: Pois é, eles dão tanta importância à idéia de informação e antecipações e depois reclamam do modelo.

DN: Uma das coisas intrigantes é a afirmativa categórica: "Estávamos em um processo de crescimento inexorável da inflação". Mas cada vez que se pede para demonstrar, ninguém aparece. Como se sabe que a inflação cresce? Porque a inflação flutua, é uma variável aleatória. Como se prova? Quantos meses você precisa ter de crescimento da inflação, acima de certo ponto, para concluir que ela está aumentando de forma descontrolada? Tem de ter um critério qualquer para saber quando, na realidade, ela escapa da média. Esse é o grande drama que nem o Banco Central, nem ninguém, esclarece.

“Aderi ao Lula após a Carta aos Brasileiros. Acredito que ele cumpriu as promessas”

so é um inibidor do crescimento. Se digo que a economia não pode crescer mais que 3% ou 4%, começo a elevar a taxa. E aí os sábios dizem que o efeito só virá daqui a oito meses. Sim, vai ter efeito daqui a oito meses, mas só para os otários. Para os espertos, tem efeito instantâneo. Quem pretendia investir reduz a potência do motor porque enxerga a falta de demanda lá na frente.

CC: A utilização do núcleo de inflação, como faz o Federal Reserve, não seria mais eficiente?

DN: A decisão do Fed é precedida da publicação do Livro Bege. E o que há no livro? Informações das 13 regiões dos Estados Unidos, porque o Alabama é uma coisa e o Texas é outra. Na hora da reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc), dos 13 representantes, seis votam e sete assistem. Mas os diretores do Fed discutem tudo o que acontece no país. No Brasil, o Banco Central tem um pensamento único. E um pensamento que se pretende científico. Ele recusa o fato de que a política monetária é, sim, uma combinação de

Especial

teoria monetária e arte, não é simplesmente quem resolve melhor a equação diferencial estocástica. Outro problema é que há uma pequena dispersão espacial. Brasília é um enclave no qual se esquece do Brasil. Considero que um aperfeiçoamento importante seria obrigar a publicação de todos os votos na reunião do Copom. Não precisa ser no dia seguinte. Pode ser dois ou três meses depois. Todos os votos publicados. Assim seria possível checar quem sabe o que está fazendo ou quem só obedece à teoria. A idéia de que obedecer a teoria é saber o que se está fazendo é uma grave confusão mental (*risos*).

CC: *Até os votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal são abertos.*

DN: O Banco Central tem uma enorme contradição democrática. O Lula foi eleito com 58,3 milhões de votos. Mas é obrigado a escolher cinco sujeitos responsáveis por fazer a política. É a natureza das coisas. O BC precisa de autonomia. É ela que garante, na verdade, o poder de punição. E o Banco Central é basicamente um instrumento punitivo. E como se faz para reduzir esse déficit democrático? Obrigando o sujeito a explicitar o voto. Há, agora, uma suspeita de que os juros cairão 0,25%. Se houvesse o voto aberto, os diretores seriam obrigados a demonstrar depois quais eram as suas preocupações. Vamos voltar a 2004. O Brasil estava crescendo a 5% antes de aumentarem os juros. Queria ler o primeiro voto que decidi pela alta da taxa. O sujeito deveria explicar o porquê, como descobriu que estávamos na iminência de um aumento muito grave do processo inflacionário. No fundo, é um mito. Na passagem do governo FHC para Lula, o governo havia perdido o controle mesmo. A inflação anual estava na casa dos 30%. E foi corrigida por um choque de câmbio violento. Elevaram os juros a 26,5% e o superávit primário a 4,8% do PIB. Mas era visível, todos nós sabíamos o que estava acontecendo. Em 2004, ninguém estava convencido dos problemas. Talvez, num dia qualquer, um desses apresente o seu voto e forneça alguma explicação. Como sou um crente, é provável que acredite. Então direi que eles estavam certos. Mas duvido que tenha existido. Foi uma mistura de ideologia

com ciências e modelos. Então, eles que discutam como quiserem lá dentro, na reunião do Copom, mas entendo que a sociedade tem o direito de saber como o sujeito votou.

CC: *O banco central americano é uma criatura do Congresso e presta contas aos parlamentares.*



“O Keynes era mais do que um economista. Seus escritos até hoje não foram superados”

DN: Essas pequenas coisas fazem a grande diferença. E lá também é presidencialismo. O Banco da Inglaterra é produto do Congresso também, ao qual presta contas. Deve ser um aperfeiçoamento desejável. Ninguém pode considerar as críticas como ofensas pessoais. Se sou incapaz de demonstrar que a soma interna de um triângulo é 180 graus, isso não ofende a minha moral. Simplesmente mostra que não aprendi o teorema. Quando você critica uma ação do Banco Central, não é uma crí-

tica pessoal, com a qual eles devem ficar tristes. Não. Nenhum deles chegou lá gratuitamente. Ninguém está dizendo que eles são incompetentes.

CC: *Não são incompetentes, mas podem estar equivocados.*

DN: Há um excesso de pretensão científica. É, talvez, um problema metodológico, a arrogância da razão. Parte da seguinte premissa: “Eu sei e você não sabe. Como eu sei e você não sabe, sofra agora, canalha. Eu estou te prometendo uma vida boa no futuro. Se você estiver vivo, claro. Se você for embora antes, é problema seu. Eu estava aqui (*risos*)”.

CC: *O senhor disse no início da entrevista que o Lula, no primeiro mandato, cumpriu suas promessas. Agora, ele conseguirá?*

DN: Ninguém pode estabelecer uma meta de crescimento. Isso é um desejo, ambição, um estado de espírito com condições objetivas para se realizar. Espero que o governo apresente as condições objetivas. Não há nenhuma razão para imaginar que ele não possa apresentá-las. Para 2007, até tem gasolina no tanque para crescer a 5%, se algo de importante for feito. Mas vai ser preciso trocar os pneus com o carro em movimento e encher o tanque de novo, para 2008. Volto a insistir. O problema é convencer os empresários de que não haverá uma crise energética nos próximos dez anos. Se não se fizer isso, ninguém vai assumir o risco do investimento. Pensar que o investimento público vai fazer a diferença é um equívoco. Ele é um complemento essencial do investimento privado, mas um complemento. No Brasil, grosseiramente falando, você tem um investimento de 20%. O Estado controla 40% do PIB e investe 1%. O setor privado controla 60% do PIB e investe 19%. O setor privado deveria aplicar 30%. Não tenho dúvida de que a indústria brasileira está no estado-da-arte. Visite uma fábrica de calçados. Estão exportando técnicos para ensinar os chineses a fabricar calçados. O que a indústria brasileira não tem são as condições da chinesa. Quando o produto sai da fábrica, cai no primeiro buraco da estrada. Quando chega no porto, espera não sei quanto tempo. O Brasil consumiu toda a infra-estrutura nos últimos 25 anos. O Estado, ao contrário, cresceu e ficou absolutamente

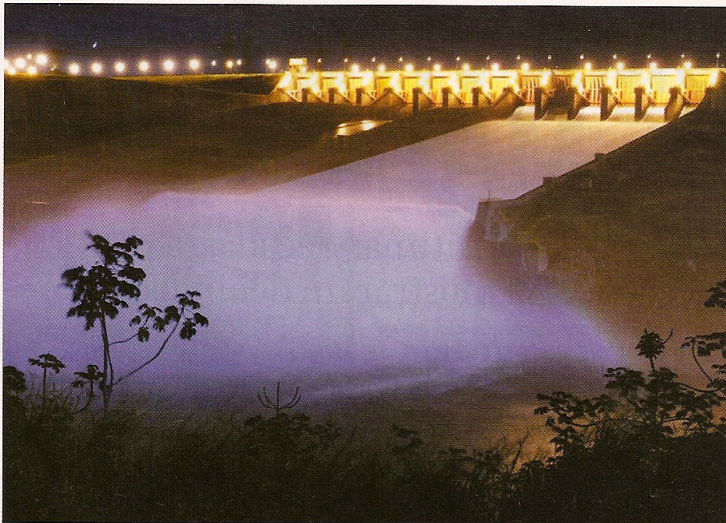
ineficiente. É um processo de acomodação quase irresistível. Nos últimos 12 anos, os gastos com custeio da máquina cresceram 6% ao ano, em termos reais. O PIB, 2,4%. Não precisa ser físico quântico para saber que isso vai dar errado. Espero que, no programa do Lula, esse tema seja tratado com o cuidado devido.

CC: Enquanto isso, o investidor espera. Como não há horizonte, o cara só pensa em vender a empresa e ficar rico.

DN: Um problema fundamental é que o mercado só é razoável com justiça social, quando você oferece igualdade de condições para todos os cidadãos. A idéia da existência de um mercado sem o Estado, fortíssimo, é uma grave ilusão. Quando a nossa mulher fica grávida, ficamos felizes. Ela foi bem alimentada. Depois o nosso filho vai para as melhores escolas. Do outro lado, há o sujeito que não teve os mesmos benefícios. A mãe foi mal alimentada, ele nasceu com problemas e foi para a escola pública de péssima qualidade. Estamos construindo duas raças, duas sociedades.

CC: Isso ficou muito claro nas últimas eleições. Os que vêm de baixo têm claro que Lula é o representante deles e é o mediador. Quanto à atuação do Banco Central, parece ser a visão de mundo de parte da classe média ilustrada, que acha que detém o saber e considera o voto em Lula como uma decisão irracional.

DN: Como é a ignorância. É espantoso. O que a classe média não entende é que esse voto é que está salvando as instituições que estão em cima. O capitalismo só sobreviveu por causa do sufrágio universal. Essa é que é a verdade. Senão, todas as previsões de Marx seriam realizadas. E eu não sei se não serão, com o tipo de globalização, e também com essa visão de que quem está embaixo não vale nada. Essa visão pretensiosa de que quem está embaixo é um perdedor. Mas perdeu por quê? Perdeu por conta própria, ninguém empurrou nada na cabeça dele, não. Ignoram o fato de que a competição no mercado exige, no mínimo, que todos saiam do mesmo ponto de partida. O que falta nessa teoria é uma noção clara de que ela não é uma coisa física, de que ela envolve gente, homem. O homem não é um parafuso. Não se pode



“ Se o governo não garantir a oferta de energia nos próximos dez anos, não haverá investimento ”

tratar o homem como no mercado de parafuso. Sobrou parafuso, cai o preço. Ou então vai para o estoque. Não posso imaginar que, sobrando homem, baixe o salário até onde for necessário. É muito menos, como muitos vencedores do Prêmio Nobel conceberam, acreditar que não existe desemprego, que o desemprego é uma invenção dos vagabundos. Ou seja, de vez em quando a classe trabalhadora tem um ataque de vagabundagem e faz sacanagem contra os de cima. Entra em estado de desemprego (risos).

CC: São idéias que sobrevivem mesmo após a publicação da Teoria Geral do (John Maynard) Keynes.

DN: É incrível o que Keynes pensou. Ele foi muito mais do que um economista. O que ele escreveu é mais relevante para a economia do que tudo que fizemos depois. O futuro é opaco e as ex-

pectativas controlam tudo. A Economia, uma ciência que gosta de ocupar as outras, foi destruída. Onde a Economia encostou, ela destruiu. A Antropologia, a Sociologia, a Política, a Geografia. Mas, agora, os estudos modernos de neurociência confirmam o que o velho Keynes dizia. Ou seja, todas as decisões importantes não são tomadas pelo lado racional, mas pelo emocional. É o *animal spirit*. Esse Keynes de verdade só chegou ao Brasil muito tempo depois. Aos poucos, a realidade se impõe. Olha o caso europeu. Eles estão embrulhados em uma situação inacreditável.

CC: Por causa do câmbio?

DN: O câmbio é um fator destrutivo quando está fora do equilíbrio. Olha a situação da Itália. Dá vontade de chorar. Ela entrou na Comunidade Europeia com o câmbio superavaliado e está sendo dizimada. As indústrias italianas, de ponta, refinadíssimas, com todo o peso do design, estão sendo destruídas. Como foi dizimada parte da indústria americana com a valorização do câmbio, em 1985. Na minha opinião, o câmbio só está em equilíbrio quando não há déficit em conta corrente e se cresce a 6% ao ano. Hoje, no Brasil, a taxa está fora do equilíbrio porque a economia cresce a esses miseros 2,7%. Nos últimos 12 anos, ficamos presos em vários mitos. Mas também aprendemos muito. Deveríamos explorar esse conhecimento no segundo mandato. ■

ANEXO II

Entrevista

Operação Simpatia

Entrevista: Condoleezza Rice

Operação Simpatia

Defensora da guerra, a secretária de Estado agora prega a democracia e a justiça social — e diz que Bush é um homem muito solidário

Vilma Gryzinski

No primeiro governo do presidente George W. Bush, Condoleezza Rice encarnou o papel da senhora da guerra. Como assessora de Segurança Nacional, ocupou a linha de frente da política de intervenção preventiva, consubstanciada na invasão do Iraque. Agora, no segundo mandato, promovida a secretária de Estado, Condi, como é provisoriamente chamada, mudou o foco: com o pior da situação iraquiana para trás, ela vem cruzando o planeta como a face mais humana do governo Bush e grande propagadora das vantagens da democracia. É muito mais fácil, em lugar de defender a guerra, pregar que é preciso fortalecer as instituições democráticas, combater a corrupção e ajudar os pobres a sair da miséria. Quem pode ser contra isso? Mesmo quando a missão inclui assuntos mais comezinhos, como as encenicas de Hugo Chávez na Venezuela e as hesitações brasileiras na Alca, Condi tem se saído extraordinariamente bem na Operação Simpatia. Sua espetacular história de sucesso a precede: nascida no coração racista da América, entrou na faculdade aos 15 anos, formou-se aos 19, doutorou-se com 26. Pianista, especialista em relações internacionais e fluente em russo, chegou a reitora de Stanford e, embora negue quase que diariamente, o caminho da Casa Branca é uma possibilidade no horizonte. Afável e supremamente confiante, falou a VEJA durante sua passagem por Brasília.



“Quando os pais da pátria diziam ‘Nós, o povo’, não incluíam pessoas como eu. Muitos dos meus antepassados foram escravos”

Veja — O presidente Hugo Chávez disse que há americanos preparando uma invasão da Venezuela. Verdade ou mentira?

Rice — Isso é simplesmente um escândalo. É claro que os Estados Unidos não vão invadir a Venezuela ou fazer qualquer coisa do gênero. Os EUA querem ter boas relações com a Venezuela. Existem preocupações relativas à democracia na Venezuela e à maneira como ela se relaciona com os vizinhos. Mas nós não vamos invadir a Venezuela.

Veja — Qual a melhor atitude a tomar quando se lida com um personagem como Chávez, que está sentado sobre um mar de petróleo, tem o apoio de 60% da população e pode usar as pressões americanas em seu favor?

Rice — A única coisa que faz sentido é ter uma pauta positiva. É sobre isso que vim conversar aqui. Falamos sobre a Venezuela, é certo, mas foi uma parte relativamente pequena das discussões. Falamos também sobre como este hemisfério, que fez progressos notáveis em termos de desenvolvimento democrático na úl-

ERALDO PERES/AP

tima década, pode levar adiante esse processo de forma a causar impacto na vida das pessoas que ainda não se beneficiaram dele. Tratamos da necessidade de ter crescimento econômico, não apenas pelo fenômeno em si, mas para que redunde em melhorias na vida das pessoas, criando as circunstâncias adequadas para aumentar o nível de ensino e o acesso aos sistemas de saúde. A questão da liberalização comercial também está na pauta, porque esse é um dos motores do desenvolvimento econômico e contribui para melhorar o nível de vida das populações. Nós temos ainda uma pauta positiva na questão da ajuda a democracias frágeis. Quando há crises como a que houve recentemente no Equador, é muito bom que existam países sul-americanos dispostos a ajudar.

Veja — *Existe no Brasil um medo generalizado de que, com a Alca, setores inteiros da economia nacional sejam riscados do mapa pela pura força da economia americana. O que a senhora diria para acalmar esses receios?*

Rice — Eu entendo essas preocupações. A quem as tem, diria que, em geral, a liberalização do comércio tende a expandir as economias, fortalecendo os mercados e trazendo mais investimentos. Em suma, incentivando o crescimento. Sugeriria também que vissem o que aconteceu no México, com o Nafta.

Veja — *Há opiniões divididas a respeito.*

Rice — Olhem para o México, antes e depois do Nafta. Não há dúvida de que o acordo trouxe muita prosperidade. Os próprios mexicanos dirão que essa prosperidade em grande parte foi fruto da liberalização comercial produzida pelo Nafta. Vejam os negócios que estão sendo abertos — e não me refiro às grandes transações. Falo dos pequenos negócios, de novos mercados, de como tudo está avançando. E, mesmo em relação às pessoas que possam não se beneficiar disso, sempre há maneiras de ajudá-las a se ajustar melhor, através de treinamento e capacitação.

Veja — *Uma pesquisa realizada depois da reeleição do presidente George W. Bush mostrou que 78% dos brasileiros têm uma opinião negativa sobre ele. Se a senhora tivesse um minuto para tentar convencer quem pensa assim a mudar de idéia, o que diria?*

Rice — Eu diria: gostaria que conhecessem melhor esse presidente, seu comprometimento com um mundo mais seguro, os desafios que enfrentou depois que os Estados Unidos foram perversamente atacados em 11 de setembro, seu desejo de que todas as pessoas, não importa onde vivam, usufruam a li-

“A quem tem medo da Alca, diria que a liberalização do comércio tende a expandir as economias, fortalecendo os mercados e trazendo investimentos. Vejam o que aconteceu no México, com o Nafta. O acordo trouxe prosperidade”

berdade. E sua solidariedade para com as pessoas que estão lutando para sair da pobreza e superar doenças. Esse presidente duplicou as contribuições americanas para programas de ajuda ao desenvolvimento durante seu mandato, destinou 15 bilhões de dólares para combater a aids ao longo de cinco anos nos países mais afetados. Gostaria que as pessoas prestassem mais atenção a esses gestos solidários.

Veja — *Como a senhora explica que a imagem dele, em grande parte do mundo, seja exatamente o oposto?*

Rice — Não sei dizer, exceto pelo fato de que o presidente teve de tomar decisões realmente duras. Depois dos ataques de 11 de setembro, nós tínhamos de travar a guerra contra o terrorismo e não podíamos fazer isso com uma posição simplesmente defensiva. Gosto de lembrar que os terroristas só precisam acertar uma vez, e nós precisamos acertar 100% do tempo. Não é uma luta justa. Tivemos de levar a guerra aos terroristas em lugares como

o Afeganistão e o Iraque. Também tivemos de insistir num Oriente Médio diferente. E veja o que já conseguimos com essa insistência. É impressionante testemunhar as tropas sírias saindo do Líbano, por exemplo. Os libaneses provavelmente nunca poderiam sonhar que isso viesse a acontecer.

Veja — *Em todo o Oriente Médio, no entanto, há um grande número de pessoas convencidas de que a pregação em prol da democracia é apenas mais um truque para impor o domínio americano. Elas vêem conspirações em toda parte e acham que o 11 de Setembro foi obra da CIA em conjunto com o Mossad. Como reagir a isso?*

Rice — Temos de simplesmente continuar tentando mostrar a verdade, da mesma forma como fizemos durante a Guerra Fria. Mas creio que as imagens que chegam do Oriente Médio começam a contar uma história diferente. Hoje de manhã, estava vendo as dificuldades dos iraquianos para a formação de seu futuro governo. Ressalte-se porém que teria sido impossível pronunciar estas simples palavras: iraquianos discutindo o seu futuro governo. Acredito que haverá uma mudança de percepção à medida que ficar claro que a única motivação dos Estados Unidos é apoiar aqueles que querem ser livres — não, insisto, uma democracia ao estilo americano, pois os sistemas democráticos podem ser diferentes, como são, no Brasil, no Chile ou no Canadá. Os Estados Unidos querem um mundo em que as pessoas sejam livres para dizer o que pensam, para seguir a religião que quiserem, para educar os filhos como acharem melhor e para se beneficiar dos frutos de seu trabalho. E, acima de tudo, que estejam livres da batida na porta, à noite, da polícia secreta. É isso que defendemos. E não o fazemos numa posição de arrogância. Nós, mais do que qualquer outro país, temos de partir de uma posição de humildade, porque sabemos como o caminho democrático foi difícil nos Estados Unidos. Sempre lembro que, quando os pais da pátria diziam “Nós, o povo”, não incluíam pessoas como eu. Muitos dos meus antepassados foram escravos. Na primeira Constituição, de 1787, houve um entendimento estabelecendo que um escravo valia três quintos de um homem. Qual o significado disso, num país erguido sobre prin-

cípios de igualdade e liberdade? Significava que ainda havia um longo caminho pela frente.

Veja — *E quando quem bate na porta à noite são tropas americanas? Quando 20 000 civis iraquianos aparecem nas listas das baixas de guerra? Qual a justificativa moral para essas vítimas?*

Rice — Não vamos nos esquecer de quem é responsável pela maioria das baixas civis. Gente como (o líder terrorista Abu Musab al-) Zarqawi e outros que foram para o Iraque porque simplesmente não querem que exista democracia lá.

Veja — *Refiro-me a baixas feitas em operações militares.*

Rice — As baixas civis no Iraque não são decorrentes apenas de operações militares. Os iraquianos hoje estão sofrendo baixas porque há terroristas que querem impedir que exista um futuro melhor. Gostaria de lembrar dos 300 000 mortos que já encontramos em covas coletivas (vítimas do regime de Saddam Hussein). Estava mais do que na hora de livrar o Iraque desse ditador brutal, e ele não iria embora apenas com mais resoluções da ONU. Sim, infelizmente houve civis que morreram em virtude de operações militares. Mas o povo afegão, por exemplo, estava melhor sob o Talibã, quando mulheres eram executadas em estádios de futebol?

Veja — *Qual sua reação quando fica sabendo que iraquianas estão sendo obrigadas, hoje, a usar o hijab, a vestimenta tradicional, por pressão dos fundamentalistas?*

Rice — Já falei com muitas iraquianas e elas estão lutando para garantir que seus direitos sejam consagrados na nova Constituição; seja o direito de cobrir a cabeça, o que é perfeitamente legítimo, ou de não fazê-lo. Conheci iraquianas que se vestem como eu e você, outras que usam o véu. Esse é o futuro que se descortina para elas — muito diferente do que poderiam esperar quando havia salas de estupro nas câmaras de tortura do regime, ou quando podiam ser fuziladas, com seus maridos e filhos, por ser curdas ou xiitas, quando as pessoas podiam ter a língua arrancada por criticar Saddam. É preciso pôr as coisas em perspectivas. Sei que o Iraque tem um caminho difícil pela frente, da mesma forma que o Afegão.

ganistão. Mas alguém pode dizer que esses países estavam melhor sob o regime de Saddam ou do Talibã?

Veja — *A senhora pode garantir que o Iraque não vai virar república islâmica fundamentalista assim que os americanos derem as costas?*

“Países como a Índia, a África do Sul e o Brasil estão emergindo como potências. É uma coisa maravilhosa. Os EUA não temem que outros países sejam importantes e capazes de agir no plano internacional, especialmente por termos os mesmos valores democráticos”

Rice — Ninguém pode garantir isso, mas posso dizer que as evidências até agora indicam que os iraquianos querem um país moderno, democrático e inclusivo. Quando os xiitas tiveram uma grande votação, na última eleição, muita gente se perguntou se não passariam de oprimidos, como foram durante o regime de Saddam, a opressores. Aconteceu justamente o contrário: eles convidaram os sunitas para fazer parte do governo, apesar da baixa participação deles na eleição. Os iraquianos querem deixar seu passado de brutalidade para trás.

Veja — *A senhora nunca tem dúvidas? Nunca se diz “não sei o que fazer” quando defrontada com situações, digamos, como a do Haiti, que parecem tão sem saída, sem opções?*

Rice — É verdade que existem lugares e situações que parecem que nunca vão ter solução. Mas o meu trabalho, a minha responsabilidade, não é ficar conjecturando, e sim procurar saídas. Muitas vezes digo às pessoas que me apre-

sentam um problema e fazem uma boa análise dele que acharia a exposição muito boa se eu ainda estivesse nos meus tempos de Stanford. Acredito em buscar soluções, ancoradas nos princípios da democracia, e me anima o fato de que, olhando para o passado, existissem tantos problemas que pareciam insolúveis. Na própria América Latina, há quinze ou vinte anos, muita gente diria que não havia a possibilidade de existir democracia, mas aconteceu. Só tem de continuar.

Veja — *Se, em vez de estar à frente do Departamento de Estado, a senhora chefiasse o Itamaraty, buscaria de forma tão prioritária um lugar para o Brasil num Conselho de Segurança ampliado?*

Rice — Não fico nada surpresa que países que estão assumindo um papel mais assertivo tentem obter um assento no Conselho de Segurança. Acho saudável debater as estruturas da ONU. Só não podemos separar a questão do Conselho de Segurança da reforma da ONU em geral.

Veja — *A senhora disse as palavras mágicas, como secretária de Estado, em relação ao Brasil: potência mundial. Mas olhando o país mais como se ainda estivesse em Stanford, na qualidade de professora de ciências sociais, em que posição real vê o Brasil daqui a dez anos?*

Rice — Acho que dentro de dez anos poderíamos ver um país fazendo progressos reais no plano interno. Isso significaria possibilitar acesso real ao ensino e à saúde aos brasileiros que hoje vivem marginalizados. Com esse alicerce democrático consolidado, veria um Brasil com peso real na região, ajudando a disseminar a democracia, a prosperidade e o livre-comércio. E que, a partir dessa base, se torne um ator global realmente importante, um promotor da democracia e da justiça social para todo o mundo. Há países emergindo como potências globais, como a Índia, outra grande democracia multiétnica, a África do Sul e o Brasil. Isso é uma coisa maravilhosa. Os Estados Unidos não temem que outros países sejam importantes, poderosos e capazes de agir no plano da política internacional, especialmente quando temos em comum os mesmos valores democráticos. ■

ANEXO III

Entrevista em
Canal Livre

Transcrição da entrevista do Deputado Severino Cavalcanti ao programa *Canal Livre*

BLOCO I

MEDIADOR - Boa noite! Ele é responsável pela maior derrota política aplicada ao governo Lula até agora e assumiu a missão de evitar que os brasileiros paguem mais imposto. Nosso entrevistado de hoje é o novo presidente da Câmara dos Deputados Severino Cavalcante, do PP de Pernambuco, e que está no estúdio da Band em Brasília. Para participar comigo dessa entrevista estão aqui o jornalista Fernando Mitre, e, em Brasília, Eduardo Castro. Antes da primeira pergunta, vamos rever cenas daquela noite na Câmara dos Deputados que surpreendeu o Brasil.

REPOTAGEM (do repórter Fábio Pannunzio): O espetáculo começa com um apagão de mais de quatro minutos, depois de sete hora de votação, o time do governo ainda pensava estar na frente, mas quando os votos começaram a ser abertos o placar logo mostrou que algo estranho estava se passando..."Severino Cavalcante dezenove votos"... O governista Greenhalgh terminou o primeiro tempo na frente com duzentos e sete votos, mas o Petista rebelde Virgílio Guimarães conseguiu apenas cento e dezessete e ficou em terceiro lugar, foi desclassificado por uma diferença de apenas sete votos porque Severino obteve cento e vinte e quatro. Enquanto os dois jogadores governistas se abraçavam, Severino partia para o ataque nos bastidores "...não... agora não, agora não..." . E foi assim mesmo, depois de mais de doze hora de votação, foi declarado presidente com uma diferença de cento e cinco votos. Severino Cavalcante está no terceiro mandato como Deputado Federal, foi à quinta vez que se candidatou a presidência da Câmara. Severino Cavalcante ganhou o título de Presidente da Câmara com trezentos votos exatos, Greenhalgh, com um desempenho sofrível, não conseguiu repetir nem a performance do primeiro turno "...nós nos apoiamos em informações que não eram verdadeiras..."terra dourada, entre outras mil és tu Brasil ó pátria amada, dos filhos deste solo és mãe gentil pátria amada Brasil... .

MEDIADOR – Presidente, o senhor se elegeu e um dos pontos de sua campanha é de fazer com que os deputados tenham um aumento nos seus salários, agora o que a população está esperando mesmo Presidente, é que a MP 232 seja barrada no Congresso. O senhor acha que isso vai ser possível?

Severino Cavalcante – Eu primeiro quero cumprimentar todos os ouvintes da TV Bandeirantes, pela maneira que sempre se porta em defesa dos maiores e principais problemas que afligem o país. Quanto à pergunta do nosso prezado Bira, eu quero dizer o seguinte: a posição principal nossa é da independência do Poder Legislativo, nós não podemos deixar um poder Legislativo de cócoras na dependência total do poder Executivo, nós vamos fazer com que esta Casa seja respeitada por toda a opinião pública. Com relação à equivalência salarial, isto não é um problema meu, não foi criado pelo Deputado Severino Cavalcante, mas sim pelos constituintes.

Fernando Mitre – Presidente. O senhor quando primeiro secretário da Câmara, o senhor devolveu no seu trabalho administrativo, devolveu oitenta ou noventa milhões à Câmara, o senhor conseguiu poupar esse dinheiro. E agora o senhor está prometendo devolver de novo mais dinheiro, no entanto, conjugado com a idéia do aumento do salário, como é que é possível isso, tem muito desperdício por lá ?

Severino Cavalcanti – Mas evidente, se eu consegui nas duas gestões devolver noventa milhões, não são noventa mil, são noventa milhões de reais para os cofres da nação, irei fazer com que o enxugamento com as,as,as... sem permitir excesso de gastos, fazer com que esse, esse reajuste, essa equivalência salarial, não venha prejudicar o orçamento da Câmara dos Deputados.

Eduardo Castro – o que é que o senhor cortou, onde foi que... de onde foi que o senhor tirou esses noventa milhões.

Severino Cavalcanti – O enxugamento foi feito em vários setores, e nós iremos fazer isso principalmente, digamos, na despesa de papel na gráfica é um peso muito grande e nós iremos fazer com que a Câmara funcione em toda a sua plenitude com as economias que nós iremos fazer. O que não vou permitir é desperdício, desperdício ... vamos acabar de uma vez por todas na Câmara dos Deputados.

MEDIADOR – Presidente, com certeza e pelo o que o senhor está dizendo aí, o senhor também vai cortar eu acho que na casa da Presidência que tem lá sessenta e poucos funcionários, tem uma séria de coisas que podem também ser cortadas, não é?

Severino Cavalcanti – Evidente essas despesas tem que ser contidas, nós vamos gastar o necessário. Havendo seriedade, havendo uma postura de se querer fazer as coisas certas, eu não tenho dúvida alguma que irei fazer uma economia maior do que foi feita, porque agora eu sou o Presidente e tenho como secretário o meu companheiro Inocêncio Oliveira, que vai me ajudar a fazer com que com os outros componentes da Câmara, iremos dar um exemplo para a nação, que quando se quer fazer a coisa com seriedade, se faz, e nós iremos fazer, eu não tenho a menor dúvida, e quero dizer a toda a comunidade brasileira que espere um novo ... Brasil... vai surgir porque nós vamos ter uma nova Câmara dos Deputados independente, uma Câmara que não vai esbanjar, vai fazer o necessário, e nós estaremos prontos, porque eu conto com um grupo extraordinário que foi este que foi eleito para esse novo biênio.

Eduardo Castro – Presidente, quando o senhor disse que os gastos serão os necessário, o senhor inclui aí quinhentos e treze carros pra Deputados que hoje em dia eles não têm e que durante a campanha do senhor chegou-se a falar que o senhor iria restabelecer o carro para o Deputado Federal?

Severino Cavalcanti – Carro pra Deputado Federal eu não irei estabelecer, nunca falei e não tocarei nesse assunto, porque eu não prometi, só vou fazer o que eu prometi.

Fernando Mitre – Presidente, quando o senhor fala em fortalecer a Câmara na sua relação com o Executivo, o que isso significa na prática? Quando o senhor diz, por exemplo, que os Deputados não são recebidos pelos Ministros, isso naturalmente foi uma das causas da derrota do governo agora, é, mas se os deputados, é, passarem a ser recebidos individualmente pelo..., pelos ministros e pelos representantes do governo, isso não cria uma espécie de varejo, na relação política entre o Legislativo e o Executivo?

Severino Cavalcanti – Não, talvez seja até por atacado (risos) porque o seu varejo não vai atingir. O que precisa realmente é o governo abrir, dar condições para que o orçamento seja cumprido e é por isso que nós desejamos fazer com que o...a ...o orçamento impositivo seja colocado na Câmara dos Deputados aí o senhor Presidente da República com seus Ministros vão cumprir o que está no orçamento. Orçamento é feito para ser cumprido. O Presidente, quando assina o orçamento, é pra ser cumprido. Os seus auxiliares, os seus Ministros têm que cumprir aquilo que está no orçamento.

Eduardo Castro – Inclusive as emendas dos Parlamentares que é uma reclamação muito grande dos Parlamentares...

Severino Cavalcanti – Foi um dos motivos da derrota do Governo foi o não cumprimento das emendas, porque o Parlamentar manda para os seus Estado para os seus Municípios, Municípios que precisam ficam ansiosos em receber aqueles benefícios que vai modificar, muitas vezes, a própria estrutura do Município, o Governo corta, não vai ser cortado eu tenho certeza. O Presidente Lula é um homem que está voltado para fazer com que essa República mude, esse Brasil tem que mudar meu prezado Presidente...

Eduardo Castro – Mas, Presidente. Algumas não, muitas dessa emendas que são chamadas paroquiais. É só pra conseguir voto do eleitor daquela região?

Severino Cavalcanti – Não existe essa história de emenda paroquial, existe a vontade do Deputado de fazer alguma coisa para a população. Essas, essas emendas paroquiais é exatamente para aqueles Municípios mais necessitados, e nós não podemos deixar de ter essas emendas que tem que ser cumpridas, então que o Presidente vete o orçamento, não aceita o orçamento que vai da Câmara porque ele não aceitando o orçamento, nós temos que fazer um orçamento que seja um orçamento realista, é por isso que eu quero um orçamento impositivo porque quando o Presidente assinar o orçamento o tem que ser cumprido.

MEDIADOR – Mitre...

Fernando Mitre – Presidente, é, às vezes parece que lá no Congresso, no dia-a-dia do Congresso, o sistema partidário está de cabeça para baixo. Em véspera de grandes votações isso costuma acontecer. Agora na eleição do Presidente da Câmara, que o senhor ganhou brilhantemente, de novo o sistema partidário estava disperso, é, como é que o senhor encara a idéia de uma boa reforma política que dê mais consistência a... aos partidos, e que crie negociações no nível institucional entre as lideranças e, é, o governo e o executivo, por exemplo, e acaba com essa...essa... falta de coerência, essa falta de sistema previsível nas negociações do Congresso?

MEADIADOR – Presidente, o senhor vai responder logo depois do intervalo comercial que nós vamos fazer, o senhor responde ao Fernando Mitre, tá bom? Voltamos em seguida, hoje o Canal livre entrevistando o novo Presidente da Câmara Federal, o Deputado ,é, Severino Cavalcanti, até já.

INTERVALO

BLOCO II

MEDIADOR – Estamos de volta com o Canal Livre hoje conversando com o Presidente da Câmara, o Deputado Severino Cavalcanti que está nos nossos estúdios da Band de Brasília juntamente com o jornalista Eduardo Castro. O Fernando Mitre, no bloco anterior, fez uma pergunta ao senhor Presidente, e que engloba principalmente a questão da reforma política eu gostaria que o senhor pudesse responder, se o Mitre quer complementar alguma coisa Mitre?

Fernando Mitre – Não, é... a pergunta é essa: como é que ele encara a possibilidade de uma reforma que dê consistência ao sistema partidário, que dê coerência ao sistema partidário?

Severino Cavalcanti - Nós iremos fazer a reforma e não tenho dúvida nenhuma que vamos votar alguma coisa que impeça essa mudança que é vergonhosa, que realmente deprime, depõe contra o poder Legislativo, quando um Parlamentar assina uma ficha de...a... na hora que vai dormir e quando acorda já está em outro partido. Isso é uma verdadeira aberração! Vamos fazer a moralidade e a moralidade é, tem que ser em todos os sentidos, nós precisamos preservar a hombridade, a... o caráter, a dignidade para que o Parlamento não seja colocado na sarjeta.

Eduardo Castro – O que é uma reforma política possível, Presidente? O que o senhor acredita que é viável votar no Congresso Nacional, porque todo mundo tem a reforma na cabeça, tem aquilo que é maravilhosamente fantástico, mas, na hora de votar, há os interesses de cada um dos partidos e dos Deputados.O que o senhor acha que é possível ?

Severino Cavalcanti – Pra mim, o principal na reforma política é a fidelidade partidária. O deputado não pode ser eleito por um partido, que muitas vezes ele não tem a votação necessária, dificilmente conseguem atingir o co...a... cociente eleitoral e chega na....a Câmara no outro dia já muda de partido pra faz...favorecer o...o outro partido pra ob...ter o maior número de membros nas comissões. Isso ...esse é um dos pontos que eu acho que tem que ser atacado, é a fidelidade partidária, o mandato é do partido, não é do deputado.

Fernando Mitre – Presidente, é, é difícil encontrar um deputado que seja contra a reforma política, todos são a favor. Aí fazem belos discursos teóricos a respeito, mas nunca acontece, a partir inclusive dos Presidentes. O Presidente Fernando Henrique sempre defendeu a reforma política, mas quando assumiu o primeiro mandato já deixou para o Congresso. O presidente Lula é a favor da reforma política, mas a coisa não anda. Com os deputados, a mesma coisa. Por que a reforma política não anda, embora haja tantos discursos bonitos a favor dela?

Severino Cavalcanti - Mas agora vai andar, a Câmara dos Deputados tem o Severino na presidência, então com esse Severino vai modificar a maneira de..de proceder na Câmara dos Deputados, porque ali vamos implantar a integridade, a seriedade e no...no momento em que os deputados sintam que há seriedade eles vão querer a reforma partidária e nós vamos botar em votação. Isso pode esperar e eu tô a disposição da TV Bandeirantes para me cobrar dentro deste ano se não nós não vamos fazer a reforma partidária.

Fernando Mitre – Exatamente, é exatamente o que eu ia dizer... é. Então nós vamos cobrar essa reforma do senhor dentro de um tempo razoável.

MEDIADOR – Agora, Presidente, eu gostaria de... é...lhe cobrar uma coisa, porque no início do programa eu falei sobre questão da MP232, o senhor não foi muito claro pra mim, o senhor não respondeu, o senhor falou na...na independência do Congresso, da Câmara. Eu gostaria de saber mais agora do senhor. Além da MP232 , que o senhor já esteve conversando com o Presidente Lula, parece que o senhor já disse para ele que vocês vão brigar por causa disso. Agora e as MP's, como é que o senhor

pretende tratar as MP's que só o governo, o presidente Lula mandou mais de duzentas no... no ano passado?

Severino Cavalcanti – Como eu não lhe respondi a 232, eu vou dizer qual a minha posição,

MEDIADOR – Por favor.

Severino Cavalcanti - Não pode ficar a 232 como está, irei com os empresários, que virão, na terça-feira, falar com o Ministro da Fazenda, quando teremos que discutir o que é importante para o país, não vai ser possível ficar como o Ministro da Fazenda quer e como os empresários pensam que tem que chegar e acabar tudo, não nós vamos ter o bom senso a...o equilíbrio e fazermos com que dessa reunião de terça-feira saia o bom senso, o que nós precisamos é de bom senso tanto dos empresários como do governo eu serei o meio termo entre os dois.

Eduardo Castro – Presidente, o secretário da receita Jorge Rachid disse que a medida ela é tecnicamente perfeita no ponto de vista dele cobra de quem tem que cobrar. O senhor pelo jeito não concorda, acha que politicamente há um espaço para discutir.

Severino Cavalcanti – Tanto é que não é tão perfeita assim que ele fez nas caladas da noite, quando já não se podia fazer nada. No finzinho do ano ele, pegou fez essa injeção dentro da Medida Provisória quando ninguém mais esperava. Vamos mostrar ao doutor Rachid que toda tecnologia dele não é aquilo que o povo está esperando, os empresários, os pequenos e micros empresários precisam de um maior e um melhor atendimento, nós precisamos fazer com que a pequena e micro empresa possa crescer, porque países como a Itália do após guerra destruído, fortaleceu a micro e pequena empresa e hoje é a segunda ou terceira economia do mundo.

Eduardo Castro – E tem um outro ponto, Presidente, que preocupa muito a gente: aqui nos bastidores em Brasília já se diz que pra compensar o governo, pra compensar a perda, o que pode acontecer é: ta bom se mexe aqui na tributação imposta aos portadores de serviços, mas pode se rever a revisão da tabela do imposto de renda, rever a revisão da tabela do imposto de renda. O senhor concorda com isso? O senhor permitiria que isso acontecesse?

Severino Cavalcanti – Não, o imposto de renda deve ficar como está. O que nós precisamos é que faça alguma coisa para não ser atingido aqueles que precisam realmente de ter condições de trabalho que é o micro e pequeno empresário...

Eduardo Castro – Então o governo vai deixar de arrecadar isso no final?

Severino Cavalcanti – Não ele vai ter que arrecadar de quem não paga, tem que procurar os sonegadores, tem que haver um maior aperto naqueles que ganham fortunas e não pagam o necessário para as... o país. Vamos fazer um governo com seriedade, vamos apertar e tirar de onde tem que tirar e não fazer o sacrifício daqueles que não podem. Quanto as...aos profissionais liberais, se existe alguns que não pagam, o governo que autue e bote a fiscalização dele pra funcionar e não tirar daqueles que não podem pagar, muitos irão sofrer com esta medida e eu espero que o nosso Ministro da Fazenda, esta figura extraordinária que nós temos que respeitar as suas posições, eu sou um dos que admiro a maneira de como o Ministro da Fazenda tem feito. O... esse o delegado esse rapaz que está querendo modificar a coisa dizendo que vai acabar tudo, não vai se acabar nada, nós vamos construir uma nação nova, o Presidente Lula quer fazer esse país crescer, esse país se desenvolver, não é tirando dos pequenos para deixar os grandes folgados. Vamos, Presidente, apertar esses sonegadores, esses que não pagam impostos, e é muito fácil é só o governo querer que vai fazer.

Fernando Mitre – Presidente, essa MP 232 na verdade ela...ela expressa um grande fracasso, uma grande omissão de... do governo e de todos os poderes que é, principalmente do Executivo e o Legislativo, que é a ausência de uma boa reforma tributária. Se houvesse uma situação tributária mais adequada no país, essas MP's não aconteceriam, esses aumentos de impostos que vêm ai na calada da noite como o senhor disse, que o governo anterior fazia, esse governo quer fazer, isso não aconteceria. Porque o senhor agora é presidente da Câmara, o senhor não pode nos garantir como garantiu a reforma política, uma situação tributária nova, moderna, eficiente, que amplie a base de...de ...de tributação, reduza a alíquota e que torne isso mais justo e mais eficiente?

Severino Cavalcanti – Vamos fazer a reforma tributária. Isso é necessário, é imperioso que se faça essa reforma tributária, porque a reforma tributária vai dá...criar condições para que o governo possa arrecadar

mais, mas ele precisa botar a fiscalização para evitar a sonegação. A sonegação é que é o grande mal do país, porque uns pagam muito, outros não pagam nada, aí...aí o governo tem que entrar, e nessa reforma tributária vamos dar condições para que o governo possa realmente ter arrecadação e dar condições para que as prefeituras, as prefeituras possam ter uma arrecadação certa e não ficar na dependência de oscilação da maior ou menor arrecadação.

Eduardo castro – E nessa reforma tributária senhor pretende, o senhor já falou isso durante a semana, dar mais dinheiro aos Municípios .

Severino Cavalcanti – Claro, os municípios é a célula máquina da nação, não podemos deixar os prefeitos ficando aí como pedintes com um pires na mão esperando que o governo pague o que deve, ele não tá dando nada demais, é o que o governo deve e fica retardando e não paga devidamente aos Municípios.

Eduardo Castro – Mas já não tem muitos Municípios que vivem do Fundo de Participação dos Municípios e aí a dependência ia ser ainda maior?

Severino Cavalcanti - Ah... não vai ter, porque o Fundo de Participação pertence aos Municípios. O governo é que atrasa muita vezes, não paga o que é devido ao município, o Município precisa ser respeitado e o Presidente Lula tem essa sensibilidade. Talvez o Ministro da Fazenda não tenha um bom entrosamento nisso mas, Presidente, Palocci, vamos ter pena dos pequenos Municípios, vamos dar uma oportunidade para que os Municípios não precise ficar o...um pires na mão pedindo esmola ao governo pra dar esta verba aquela verba que é devida aos Municípios. Vamos estar juntos, de mãos dadas, porque o que eu quero, meu Ministro Palocci, é engrandecer esse país, e para engrandecer o... esse país precisamos fortalecer os Municípios.

MEDIADOR – Presidente, nós vamos fazer mais um breve intervalo e voltamos em seguida. Um instante só.

INTERVALO

BLOCO III

MEDIADOR – Estamos de volta com o Canal Livre, hoje conversando com o novo Presidente da Câmara, o Deputado Severino Cavalcanti. Uma das promessas de campanha do deputado Severino Cavalcanti, foi o aumento de salário para os Deputados. Depois de eleito Presidente, ele garantiu que vai cumprir a promessa. Você vai ver agora quanto ganham os nossos Deputados Federais.

A câmara gasta mensalmente (R\$ 6.590,000) seis milhões e quinhentos e noventa mil reais só para pagar o salário dos Deputados. Um Deputado recebe (R\$ 12.847,20) quase treze mil reais só de salário, mas tem mais, ele ganha (R\$ 4.278,55) quase quatro mil e trezentos reais para despesas de telefone e correio, auxílio moradia de (R\$ 3.000,00) três mil reais, quatro passagens aéreas de ida e volta entre Brasília e a capital do seu estado de origem, verba de (R\$ 15.000,00) quinze mil reais para despesas comprovadas no exercício parlamentar, e, finalmente, (R\$ 35.000,00) trinta e cinco mil reais por mês como verba de gabinete para pagar acessares. No total, cada Deputado custa para a Câmara, mais de (R\$ 70.000,00) setenta mil reais por mês.

MEDIADOR – Presidente, o senhor deve ter visto nos jornais de hoje que o governador do estado do Rio Grande do Sul pediu publicamente que o senhor não desse aumento para os Deputados porque isso vai acarretar problemas para os estados também. O senhor ,é...., mas o senhor vai levar a frente mesmo essa...essa questão né, o senhor vai garantir, o senhor garante o aumento para os Deputados ?

S.C – evidente que eu não vou dar aumento, eu vou dar... fazer equivalência salarial. E com essa relação de despesas aí de verbas que são gastas no desempenho do mandato, um deputado não recebe, o deputada apenas pra poder t...ter o seu desempenho tem aquelas despesas. Eu pergunto: Quando o empresário manda o seu diretor para fazer qualquer ação fora do seu domicílio, quem paga, a empresa paga aos seus diretores, a... o jantar, o almoço, a passagem e todas as despesas que eles fazem quando se deslocam pra fazer alguma coisa. A mesma coisa é o Parlamentar. O Parlamentar quando sai da sua base, ele tem que fazer investimento, tem que gastar, até q...que....,onde tem reu...re... relacionada com o subsi...o salário dos funcionários essa é u...u...do... o Parlamentar para poder ter um bom desempenho,

tem que ter os seus auxiliares e...e...tod... tanto na base como aqui em Brasília nós temos que ter esses auxiliares. Esse são pagos nessa verba, não é do Deputado, a verba é q...quem recebe são os funcionários. Com relação à despesa de Correio, é n...natural que e... o Parlamentar tem que se comunicar com seus eleitores, tem que ter uma convivência mais de perto. Quando o Deputado não dá não tem essa convivência, o que acontece é não ser reeleito...

Eduardo Castro – Agora ...

Severino Cavalcanti - ...eu tenho uma convivência permanente com os meus eleitores...

Fernando Mitre – Presidente ...

Severino Cavalcanti – ... eu dou respostas às cartas que eu recebo a todos os meus eleitores para fazer...

Fernando Mitre – Presidente...

Severino Cavalcanti - ...com que eu seja reeleito, e eu a prova é evidente que estou com q...quarenta anos completando de mandatos reeleito consecutivamente.

Eduardo Castro – Mas, Presidente, quando o se...

Fernando Mitre – Presidente, eu só queria perguntar ao senhor exatamente a respeito disso: a relação dos deputados com a opinião pública, com os seus eleitores. O senhor não teme uma reação negativa da opinião pública diante desse aumento de salários? Como é... aliás como é que o senhor vê a... esta relação, entre, o público, a opinião pública, a... essa posição crítica que a opinião pública tem em relação ao Legislativo e os Deputados? Como é que o senhor vê isso e como é que o senhor coloca aí, essa questão do aumento?

Severino Cavalcanti – Como eu cumpro com o meu dever para com o meu eleitorado, eu não tenho duvida alguma de chegar, eu vim pra aqui com trinta e um mil e quinhentos votos, fui reeleito com cinquenta e dois, e agora tive oitenta e um mil e quinhentos votos, uma prova evidente que eu tenho a aprovação do meu eleitorado porque eles sabem que eu trabalho, que eu do ação, eu procuro fa... resolver os problemas, as aflições dos meus prezados e queridos eleitores, se não... se eu não desse essa atenção, se eu não procurasse resolver os problemas que são angustiantes d...da...da comunidade que eu represento eu já teria sido derrotado a muito tempo não teria mandato, são quarenta anos de mandato que têm aprovação da população. Fui prefeito, fui deputado estadual, fui a... a sou Deputado Federal e vejo o seguinte, como eu tenho aprovação minha, eu sou... estou completando na mesa diretora, vou completar, quando terminar esse meu mandato de presidente, dez anos. Pela primeira vez na história, um parlamentar conseguiu dez anos seguidos ficar na mesa diretora. Eu pergunto: quem poderia dizer um deputado chegar aqui de Pernambuco e passar dez anos na mesa diretora.

Eduardo Castro – Agora, Presidente, eu vou pedir para o senhor fazer um contra ponto. Qual que é o salário mínimo que o senhor acha ser ideal?

Severino Cavalcanti – O salário mínimo?

Eduardo Castro – Exatamente

Severino Cavalcanti – Ideal? É o que a nação puder pagar.

Eduardo castro – Quanto é que o senhor acha que o Brasil pode pagar nesse instante como um salário mínimo ideal?

Severino Cavalcanti – Olha este é um assunto que nós temos que estudar muito, precisamos ver realmente o quanto a economia suporta, e quem vai decidir isso é o Ministro Palocci. Você pode reservar essa pergunta pra ele que eu tenho certeza que ele vai responder com muita segurança.

Eduardo Castro – Quando o senhor dá essa resposta, o senhor não teme que pra algumas pessoas o pensamento que seja assim: ah... ele pensa no salário dos Deputados, mas ainda não tem uma decisão pro salário mínimo da população?

Severino Cavalcanti – Porque eu não tenho o s... a questão do salário no próprio orçamento da Câmara, nós vamos tentar resolver. Quanto ao salário mínimo eu acho que quem d...deve dar a posição r... real é o Ministro Palocci que sabe como esta a economia mais do que eu, eu confesso sinceramente a todos os brasileiros que vou esperar a...a, os dados do Ministro Palocci para que eu possa formar e dizer quanto a... deve ser o salário mínimo. O salário mínimo deve ser aumentado de acordo com a necessidade do povo brasileiro. Não se pode é fazer um paralelo entre o salário de um Ministro com um salário mínimo, de um Parlamentar que é uma posição diferente. Nós temos obrigações e fazemos com que a nossa posição seja respeitada pela população, eu pergunto: se eu não tivesse te... feito um bom desempenho eu voltaria tão fácil, porque todo mundo sabe, todos me conhecem que eu sou um Parlamentar que tenho dificuldades financeiras, que não sou rico, não sou ligado a grupos econômicos e tenho conseguido voltar todas as vezes, lutando muitas vezes com poderio econômico.

Eduardo Castro - E eu vou fazer uma pergunta aqui que eu tenho certeza muita gente tá fazendo Deputado. O senhor já respondeu, mas eu vou pedir pra o senhor responder de novo. Como é que o senhor tem problemas financeiros ganhando doze mil reais por mês?

Severino Cavalcanti – Como eu tenho?

Eduardo Castro – É, isso é uma pergunta que muita gente vai tá fazendo.

Severino Cavalcanti – Mas é muito simples, é muito fácil. Você, é... Eu tenho doze mil, eu pergunto quanto é que você ganha? Qual é o seu salário?

Eduardo Castro – O meu salário é... é...

Fernando Mitre – Salário de jornalista

Severino Cavalcanti – Diga... é maior do que o meu, ganha muito mais...

Eduardo Castro – Não é publico, não é pago pelo poder público, não...

Severino Cavalcanti – Por isso que ele vem tão bonitão assim pra aqui pra televisão...

Eduardo Castro - ...não é pago pelo poder público...

Severino Cavalcanti – Sim...não, mas...

Eduardo Castro – ...e é declarado no imposto de renda.

Severino Cavalcanti - A televisão é concessão pública se você ganha da televisão é porque ela tem a concessão publica e é por isso que eu sou contra essa intervenção agora que querem tornar as empresas de televisão dependentes do poder econômico ex... exterior, vocês vão ver dentro de pouco tempo...

Fernando Mitre – Presidente ...

Severino Cavalcanti – As televisões estão sendo tomadas pelo poder, o poderio econômico dessas multinacionais que querem dominar as comunicações no Brasil, vamos ser aliados, eu vou defender as suas televisões, mas você não pode negar que você ganha mais do que um Deputado Federal.

Eduardo Castro – Pra que ela continue pagando o meu “voltoso” salário, não é Deputado?

MEDIADOR – Mitre, por favor.

Fernando Mitre – Presidente, o senhor tocou num ponto aí essencial, que é exatamente o controle nacional dos meios de comunicação. O senhor está prometendo uma ação contra essa avalanche que vem aí, eu chamaria até de ameaça. Essa ação se consubstancia em que, o senhor pretende fazer o que no Congresso nesse sentido pra defender essa bandeira que é evidentemente, é, que tem o apoio de...de toda nação brasileira em princípio? É claro.

Severino Cavalcanti – Eu espero que você me de subsídio para que eu possa realmente assumir essa bandeira. Eu tenho que defender as televisões brasileiras, nacionais, capital nacional. Esses estrangeiros se quiser que venham colocar outras empresas aqui e não querer tomar o que é nosso, o patrimônio

nosso. Como você vê essa esse canal tão importante como é a nossa TV Band. Vamos criar, espero que o governo faça alguma coisa pra proteger as televisões para não serem engolidas pelo capital estrangeiro, esse é o grande papel. Espero a sua orientação, você que está mais por dentro do que eu me dê subsídios para que eu possa defender o patrimônio nacional que são essas televisões.

Fernando Mitre – Bem, pra começar, Presidente, é preciso lembrar que tem um projeto correndo lá em Brasília, que é exatamente o projeto da desnacionalização. Nesse momento ele está parado, mas dizem que ele volta a qualquer momento.

Severino Cavalcanti – Fique certo que vai ser sepultado, q...qualquer coisa seja feita pra contra a... a nação eu irei sepultá-lo.

MEDIADOR – Bom, Deputado, vamos fazer um breve intervalo e voltamos em seguida com a última parte, com o último bloco do Canal Livre. Até já.

INTERVALO

BLOCO IV

MEDIADOR – Estamos de volta com o Canal Livre, hoje está conversando com o novo Presidente da Câmara, o Deputado Severino Cavalcanti, que está nos nossos estúdios da TV Band em Brasília. Quando estava em campanha na Câmara, o Deputado Severino Cavalcanti deu uma entrevista ao programa *Falando Sério da Rede 21*, e falou como seria o comportamento entre os poderes caso ele fosse eleito.

Severino Cavalcanti (Rede 21) – Eu estou representado exatamente aquele estado de espírito na Câmara de, digamos, os deputados chegam, vão pro Palácio, fica sofrendo porque os ministros não dão atenção devida, passa horas e horas sem ser atendido, vai ser atendidos no terceiro escalão e eu como Presidente da casa, o Presidente da República vai ter que me respeitar...

MEDIADOR – Presidente, senhor teve com o Presidente Lula, e o senhor deve ter dito isso pra ele também, eu acho que o Presidente Lula vai respeitá-lo sim. o senhor é uma pessoa inteligente, rápida no raciocínio, mas eu gostaria de saber o seguinte do senhor: no ano passado dos quinhentos e treze deputados, só quatorze compareceram a todas as sessões, pra conseguir tudo isso que senhor está nos prometendo aqui no Canal Livre o senhor vai precisar fazer com que os Deputados trabalhem, né? O senhor vai conseguir isso?

Severino Cavalcanti – Claro, se não comparecerem, terão os seus subsídios cortados, porque o deputado tem que trabalhar também e... nós não vamos agora aceitar que vá ter falta te...a... não ter presença para deliberar, quando muitos Deputados, às vezes, não estão fazendo com o... os que fazem parte da mesa tem muitas obrigações fora que vão resolver problemas “atenientes” a sua f... função com os Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Terceiro Secretário, Vice-Presidente, e os Deputados têm obrigação de fazer com que funcione, mas quem não deixou funcionar muito o Parla... foram as Medidas Provisórias. As Medidas provisórias...

Eduardo Castro – Tem onze esperando o senhor lá.

Severino Cavalcanti – É nós vamos fazer por onde, e eu senti muita sensibilidade no Presidente, eu não sabia, digo sinceramente, que o Presidente tivesse com a preocupação que nós estamos de haver um melhor entrosamento entre o poder Executivo e o poder Legislativo, ele até já reclamou, segundo afirmações feita por ele, ontem a mim de que já reclamou de alguns Ministros, eu até pra ele: quem tem a caneta é Vossa Excelência Presidente, esse Ministro que não atender bem o Deputado, manda ele para olho da rua que é o lugar que ele merece.

Eduardo Castro – Agora Presidente, o Presidente João Paulo tentou ao longo dos dois últimos anos fazer com que a Câmara votasse matérias na segunda e na sexta-feira, que são dias de menor movimento em Brasília e que muitas vezes os Deputados estão na base. O senhor vai tentar trazer Deputado para votar projeto segunda e sexta-feira também?

Severino Cavalcanti – Eu lhes garanto que vou dar uma nova feição à Câmara, os Deputados vão votar, agora o que precisa é o governo dar atendimento as condições, que eu espero que o Presidente vai dar...

Fernando Mitre – Presidente...

Severino Cavalcanti - ...o Presidente Lula vai mudar a feição do país, e para mudar a feição do país, é necessário que a Câmara dos Deputados compareça, vote as mensagens, mas que ele não mande tanta Medida Provisória, deixe que o Parlamentar faça a legislação...

Fernando Mitre – Presidente...

Severino Cavalcanti – ...essa é a missão do Deputado e do Senador, nós precisamos trabalhar, e eu espero que fique absolutamente tranqüilo de que vou ter um bom entrosamento com o Presidente da República...

Fernando Mitre – Presidente...

Severino Cavalcanti – ... ele sabe que a minha origem e dele é a mesma...

MEDIADOR – Pernambuco.

Severino Cavalcanti - ... nós viemos ele em pau-de-arara e eu no navio do ITA e chegamos em São Paulo, e São Paulo nos acolheu e fez com que nós chegássemos um a Presidente da República...

Fernando Mitre – Presidente...

Severino Cavalcanti - ...e outro a Presidente da Câmara dos Deputados...

Fernando Mitre – Presidente, é ...

Severino Cavalcanti - ... essa é a minha esperança. Presidente, vamos juntos engrandecer esse país.

Fernando Mitre – Juntos. Presidente, em primeiro lugar eu perguntaria ao senhor qual é o índice de comparecimento seu, do senhor na Câmara. O ano passado por exemplo, eu...eu vi um número mas eu não confirmei, eu queria que o senhor respondesse.

Severino Cavalcanti – Não, pode anotar, eu tenho não tenho tido uma boa presença no Plenário da Câmara...

Fernando Mitre – É verdade.

Severino Cavalcanti - Porque eu chego na segunda e sexta-feira. Peça os pronunciamentos que eu faço na segunda e sexta-feira, que vai fazer um levantamento porque nos dias em que os Deputados estão aí, eu sou tenho o...o... que tá levantar. Quantas vezes o Parlamentar está precisando de um visto, de um passa porte, é a minha secretaria que tem que fazer eu tenho que ir até o Ministério do...do...do Exterior pra... no Itamarati, pra fazer com que seja dado condições para que o Parlamentar possa mandar seu filho para o exterior, muitas vezes pra fazer um tratamento imediato, quem faz é o Deputado Severino Cavalcante, outros Deputados...

Fernando Mitre – Presidente...

Severino Cavalcanti - ...que não têm acesso aos Ministérios, como eu digo, eu tenho porque eu tenho uma posição de interação na Câmara dos Deputados, eu sou...

Fernando Mitre – Mas, Presidente, o número, o número que eu li não é muito bonito, eu acho que é quarenta e oito ou quarenta e nove por cento de comparecimento, o senhor tá explicando...

Severino Cavalcanti – Mas é claro, eu tenho uma missão a cumprir...

Fernando Mitre - ... é, é isso...

Severino Cavalcanti - ... eu não vou ficar sentado ali na cadeira quando “tem” coisas da Câmara que têm que sair fora veja...

Fernando Mitre – ... tá certo...

Severino Cavalcanti - ...que tem muita coisa com... quando diz missão oficial que eu tenho que fazer...

Fernando Mitre – ... o que explica, tá bom...

Severino Cavalcanti - ...o que é missão oficial? É quando eu tenho que me afastar da Câmara.

Fernando Mitre - ... pra fazer alguma coisa, isso.

Severino Cavalcanti – Para ir resolver problemas “atenientes” a questões do próprio desempenho da Câmara.

Fernando Mitre – Mas, Presidente, eu gostaria de fazer uma outra pergunta ao senhor. Parece que o senhor quando esteve com o Presidente Lula, é, perguntado por ele, o qual foi a causa principal da sua vitória o senhor respondeu: a causa principal da minha vitória foi o senhor Presidente Lula, foi a sua... foi sua culpa. O senhor disse isso?

Severino Cavalcanti – Disse que foi o PT, a escolha do candidato me deu condições para que eu possa, é... pudesse realmente disputar. O PT... o PT dividido, pra que a gente possa reinar tem que os adversários nossos estar divididos.

Fernando Mitre – Quer dizer: foi uma escolha do Presidente?

Eduardo castro – Ele não quis pronunciar o nome do candidato oficial?

Severino Cavalcanti – Exato, espero que o ele ... o Presidente sabe muito bem a causa e foi também causa principal. Meu maior aliado foi os Ministros que foram naquele dia na...

Fernando Mitre – Presidente...

Severino Cavalcanti - ...lá na reunião na audiência da casa...

Fernando Mitre – Naquela madrugada.

Eduardo Castro – Na sexta-feira.

Severino Cavalcanti - ... foram pra lá me combater, dez Ministro foram acabar lá, nunca aconteceu isso no país. Foi a primeira vez que os Ministros foram convocados para justificar o candidato que lançaram...

Fernando Mitre – É verdade.

Severino Cavalcanti – ... então com isso aí eu levei uma grande...

Fernando Mitre - E ganhou.

Severino Cavalcanti - ...e Deus me protegeu e eu fui eleito com aquela folga tão grande.

Fernando Mitre – Presidente, uma questão que o senhor certamente tem totais condições de responder: o governo nesse momento tá com sua base parlamentar dispersa. Não foi outra coisa que nós vimos na...naquela madrugada, é, agora como é que o senhor acha que o governo precisa agir para rearticular essa base parlamentar, que vem aí muita matéria importante que precisa ser votada, nesse momento tá tudo virado, como é que o senhor acha que o governo tem que fazer. O senhor acredita na consistência dessa base? O senhor vai colaborar com ela? É, como é que o senhor...senhor vê isso aí?

Severino Cavalcanti – Sem dúvida. Ele não tinha o Deputado Severino Cavalcante para ajudá-lo, agora ele vai ter. Eu como Presidente da Câmara, ele me dê as condições faça com que o seu governo seja, respeite os Parlamentares que eu aprovarei todos os projetos de interesse nacional, porque o que falta

nos Parlamentares é o carinho, a afetividade do governo, desses Ministros que desprezam, que não sabem o que é uma eleição, não sabem o que é um voto, a dificuldade que nós temos. Então esses Ministros vai... terão que mudar a sua... o seu...a ação de atendimento para que nós possamos fazer, aprovar todos os projetos que o governo precisa. Eu garanto se não o Presidente não der as condições nós não vamos aprovar...

MEDIADOR – Presidente...

Severino Cavalcanti - ...se não houver um entendimento entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, ele perderá tudo, como pode perder essa 232. Se não houver uma unidade vai ser a primeira derrota do governo. Eu não quero que isso aconteça, por isso que eu estou levando os empresários para ter um entendimento com o Ministro que Palocci, que já abriu algumas perspectivas de mudança na mensagem original .

Eduardo Castro – Presidente, o senhor, é, tem posições religiosas, posturas religiosas bem conhecidas, o senhor é um católico praticante e...

Severino Cavalcanti – Católico Apostólico Romano

Eduardo Castro - ... e tem muita gente que acredita que essas posições pessoais do senhor podem interferir no andamento dos projetos na Câmara dos Deputados.

Severino Cavalcanti – Não, não há...não vai existir, eu serei um magistrado eu, serei Presidente.

Eduardo Castro – A lei de bio-segurança? Como o senhor se posiciona?

Severino Cavalcanti – Eu... a minha posição será o seguinte: quando eu quiser combater o projeto, eu não vou ficar na presidência procurando subterfúgios para rejeitar ou para aprovar

Eduardo Castro – O senhor vai por em votação e vai descer para a tribuna?

Severino Cavalcanti – Se não concordar, eu vou pra tribuna combater ou aprovar.

Eduardo Castro – União civil de homossexuais, por exemplo?

Severino Cavalcanti – Esse eu combato de manhã, de tarde e de noite.

Eduardo Castro – Mas o senhor põe pra votar o projeto?

Severino Cavalcanti – Ponho pra votar.

Eduardo Castro – O senhor põe na pauta e desse pra defender?

Severino Cavalcanti – Ponho na pauta e vou combater, porque eu não posso aceitar a união de um homem com homem. Você já pensou você dormindo homem com homem?

Eduardo Castro – Não, mas, independente disso, Presidente, eu queria saber do senhor uma postura política com relação a colocar o projeto na pauta...

Severino Cavalcanti – Eu colocarei.

Eduardo Castro - ... porque há muita gente que defende...

Severino Cavalcanti - Eu discordo, eu discordo, não vou aceitar. Eu vou botar em votação e vou e vou pro plenário combater o projeto.

Eduardo Castro – Mas não vai usar da posição de Presidente pra simplesmente esconder o projeto?

Severino Cavalcanti – Jamais farei isso. Pra...em coisa alguma eu irei preterir, irei fazer com que a Câmara não tenha a sua autenticidade, que o que nós precisamos é de autenticidade, e essa autenticidade ...

Fernando Mitre – Presidente...

Severino Cavalcanti - ... Severino Cavalcante vai dar.

Fernando Mitre – Presidente, eu gostaria que o senhor “elencasse” aí dois ou três projetos que o senhor considera absolutamente fundamentais e que estão lá esperando a mão da presidência?

Severino Cavalcanti – Primeiro eu acho que a reforma política é essencial. Nós não podemos deixar continuar esse estado de vergonha que nós tivemos agora o exemplo nessa eleição. Segundo, o, esse projeto que se refere à segurança da família eu irei defender a segurança da família pra que nós não tenhamos nenhuma dificuldade em que a nossa família seja destruída, porque eu acho que a família é fundamental...

Eduardo Castro – Então, o senhor acha que a união civil de homossexuais deve ser colocada em votação logo. Pra que seja vot... pra que, pelo que o senhor falou o projeto não vai ficar nas gavetas, porque o senhor não concorda com ele, então o senhor vai colocar logo em votação pra que já se a, pra que o Parlamento se posicione sobre isso?

Severino Cavalcanti – Mas evidente. Se tiver a, o... a tenha passado por todas as comissões eu não irei impedir

MEDIADOR – Presidente...

Eduardo Castro – O senhor colocou aqui como uma das prioridades foi o que o Mitre pediu pra o senhor fazer?

Severino Cavalcanti – Da família, da família. É a prioridade, mas eu não posso deixar de botar em votação porque eu tenho prioridade pela família, quem tem prioridade pelos os homossexuais que aprove o projeto deles, eu irei apresentar porque eu tenho que respeitar o direito do Parlamentar de fazer o que deve estar na sua consciência. Essa é a minha posição. Eu sou um democrata e não vou impor a minha vontade a Câmara dos Deputados porque quando eu discordar, como eu já afirmei, eu vou para o plenário e eu tenho coragem de enfrentar porque eu enfrentei no passado a Marta Suplicy, mas não foi aprovado porque teve a minha interferência. Eu lutei e consegui...

MEDIADOR – Presidente...

Severino Cavalcanti - ... fazer com que o projeto fosse engavetado.

MEDIADOR – Presidente, muito obrigado pela sua participação no Canal Livre de hoje, boa noite pro senhor e... sucesso nessa Presidência, nessa nova função que o senhor tem na Câmara dos Deputados. O Canal Livre termina aqui. A todos uma ótima semana, nos encontramos no próximo domingo. Até lá.